Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4
2.3 - Outras Informações Relevantes 7

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 8
3.2 - Medições Não Contábeis 9
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 11
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 12
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 16
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 17
3.7 - Nível de Endividamento 18
3.8 - Obrigações 19
3.9 - Outras Informações Relevantes 20

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 21
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 32
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 35
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 38
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 39
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 40
4.7 - Outras Contingências Relevantes 41
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 42

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 43

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 46

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 49

5.4 - Programa de Integridade 51

5.5 - Alterações significativas 53

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 54

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 55

6.3 - Breve Histórico 56

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 58

6.6 - Outras Informações Relevantes 59

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 60

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 63

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 64

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 65

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 74

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 75

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 77

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 78

7.8 - Políticas Socioambientais 79

7.9 - Outras Informações Relevantes 80

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 84

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 85

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 86

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 87

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 88

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 89

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 90

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 91

9.2 - Outras Informações Relevantes 93

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 100

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 104

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 107

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 108

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 109

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 111

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 112

10.8 - Plano de Negócios 113

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 114

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 115

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 116

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 117

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 122

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 126

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 128

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 137

12.7/8 - Composição Dos Comitês 142

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 144

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 145

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 146

12.12 - Outras informações relevantes 147

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 148

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 152

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 156

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 159

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 171

13.6 - Opções em Aberto 177

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 179

13.8 - Precificação Das Ações/opções 180

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 182

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 183

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 184

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 185

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 186

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 187

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 188

13.16 - Outras Informações Relevantes 189

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 190

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 194

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 195

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 199

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 200

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 201

15.3 - Distribuição de Capital 204

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 205

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 206

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 207

15.7 - Principais Operações Societárias 208

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 209

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 210

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 212

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 213

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 214

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 215

17.2 - Aumentos do Capital Social 216

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 219

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 220

17.5 - Outras Informações Relevantes 221

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 222

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 223

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 224

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 225

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 226

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 227

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 228

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 229

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 230

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 231

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 232

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 233

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 234

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 235

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 236

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 238

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 239

20.2 - Outras Informações Relevantes 240

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 241

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 242

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 244

21.4 - Outras Informações Relevantes 245

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Sr. Joaquim Pedro Andrés Ribeiro**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Sra. Daniela de Campos Pires Denne**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

1.1 DECLARAÇÃO DO DIRETOR PRESIDENTE

Para fins do Formulário de Referência

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, inscrito no CPF sob o nº 002.272.786-82, na qualidade de Diretor-Presidente da Technos S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Américas, nº 4200, 6º pavimento, bloco 05, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.295.063/0001-97, declara que:

1. reviu o Formulário de Referência da Companhia;
2. todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos artigos 14 a 19; e
3. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2022.

_____

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro
Diretor-Presidente e membro do Conselho de Administração

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

1.2 DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Para fins do Formulário de Referência

Daniela de Campos Pires Denne, inscrita no CPF/MF sob o n.º 105.564.527-63 na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Technos S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Américas, nº 4200, 6º pavimento, bloco 05, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.295.063/0001-97, declara que:

- reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos artigos 14 a 19; e

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2022.

_____

Daniela de Campos Pires Denne
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	28/01/2015
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria das demonstrações financeiras com a finalidade de emitir parecer sobre o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado e sua adequação com as posições patrimonial e financeira da Companhia referente aos exercícios sociais de 2015 e 2016. Revisão especial das informações trimestrais (ITR) de tais exercícios sociais
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Não se aplica, tendo em vista que a empresa em questão não prestou serviços para a Companhia no último exercício social.
Justificativa da substituição	A KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria externa que substituiu a Ernst & Young Auditores Independentes, foi mais competitiva no processo de negociação
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica, pois não houve discordância na substituição da empresa de auditoria externa

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Roberto Martorelli	28/01/2015	181.375.338-50	Praia de Botafogo, 370, 5 ao 10 andar, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22250-040, Telefone (21) 32637000, e-mail: roberto.martorelli@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	27/04/2017
Descrição do serviço contratado	SServiços de auditoria das demonstrações financeiras com a finalidade de emitir parecer sobre o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado e sua adequação com as posições patrimonial e financeira da Companhia referente aos exercícios sociais de 2017, 2018, 2019 2020 e 2021. Revisão especial das informações trimestrais (ITR) dos referidos exercícios.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 1,1 milhão. A empresa de auditoria independente não prestou outros serviços além da auditoria contábil.
Justificativa da substituição	Empresa foi mais competitiva no processo de negociação
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica, pois não há discordância do auditor da justificativa

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Luis Claudio França de Araújo	18/10/2018	079.525.807-01	Avenida Almirante Barros, 52, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-000, Telefone (21) 35159400, Fax (21) 35159000, e-mail: lcaraujo@kpmg.com.br
Marcelo Luiz Ferreira	27/04/2017	013.623.017-28	Avenida Almirante Barros, 52, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-000, Telefone (21) 35159400, Fax (21) 35159000, e-mail: mlferreira@kpmg.com.br
Marcelo Luiz Ferreira	27/04/2020	013.623.017-28	Avenida Almirante Barros, 52, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-000, Telefone (21) 35159400, Fax (21) 35159000, e-mail: mlferreira@kpmg.com.br

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	08/02/2022
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria das demonstrações financeiras com a finalidade de emitir parecer sobre o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das demonstrações do valor adicionado e sua adequação com as posições patrimonial e financeira da Companhia referente ao exercício social de 2022. Revisão especial das informações trimestrais (ITR) de tais exercícios sociais
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022 será de R$ 630 mil.
Justificativa da substituição	Rotatividade em função do prazo de 5 anos para prestação de serviço
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica, pois não há discordância do auditor da justificativa

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Roberto Martorelli	01/01/2022	181.375.338-50	

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa e em defesa dos interesses dos acionistas, a contratação dos serviços de auditoria independente é realizada com base na cotação de mercado dentre as principais empresas que atuam no Brasil e submetidos à recomendação da Diretoria.

Evitamos contratar outros serviços além daqueles de auditoria contábil da mesma empresa de auditoria externa e, na eventualidade de fazê-lo, prezamos pela manutenção dos princípios de independência, evitando a existência de qualquer tipo de conflito de interesses.

Não há transferências relevantes de serviços ou recursos entre os auditores e partes relacionadas com a Companhia, conforme definidas na Deliberação CVM nº 642/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)
Patrimônio Líquido	329.014.000,00	316.295.000,00	344.485.000,00
Ativo Total	542.730.000,00	598.815.000,00	676.091.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	314.402.000,00	244.607.000,00	316.225.000,00
Resultado Bruto	165.176.000,00	112.399.000,00	109.243.000,00
Resultado Líquido	28.081.000,00	-28.163.000,00	-122.654.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	73.589.869	77.298.415	77.298.415
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	4,470914	4,091869	4,456560
Resultado Básico por Ação	0,359300	-0,364300	-1,586760
Resultado Diluído por Ação	0,35	-0,36	-1,58

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2. - MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

a) informar o valor das medições não contábeis

Ebitda “CVM” e Ebitda Ajustado

O Ebitda “CVM”, sigla em inglês para earnings before interests, taxes, depreciation and amortization (em português, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS e, também, não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa para avaliação de fluxos operacionais de caixa como medida de liquidez. Não há um padrão para o cálculo do Ebitda, de modo que outras empresas podem calcular tal indicador de forma diferente da utilizada na Technos S.A..

Consideramos o Ebitda “CVM” o Lucro Líquido acrescido da depreciação e amortização, resultado financeiro líquido, impostos correntes e diferidos. O Ebitda Ajustado considera ainda a realização do ativo fiscal diferido gerado pelo ágio de aquisição de controle acionário da nossa controlada TASA, ajuste a valor presente sobre vendas e impostos sobre vendas, provisões para contingências não operacionais, resultados não recorrentes, resultados não operacionais, recuperação escrow de passivos gerados antes da aquisição da Dumont Saab.

(R$ mil)	2019	2020	2021
Ebitda “CVM”	-114,4	1,6	59,5
Ebitda Ajustado	15,2	6,2	63,2

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

DRE (R$ mil)	2019	2020	2021
Lucro Líquido	**-122.654**	**-28.163**	**28.081**
Depreciação e Amortização	-12.236	-11.049	-8.871
Receitas Financeiras sem AVP	32.651	51.557	7.382
Receitas Financeiras do AVP	7.688	3.071	4.864
Despesas Financeiras	-45.517	-79.119	-27.277
Impostos Correntes	-7,12	-1.892	-1.568
Impostos Diferidos	9.171	7.653	-5.968
EBITDA (CVM)	**-114.418**	**1.615**	**59.519**
Provisão para Contingências Não Recorrentes	-9.654	1.612	-2.857
Outros Não-Recorrentes	-73.139	-2.639	4.568
Recuperação Escrow	-	-	-

3.2 - Medições Não Contábeis

Realização de Valor Justo do Estoque da Dumont	-	-	-
Outras Despesas Não Caixa	-1.402	-	-
Impacto do AVP sobre Resultado Operacional	-4.992	-3.545	-5.373
Impactos Extraordinários	-40.416	-	-
EBITDA Ajustado	**15.173**	**6.187**	**63.180**

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Consideramos que a análise do Ebitda “CVM” e do Ebitda Ajustado permitem a melhor comparabilidade do desempenho operacional entre os períodos indicados e são indicadores mais adequados para avaliar o desempenho e a geração de caixa operacional, uma vez que apresenta os resultados isentos de impactos outros, como operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis, como a depreciação e a amortização. Entendemos que nosso lucro líquido deve ser ajustado em função das rubricas demonstradas no item 3.2.(b) acima, que representam eventos não-caixa particulares, não operacionais e não recorrentes.

Construímos nosso Ebitda “CVM” partindo do Lucro Líquido, seguindo práticas comuns de mercado e de acordo com a Instrução nº 572/12 editada no dia 04/10/2012 pela CVM.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 09 de maio de 2022, em Reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, foi aprovado por unanimidade:

- O cancelamento de 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da Companhia e sem redução do valor do Capital Social da Companhia. As ações canceladas representam 55,4% das ações em tesouraria nesta data.

- A instituição de programa de recompra de ações de emissão da Companhia ("Programa de Recompra de Ações"), observadas as disposições da Instrução CVM nº 567/2015 ("ICVM 567"), de acordo com as seguintes condições:

Objetivos: o Programa de Recompra de Ações tem como objetivos adquirir ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, com posterior cancelamento ou alienação, bem como cumprir com as obrigações e compromissos assumidos pela Companhia no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching), além de maximizar a geração de valor para os acionistas;

Quantidade de ações que poderão ser adquiridas: a quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 7.650.621 ações;

Prazo: o prazo máximo para a realização das aquisições será de 18 meses, iniciando-se em 10 de maio de 2022 e encerrando-se em 10 de novembro de 2023;

Instituição financeira intermediária: Itaú Corretora de Valores S.A., com endereço na Avenida Faria Lima, nº. 3500, 3º andar, parte, São Paulo – SP, CEP: 04538-132, CNPJ/MF 61.194.353/0001-64; e e. Recursos a serem utilizados: serão utilizados recursos disponíveis em reservas de lucros ou capital apurados na última Demonstração Financeira da Companhia disponível.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4. Política de destinação de resultados

	2019	2020	2021
a) Regras sobre retenção de lucros	Nosso Estatuto Social vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 determinava que até 5% do lucro líquido ajustado (após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício) seria destinado para constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Além disso, o orçamento de capital para o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, aprovado na Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2019, prevê a retenção de lucros do exercício de 2019, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.	Nosso Estatuto Social vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 determinava que até 5% do lucro líquido ajustado (após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício) seria destinado para constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Além disso, o orçamento de capital para o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020, aprovado na Assembleia Geral realizada em 31 de julho de 2020, prevê a retenção de lucros do exercício de 2020, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.	Nosso Estatuto Social vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 determinava que até 5% do lucro líquido ajustado (após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício) seria destinado para constituição da reserva legal, até que esta atinja 20% do capital social. Além disso, o orçamento de capital para o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021, aprovado na Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2021, prevê a retenção de lucros do exercício de 2021, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
a.1) Valores das retenções de lucros	Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2020, tendo em vista que foi apurado prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R$ 122.654 mil, foi aprovada, tendo sido computados 20.107.787 votos a favor da destinação de resultado, sem quaisquer restrições e registrados nenhum voto contrário e 5.253.547 abstenções, a Proposta da Administração de absorver integralmente o prejuízo com base nos saldos	Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, tendo em vista que foi apurado prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R$ 28.163 mil, foi aprovada, com 27.899.040 votos a favor da destinação de resultado, representando 35,54% do capital social, sem quaisquer restrições e nenhum voto contrário ou abstenção, a Proposta da Administração de absorver integralmente o prejuízo com base nos saldos	Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, a proposta da Administração de destinação de lucro foi aprovada por unanimidade de votos, considerando as seguintes retenções: R$ 1,4 milhão para a conta de reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R$ 4,3 milhões para a reserva de incentivos fiscais; (iii) R$ 6,0 milhões equivalentes a 21,4% do lucro líquido do exercício, distribuídos aos

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	constantes das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, nos termos do § único do art. 189 da Lei 6.404/76.	constantes das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, nos termos do § único do art. 189 da Lei 6.404/76.	acionistas a título de dividendos intercalares (R$ 5,6 milhões como dividendos obrigatórios e R$ 413 mil a título de dividendos adicionais); e (iv) R$ 16,3 milhões para retenção na Companhia conforme orçamento de capital para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2022.
a.2) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não se aplica, uma vez que a Companhia registrou prejuízo no exercício de 2019, que foi integralmente absorvido pelas reservas de lucros existentes.	Não se aplica, uma vez que a Companhia registrou prejuízo no exercício de 2020, que foi integralmente absorvido pelas reservas de lucros existentes.	As retenções de lucros referentes ao exercício de 2021 representaram os seguintes percentuais em relação aos lucros totais declarados: (i) Reserva legal: 5%; (ii) Reserva de incentivos fiscais: 15,4%; (iii) Dividendo mínimo obrigatório: 19,9%; (iv) Dividendo adicional: 1,5%; e (iii) Retenção na Companhia, conforme orçamento de capital, para o exercício de 2022: 58,2%
b) Regras sobre distribuição de dividendos	Nosso Estatuto Social vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 determinava a distribuição de dividendo obrigatório, em cada exercício social, de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado, sendo certo que o dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar.	Nosso Estatuto Social vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 determinava a distribuição de dividendo obrigatório, em cada exercício social, de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado, sendo certo que o dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar.	Nosso Estatuto Social vigente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 determinava a distribuição de dividendo obrigatório, em cada exercício social, de 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado, sendo certo que o dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	Nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser incompatível com a situação financeira da companhia. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2020 não houve proposta para distribuição de dividendos em função do prejuízo apurado no exercício de 2019.	Nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser incompatível com a situação financeira da companhia. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021 não houve proposta para distribuição de dividendos em função do prejuízo apurado no exercício de 2020.	Nos termos do artigo 202, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral ser incompatível com a situação financeira da companhia. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, os acionistas deliberaram distribuir o montante de R$ 6,0 milhões, imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social de 2021 e correspondente a 21,4% do lucro líquido do exercício, a título de dividendos sendo R$ 5,6 milhões como dividendos obrigatórios e R$ 413 mil como dividendos adicionais, cujo pagamento foi realizado no dia 28 de janeiro de 2022.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos é anual. No entanto, o Estatuto Social prevê ainda que a Companhia poderá levantar, além do balanço anual do exercício, balanços semestrais e ainda, em qualquer época, balanços extraordinários e o Conselho de Administração poderá, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Não houve distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2019 em	A distribuição de dividendos é anual. No entanto, o Estatuto Social prevê ainda que a Companhia poderá levantar, além do balanço anual do exercício, balanços semestrais e ainda, em qualquer época, balanços extraordinários e o Conselho de Administração poderá, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Não houve distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2020 em	A distribuição de dividendos é anual. No entanto, o Estatuto Social prevê ainda que a Companhia poderá levantar, além do balanço anual do exercício, balanços semestrais e ainda, em qualquer época, balanços extraordinários e o Conselho de Administração poderá, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Foi aprovada, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre a destinação do

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	função do prejuízo apurado no período.	função do prejuízo apurado no período.	resultado do exercício social de 2021, a distribuição de dividendos intercalares, no valor total de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), equivalentes a R$ 0,080987323 por ação, com base no lucro apurado no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76, prevê que 5% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, até o limite de 20% do capital social. Após a constituição da reserva legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reservas de contingências e/ou sua respectiva reversão, será prioritariamente destinado ao pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas.	O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76, prevê que 5% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, até o limite de 20% do capital social. Após a constituição da reserva legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reservas de contingências e/ou sua respectiva reversão, será prioritariamente destinado ao pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas.	O Estatuto Social da Companhia, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76, prevê que 5% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, até o limite de 20% do capital social. Após a constituição da reserva legal, o lucro que remanescer, ajustado pela constituição de reservas de contingências e/ou sua respectiva reversão, será prioritariamente destinado ao pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas.
e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não se aplica, uma vez que a Companhia não tem uma política específica de destinação de resultados formalmente aprovada. Todas as regras referentes ao assunto estão no Estatuto Social, conforme detalhado nesta tabela deste item 3.4. do Formulário de Referência.	Não se aplica, uma vez que a Companhia não tem uma política específica de destinação de resultados formalmente aprovada. Todas as regras referentes ao assunto estão no Estatuto Social, conforme detalhado nesta tabela deste item 3.4. do Formulário de Referência.	Não se aplica, uma vez que a Companhia não tem uma política específica de destinação de resultados formalmente aprovada. Todas as regras referentes ao assunto estão no Estatuto Social, conforme detalhado nesta tabela deste item 3.4. do Formulário de Referência.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019
Lucro líquido ajustado	22.345.000,00	-28.163.000,00	-122.654.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	26,851645	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	8,534895	-8,904029	-35,605034
Dividendo distribuído total	6.000.000,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	16.345.017,29	0,00	0,00
Data da aprovação da retenção	14/01/2022	30/04/2021	31/07/2020

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	5.586.254,32	28/01/2022				
Outros						
Ordinária	413.745,68	28/01/2022				
Ordinária			0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 – Declaração de dividendos a conta de lucros retidos ou reservas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022 aprovou, por unanimidade dos votos válidos, a seguinte destinação do lucro líquido de R$ 28.081.209,67 apurado no último exercício social: (a) R$ 1.404.060,48 destinados à reserva legal da Companhia; (b) R$ 4.332.131,90 destinados à incentivo fiscal de subsidiária da Companhia; (c) R$ 6.000.000,00, equivalentes a 21,4% do lucro líquido do exercício, distribuídos aos acionistas a título de dividendos, sendo R$ 5.586.254,32 a título de dividendos obrigatórios e R$ 413.745,68 a título de dividendos adicionais, cujo o pagamento foi realizado no dia 28 de janeiro de 2022, após aprovação em sede de reunião do Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, no dia 14 de janeiro de 2022; e (d) o restante, no valor de R$ 16.345.017,29 destinado à retenção de lucros da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no montante de R$ 28,2 milhões, o prejuízo do exercício foi absorvido com base nos saldos constantes das reservas de lucros, inclusive a reserva legal, nos termos do parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/1976, não sendo declarado dividendo à conta de lucros retidos ou reservas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou prejuízo no montante de R$ 122,7 milhões, não havendo destinação de resultados. O prejuízo do exercício foi absorvido com base nos saldos constantes das reservas de lucros, inclusive a legal

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2021	313.716.000,00	Índice de Endividamento	0,95350000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Flutuante		28.896.000,00	31.286.000,00	124.801.000,00	1.819.000,00	186.802.000,00
Total			28.896.000,00	31.286.000,00	124.801.000,00	1.819.000,00	186.802.000,00

Observação

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação à situação financeira da Companhia, além das apresentadas nos itens anteriores deste Formulário e em nossas demonstrações financeiras.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4. Fatores de risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de nossa emissão. Os riscos descritos abaixo são aqueles que nós conhecemos e que acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos irrelevantes também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “4.2 Riscos de Mercado”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros e de nossas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” e na seção “4.2. Riscos de Mercado” devem ser compreendidas nesse contexto.

Ademais, não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “4.2. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção “4. Fatores de Risco” e da seção “4.2. Riscos de Mercado”.

a) ao emissor

Poderemos ser incapazes de sustentar continuamente o reconhecimento de nossas marcas e nossa reputação de produtos de alta qualidade, o que poderá causar impacto negativo relevante em nossos negócios.

As nossas marcas e suas imagens são essenciais para os nossos negócios e para nossa estratégia de crescimento. Manter, promover e posicionar essas marcas depende significativamente do sucesso de nossos esforços de *marketing* e de nossa habilidade de manter nossa reputação de produtores de relógios de alta qualidade. Qualquer incapacidade de continuar a promover esforços bem-sucedidos de *marketing* ou qualquer impacto negativo em nossa reputação poderá reduzir o volume de nossas vendas e representar impacto negativo relevante para o resultado de nossas operações. Poderemos tentar adquirir e/ou desenvolver marcas que visam nichos de mercado diferentes daqueles em que operamos atualmente, ou desenvolver novas linhas de produtos, o que, se malsucedido, poderá afetar o valor de nossas marcas e, consequentemente, nossos resultados operacionais.

Adicionalmente, conduzimos testes de qualidade com padrões rigorosos em nossos relógios para assegurar que eles funcionem corretamente e sem problemas. Alguns de nossos produtos poderão apresentar falhas e defeitos não detectados, o que poderá provocar reclamações ou processos contra nós e ferir nossa reputação, independentemente de nossa culpa nessas falhas ou defeitos. Nossos negócios poderão sofrer impacto negativo relevante como resultado de um problema significativo na qualidade ou no desempenho dos produtos vendidos por nós, especialmente porque é possível que sejamos obrigados a pagar pelos danos resultantes. Se formos incapazes de manter o alto padrão de qualidade e precisão dos produtos que nossos consumidores esperam, nossa reputação na indústria, nossos relacionamentos com consumidores e clientes e a imagem de nossas marcas poderão ser impactadas negativamente, o que poderá significar um impacto negativo relevante para nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Grande parte de nossas receitas é proveniente de uma única marca, "Technos", e uma redução das vendas da marca "Technos" poderá ter impacto negativo significativo em nossos negócios.

Em 30 de dezembro de 2021 vendíamos dez marcas de relógios e a marca "Technos" representava quase metade da receita consolidada decorrente da venda de bens e serviços. Não podemos garantir que os produtos vendidos sob a marca "Technos" manterão seu nível atual de penetração e apelo, ou que os produtos que vendemos sob outras marcas nos permitirão manter nossos níveis atuais de vendas e lucratividade. Se as vendas dos produtos da marca "Technos" diminuírem, poderá causar um efeito adverso significativo em nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais.

O Risco de renovar ou a rescisão de qualquer de nossos contratos de licenciamento ou de nossos contratos de distribuição poderá resultar em perdas significativas de receita, gerando impacto adverso relevante em nossos negócios.

Uma parte relevante de nossas vendas decorre, e estimamos que continue a decorrer, da venda de produtos sob marcas detidas por terceiros, as quais possuímos o direito de uso por meio da celebração de contratos de licenciamento ou em virtude de contratos de distribuição exclusiva. De acordo com esses contratos, temos o direito de produzir e distribuir determinados produtos sob as marcas de outras empresas. Em 30 de dezembro de 2020, vendíamos produtos sob as marcas de terceiros, "Mormaii", "Fossil", "Michael Kors", "Armani Exchange", "Emporio Armani", "Diesel", "Skagen" e "Reserva". Em 17/04/2014, a empresa firmou o exercício de Opção de Compra das marcas Euro e Allora com a empresa Euro Company Licenciadora de Marcas Ltda., por meio de Termo de Cessão e Transferência de Marcas. Desta forma as marcas Euro e Allora passam a integrar o portfólio de marcas próprias do Grupo Technos. Com isso, na data desse Formulário de Referência, a receita proveniente de marcas de terceiros representava aproximadamente 21% de nossa receita consolidada.

Nossos contratos de licenciamento terminarão: (i) em 2026, para a marca "Mormaii"; (ii) em 2025 para as marcas do Grupo Fossil,".

Adicionalmente, as contrapartes poderão rescindir os contratos de licenciamento se deixarmos de cumprir certas obrigações ou mediante a ocorrência de determinados eventos, incluindo a hipótese de não realizarmos os pagamentos contratuais referentes às licenças, a não observância dos limites territoriais da licença e o sub-licenciamento não autorizado de marcas licenciadas para terceiros. Poderemos ser incapazes de continuar cumprindo nossas obrigações estabelecidas nos termos desses contratos, ou de renová-los nos mesmos termos e condições ou em termos e condições semelhantes. Nossa incapacidade de manter ou renovar um ou mais dos contratos que nos possibilitam comercializar produtos identificados por marcas detidas por terceiros poderá reduzir nossas vendas e representar impacto adverso relevante em nossos resultados operacionais e condição financeira.

A incapacidade de mantermos níveis adequados de estoque e declínios no valor de nosso estoque poderão causar um impacto adverso relevante em nossos negócios.

Mantemos um estoque de produtos selecionados que esperamos que tenha alta demanda. Se nossas metas de vendas se mostrarem incorretas, poderemos ser incapazes de vender parte de nosso estoque de relógios ou de utilizar de forma eficiente os componentes que encomendamos antecipadamente de nossos fornecedores. Níveis de estoque que excedam a demanda dos clientes poderão resultar na redução do valor do estoque ou na venda do excesso a preços mais baixos. Esses eventos poderão impactar negativamente os nossos resultados operacionais e prejudicar a imagem de nossas marcas. Por outro lado, se subestimarmos a demanda dos consumidores por nossos produtos ou se nossos fornecedores deixarem de fornecer produtos de qualidade de forma célere, poderemos sofrer escassez de estoque, o que poderá resultar em pedidos não atendidos, impactar negativamente nosso relacionamento com clientes, diminuir a lealdade às nossas marcas e causar perdas de receitas, sendo que qualquer desses fatores poderá causar impacto negativo relevante em nossos negócios.

O desempenho aquém do esperado de novos produtos ou o declínio no valor de nosso estoque poderá impactar negativamente de forma relevante os nossos negócios, resultados de operações ou condição financeira, e poderemos ser incapazes de gerenciar nossos estoques existentes e futuros de forma bem-sucedida.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nosso sucesso depende de nossa capacidade para expandir nosso portfólio e desenvolver novos produtos de acordo com a preferência dos consumidores.

Nosso crescimento depende de nossa capacidade de implementar de forma bem-sucedida nossa estratégia, o que inclui antecipar a preferência dos consumidores e diversificar nossas linhas de produtos. A decisão de comprar qualquer acessório de moda, incluindo relógios, é altamente subjetiva e pode ser influenciada por uma variedade de fatores, tais como a imagem da marca, programas de *marketing* e o *design* do produto. O sucesso de nossos negócios depende de nossa capacidade de antecipar e responder rapidamente às preferências de nossos consumidores, ao mesmo tempo em que preservamos a qualidade e autenticidade de nossas marcas. Nossos concorrentes poderão ser capazes de prever a preferência dos consumidores antes de nós e, como resultado, capturar participação maior do que a nossa no mercado de novos produtos. A indústria mundial e doméstica de relógios tem se caracterizado pela inovação no *design* e no uso de diferentes materiais. Nosso sucesso depende da nossa capacidade de continuar expandindo nosso portfólio e desenvolver novos produtos nos segmentos em que operamos, em linha com essas inovações. Nossa incapacidade de introduzir novos produtos, ou a habilidade de nossos concorrentes de desenvolver produtos melhores do que os nossos, poderá levar nossos clientes e consumidores a comprar volumes maiores de produtos de nossos concorrentes.

Adicionalmente, tomamos decisões a respeito da expansão de portfólio e do desenvolvimento de novos produtos meses antes de sermos capazes de medir a aceitação do mercado e dos consumidores a esses produtos. Qualquer falha em identificar corretamente a demanda dos consumidores poderá nos levar a desenvolver produtos que não sejam comercialmente viáveis ou que não apresentem os mesmos níveis de vendas e margens das atuais marcas e produtos de nosso portfólio. Além disso, a aceitação de novos produtos pelo mercado requer gastos substanciais e esforços de *marketing*. Se formos incapazes de acompanhar as tendências da moda ou de identificar a preferência de nossos consumidores, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão sofrer impacto adverso relevante.

Nossa incapacidade de operar de forma bem-sucedida e de expandir nossa unidade de montagem e distribuição poderá causar impacto adverso relevante em nossos negócios.

Para que as operações de nossa unidade de montagem e distribuição em Manaus sejam bem- sucedidas, dependemos de vários fatores, incluindo: (i) nossa capacidade de entregar pedidos para nossos clientes de forma pontual; (ii) a disponibilidade de recursos humanos em nossa unidade de montagem e distribuição para gerenciar toda a cadeia de fornecimento; (iii) a capacidade de nossos fornecedores de suprir pontualmente nossa demanda de componentes de relógios; (iv) o sistema de transportes e infraestrutura da cidade de Manaus, especialmente no aeroporto; e (v) nossos equipamentos e o tamanho de nossa unidade de montagem e distribuição. A maior parte desses recursos, por sua vez, é limitada pela disponibilidade de capital e pelo tempo necessário para aumentar a capacidade de produção, particularmente para contratar e treinar empregados. Não podemos garantir que teremos capital e recursos suficientes para expandir nossa capacidade de produção e para manter prazos de entrega que nossos clientes considerem apropriados. Adicionalmente, não podemos assegurar que nossos fornecedores na China e no Japão serão capazes de suprir nossa demanda crescente por componentes, se expandirmos a produção de nossos relógios. Ainda, um acréscimo em nossos prazos de entrega poderá resultar em perda de clientes, o que poderá causar impacto adverso relevante em nossos negócios e resultados operacionais.

Qualquer uso não autorizado de nossas marcas e outros direitos de propriedade intelectual poderá ocasionar efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Dependemos dos direitos de propriedade intelectual registrados no Brasil e em diversos países, de leis concorrenciais e de restrições contratuais para proteger nossas marcas e outros direitos de propriedade intelectual que são importantes para os nossos negócios. Nossos produtos são vendidos principalmente sob as marcas “Technos”, “Euro”, “Mormaii”, “Allora”, “Touch”, “Condor”, “Dumont”, “Fossil”, “Michael Kors”.. Qualquer uso não autorizado de nossas marcas próprias, licenciadas ou com direito de distribuição e outros direitos de propriedade intelectual por terceiros, incluindo a comercialização de produtos falsificados e contrabandeados por terceiros, poderá afetar adversamente nossos negócios, reputação e posição de mercado. Não podemos garantir que as medidas que tomamos para proteger nossas marcas próprias, licenciadas ou com direito de distribuição e outros direitos de propriedade intelectual serão suficientes e, se não formos capazes de proteger nossos direitos de propriedade intelectual, nossos negócios, resultados operacionais e condições financeiras poderão sofrer impacto adverso relevante.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A perda de determinados membros de nossa administração poderá resultar em efeito adverso relevante em nossos negócios.

Nosso desempenho e sucesso dependem, em parte, de membros-chave de nossa administração, e a perda ou saída de qualquer um desses Administradores poderá nos ser prejudicial, dado o conhecimento de nossos negócios e experiência relevante significativa por parte desses Administradores. Se perdermos determinados membros de nossa administração, teremos que atrair novos profissionais altamente qualificados para substituí-los. Se não formos capazes de atrair ou reter profissionais qualificados para administrar e expandir nossas operações, poderemos não ter a capacidade de implementar com sucesso nossa estratégia de crescimento, o que poderá ocasionar efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Alguns de nossos produtos poderão infringir direitos de propriedade intelectual de terceiros, o que poderá nos levar a incorrer em custos inesperados ou à impossibilidade de vender nossos produtos.

Terceiros poderão alegar que nossos produtos infringem seus direitos de propriedade intelectual. Poderemos estar sujeitos a processos e alegações no curso normal de nossas atividades, incluindo alegações de supostas violações dos direitos de propriedade intelectual de terceiros por nós ou por nossos clientes em conexão com o uso de nossos produtos. Quaisquer dessas alegações, com fundamento ou não, poderão resultar em litígios custosos e desviar os esforços de nossa equipe. Além disso, caso sejamos considerados responsáveis pela violação, poderemos ser obrigados a celebrar contratos de licenciamento (se disponíveis em termos aceitáveis ou de qualquer forma) ou a pagar indenizações e deixar de produzir ou vender certos produtos. Ainda, poderemos ser obrigados a redesenhar ou usar componentes diferentes em alguns de nossos produtos para evitar futuras responsabilizações por violações de direitos de propriedade intelectual. Qualquer dessas hipóteses poderá nos levar a incorrer em custos significativos e à impossibilidade de produzir ou vender nossos produtos.

Mudanças em nosso mix de produtos ou canais de distribuição poderão impactar nossas margens de lucro.

Nossas marcas individuais são vendidas em diversas faixas de preços e rendem uma variedade de margens de lucro. Nosso lucro por unidade varia para cada um de nossos produtos e, assim, qualquer alteração em nosso *mix* de produtos poderá afetar nossas margens. De forma semelhante, na data deste Formulário de Referência, nosso lucro por unidade para cada um de nossos canais de distribuição flutua com vendas de estoque excedente com desconto e/ou o estoque de componentes fora de linha rendendo a menor margem. A mudança desfavorável de nosso *mix* de vendas em direção a produtos ou canais de distribuição com menor lucro por unidade poderá gerar efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais.

Nossos seguros poderão não cobrir determinados riscos.

Mantemos contratados seguros dentro dos parâmetros usuais de mercado que são a prática em nossa indústria, incluindo cobertura contra danos ao estoque e propriedade e lucros cessantes. Contudo, nossas apólices não cobrem determinados riscos, tais como guerra, caso fortuito, força maior, ou interrupções de determinadas atividades. Se qualquer desses eventos não segurados ocorrer, poderemos incorrer em custos adicionais que afetarão nossos resultados operacionais. Adicionalmente, mesmo se o tipo de evento de perda estiver coberto por nossas apólices, não poderemos garantir que o pagamento do seguro será suficiente para cobrir o dano decorrente de tal evento.

Potenciais futuras aquisições poderão ser difíceis de integrar e poderão obstar nossos negócios e afetar adversamente o resultado de nossas operações.

Como parte de nossa estratégia de crescimento, poderemos adquirir outros negócios no futuro. Essas aquisições poderão ocorrer na indústria de relógios ou em outras áreas de negócios que, embora complementares aos nossos negócios, poderão ser áreas em que atualmente não atuamos e poderemos não ter prévia experiência administrativa e operacional. Poderemos ter a necessidade de integrar operações totalmente novas e culturas corporativas distintas e tais esforços de integração poderão não ter sucesso. Todas as aquisições envolvem riscos que poderão afetar adversamente, de forma

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

relevante, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira. Esses riscos incluem:

- perda de pessoal chave e de outros empregados devido a incompatibilidades culturais e incertezas profissionais;
- custos, atrasos e ineficiências associadas à integração das operações e do pessoal do negócio adquirido;
- depreciação dos bens e do valor do negócio adquirido; e
- aquisição de contingências e outras obrigações dos negócios adquiridos.

Adicionalmente, negócios adquiridos poderão não aumentar nossas oportunidades comerciais ou não resultar no crescimento que esperamos. Além disso, integrar operações adquiridas é um processo complexo, caro e que demanda tempo. Combinar operações adquiridas com nossos negócios poderá resultar em margens operacionais gerais mais baixas, maior volatilidade de preços de estoque e flutuações nas receitas trimestrais. Nossa incapacidade de: (i) administrar futuras aquisições e integrar com sucesso práticas complementares; ou (ii) concretizar as sinergias comerciais ou outros benefícios esperados, poderá ocasionar um efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

A relativa volatilidade e iliquidez do mercado de capitais brasileiro podem limitar substancialmente a possibilidade de nossos acionistas de vender nossas ações ordinárias pelo preço e no momento apropriado.

Investir em valores mobiliários de emissores brasileiros no Brasil, como nossas ações ordinárias, frequentemente envolve certos riscos políticos e econômicos, tais como, entre outros:

- alterações no ambiente regulatório, tributário, econômico e político podem afetar as possibilidades de nossos acionistas, no todo ou em parte, de receber proveitos em conexão com seus investimentos; e
- restrições a investimentos estrangeiros e na repatriação do capital investido.

O mercado de capitais brasileiro é menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais volátil do que os principais mercados de capitais estrangeiros, tais como o dos Estados Unidos. Em junho de 2020, a capitalização de mercado agregada de todas as companhias listadas na B3 representava aproximadamente R$ 3,996 trilhões, enquanto as dez maiores companhias listadas na B3 representavam aproximadamente 44,0% dessa capitalização de mercado agregada, demonstrando significativa concentração. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a possibilidade de nossos acionistas de vender nossas ações ordinárias a um preço e em tempo apropriados e, consequentemente, pode impactar negativamente o preço de nossas ações ordinárias.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, ou adquirir outras sociedades mediante fusão ou incorporação, o que poderá resultar em diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Poderemos vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas antigos, incluindo os investidores nas ações ordinárias de nossa emissão, o que poderá resultar na diluição da participação do referido investidor nas ações ordinárias de nossa emissão.

Risco Tecnológico proveniente dos smartwatches

Considerando o aumento da relevância dos produtos tecnológicos, há o risco de canibalização dos produtos tradicionais, risco de aceleração de novas tecnologias e obsolescência de nossas coleções, assim como epidemias de problemas de qualidade no produto ou softwares com impacto relevante uma vez que a venda deste tipo de produto é altamente concentrada em poucos skus.

b) a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

A Companhia não possui um controlador ou grupo de controle definido, razão pela qual não há fatores de risco relacionados a este item.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

c) a seus acionistas

Não podemos garantir que alguns acionistas com posições relevantes permanecerão titulares de suas posições na Companhia e a saída desses acionistas poderá afetar adversamente nossas atividades bem como o valor de mercado de nossas ações.

Na data deste Formulário de Referência, parte dos membros da administração está vinculada a acionistas detentores de participações significativas do nosso capital social, sendo que nosso desempenho operacional e financeiro está atrelado ao desempenho desses profissionais. Não temos como garantir a permanência desses acionistas no nosso quadro acionário. Negociações com ações de emissão da Companhia podem afetar o valor de mercado das mesmas. Os acionistas da Companhia têm a capacidade de, observada a legislação aplicável, negociar ações da Technos. Não é possível prever o efeito, se houver, desses negócios sobre o valor de mercado das ações de emissão da Companhia. Vendas de volumes substanciais de ações de emissão da Companhia, ou a percepção de que tais vendas possam correr, teriam possível efeito adverso sobre o valor de mercado dessas ações.

d) a suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às nossas controladas são substancialmente os mesmos relacionados às nossas atividades. Na data deste Formulário de Referência, não existiam sociedades coligadas à nossa Companhia.

e) a seus fornecedores

Se formos incapazes de manter um bom relacionamento com nossos fornecedores ou se suas operações forem interrompidas, nossos negócios podem sofrer impacto adverso relevante.

Não celebramos contratos de longo prazo com nossos fornecedores. Os componentes de nossos relógios são comprados de nossos fornecedores na China e no Japão por meio de pedidos individuais. Até a data deste Formulário de Referência, mantivemos sólidas relações comerciais de longo prazo com a maior parte de nossos fornecedores e esperamos continuar confiando na evolução desses relacionamentos. Contudo, não podemos garantir que seremos capazes de manter relacionamentos de longo prazo ou que nossos fornecedores atuais serão capazes de suprir nossa demanda no futuro, ou serão capazes de fazê-lo em termos satisfatórios para nós (incluindo condições de pagamento, controle de qualidade e pontualidade de entrega). Além disso, como não temos unidades fabris e dependemos desses fornecedores para produzir nossos produtos, poderemos não ser capazes de assegurar o fornecimento de componentes em períodos de crescimento econômico mundial e alta demanda ou os custos de nossos componentes poderão aumentar durante tais períodos.

Adicionalmente, caso as operações dos nossos fornecedores sejam significativamente afetadas ou interrompidas por qualquer razão (incluindo greves, recessões econômicas, desastres naturais e condições políticas adversas), nossos negócios poderão ser afetados adversamente de forma relevante. Isso exigirá que nós providenciemos a fabricação e envio de produtos por meios alternativos, em termos que podem ser desfavoráveis para nós. Qualquer interrupção significativa em nosso relacionamento com nossos fornecedores ou em suas operações poderá ocasionar efeito adverso relevante em nossa capacidade de produzir e distribuir nossos produtos, o que poderá afetar adversamente, de forma relevante, os nossos negócios, nossos resultados operacionais e a nossa condição financeira.

Dependemos de uma rede de fornecedores na China e no Japão para nos suprir com componentes para relógios, nos sujeitando a determinados riscos relacionados a controle de qualidade, recessões econômicas, condições políticas adversas e desastres naturais que afetem a região.

Dependemos de uma rede de fornecedores localizados na China e no Japão para nos suprir com componentes para relógios, tais como equipamento de precisão, circuitos eletrônicos, grampos, caixas e pulseiras. Qualquer atraso na entrega de componentes ou desvio de nossos padrões de qualidade por nossos fornecedores poderá afetar nossa capacidade de atingir as expectativas de nossos clientes, o que poderá causar impacto adverso relevante em nossos negócios.

Adicionalmente, uma vez que uma parcela substancial de nossos componentes para relógios é montada ou fabricada na China e no Japão, nosso sucesso dependerá substancialmente das futuras condições econômicas e sociais desses países. Se as atividades das fábricas na China e no Japão forem interrompidas por qualquer razão, poderemos ter de providenciar a fabricação e envio de produtos por fontes alternativas, o que poderá envolver várias incertezas, incluindo custos de fabricação, adequação da capacidade de fabricação, controle de qualidade e tempo de entrega.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em 11 de março de 2011, um terremoto atingiu a costa nordeste do Japão, o que afetou as operações de manufatura de dois de nossos fornecedores, causando alterações em sua capacidade de produção e cronograma para entrega de componentes de relógios nos levando a buscar fornecimento alternativo para alguns suprimentos específicos temporariamente.

No início de 2020, com a evolução da doença infecciosa causada pelo vírus da síndrome respiratória aguda SARS-CoV-2 (COVID19) e respectivos impactos causados na economia, do lado da oferta de produtos a Companhia não sofreu restrições no abastecimento de mercadorias por seus fornecedores. Apesar do atraso de aproximadamente um mês na reabertura das fábricas após o ano novo chinês, a maioria dos fornecedores asiáticos da Companhia reestabeleceram rapidamente suas operações. Caso ocorram outros eventos que causem interrupções significativas nas atividades de nossos fornecedores, poderemos sofrer efeito adverso relevante em nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Também estamos sujeitos à regulação de comércio, o que nos expõe a riscos políticos e econômicos. Como resultado, nossa capacidade de vender nossos produtos a preços competitivos poderá ser afetada adversamente por qualquer dos seguintes aumentos em tarifas ou encargos, mudanças em tratados comerciais, embargos, greves ou atrasos em transporte aéreo ou marítimo e futura legislação em relação à precificação, comercialização e/ou tributação de produtos importados de países estrangeiros. Se nossos relacionamentos com fornecedores forem comprometidos como resultado de questões de controle de qualidade, recessões econômicas e condições políticas adversas, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão sofrer efeito adverso relevante.

f) a seus clientes

Qualquer problema em nosso relacionamento com nossa rede de clientes poderá afetar nossos negócios e resultados operacionais.

Nossos produtos são distribuídos e vendidos por meio de uma rede de cerca de 9 mil clientes ativos. Não mantemos contratos de longo prazo com nossos clientes e, portanto, não temos controle sobre suas decisões de compras. Qualquer estratégia comercial que seja vista de forma negativa por nossa base de clientes, ou redução na aceitação de nossos produtos pelos consumidores, poderá resultar em efeito adverso relevante em nossas vendas e em nossa estratégia operacional. Adicionalmente, dada a natureza não exclusiva de nossos relacionamentos com nossa rede de clientes, nossos clientes poderão optar por comprar de nossos concorrentes, o que poderá reduzir nossa participação no mercado e afetar adversamente, de forma relevante, nossos negócios. Não podemos garantir que seremos capazes de manter bons relacionamentos com todos os nossos clientes, o que poderá resultar em efeito adverso relevante em nossos negócios e resultado operacional.
No início de 2020, tendo em vista a observada redução da atividade econômica mundial e no Brasil em função da pandemia do Coronavírus, fomos impactados negativamente do lado da demanda por nossos produtos, na atividade de nossos clientes, e na capacidade dos referidos clientes de cumprir prazos e termos de pagamento junto à Companhia. A empresa tem uma rede de distribuição bastante pulverizada e de baixa concentração com aproximadamente 9 mil clientes ativos em todo o território nacional, incluindo grandes magazines, lojas especializadas, atacadistas e lojas de e-commerce. Portanto, dada a característica fragmentada da rede de distribuição da Companhia, o impacto acima mencionado associado à demanda e à inadimplência varia de acordo com o perfil e característica de cada revendedor.

Estamos expostos a riscos relacionados ao inadimplemento por nossos clientes.

Vendemos nossos produtos a prazo para nossos clientes e porção substancial de nosso capital de giro decorre de recebíveis de nossos clientes. Em média, costumamos receber o pagamento integral dentro de seis meses contados da data da venda. Se clientes responsáveis por montante significativo de recebíveis se tornarem insolventes ou, de outra forma, se tornarem incapazes de pagar por produtos e serviços, ou de fazer pagamentos em tempo razoável, nossos negócios poderão sofrer impacto adverso relevante. Fatores adversos que influenciam as condições macroeconômicas brasileiras, tais como níveis reduzidos de atividade econômica, depreciação do real, inflação, elevação da taxa de juros, e/ou aumento da taxa de desemprego poderão vir a aumentar inadimplementos por parte de nossos clientes e afetar adversamente de forma relevante a cobrança destes recebíveis, o que poderá resultar em ciclos mais longos de pagamento, aumento nos custos de cobrança e inadimplementos superiores às expectativas da administração. Redução significativa em nossa habilidade de cobrar os recebíveis poderá impactar o custo ou a disponibilidade de financiamento

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

para nós, causando efeito adverso relevante em nossos negócios, condições financeiras e resultados operacionais.

g) aos setores da economia nos quais o emissor atue.

Flutuações no preço, na disponibilidade e na qualidade de componentes de relógios poderão levar a atrasos e aumento de custos.

Flutuações no preço, disponibilidade e qualidade dos componentes usados em nossos produtos poderão causar efeito adverso relevante no custo de nossas vendas ou capacidade de atingir as demandas de nossos clientes. O preço e a disponibilidade de tais componentes podem flutuar significativamente dependendo de vários fatores, incluindo recursos naturais, aumento no custo de transporte e condições climáticas. No futuro, poderemos não ser capazes de repassar, no todo ou em parte, esses custos elevados para os nossos clientes e nossos negócios, nossos resultados operacionais e nossa condição financeira poderão ser adversamente afetados de forma relevante.

Adicionalmente, o aumento nos custos de mão de obra nos países onde nossos fornecedores estão localizados, particularmente na China, que é considerado um país com custos de fabricação relativamente baixos, poderá afetar adversamente, de forma relevante, o preço de nossos componentes de relógios e, em última análise, o preço de nossos produtos. De forma semelhante, o aumento do custo de mão de obra na Zona Franca de Manaus, onde nossa unidade de montagem e distribuição está localizada, poderá afetar o preço final de nossos relógios e, se não conseguirmos repassar, no todo ou em parte, esses custos elevados aos nossos clientes, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão sofrer impacto adverso relevante.

Os efeitos de ciclos econômicos e das condições da indústria de varejo poderão afetar adversamente nossos negócios.

Nosso negócio é sujeito a ciclos econômicos e às condições da indústria de varejo. Compras de acessórios de moda, como nossos relógios, tendem a cair durante períodos de recessão, quando o capital disponível está baixo e consumidores hesitam em usar o crédito disponível. Qualquer redução significativa nas condições econômicas gerais ou incertezas relacionadas às previsões econômicas futuras que afetem os hábitos de consumo poderá ter efeito adverso relevante na compra de nossos produtos.

Dependemos do sistema de transporte aéreo e de transportadoras terceirizadas na cidade de Manaus, onde nossa planta de montagem e distribuição está localizada.

Enviamos nossos produtos a nossos clientes a partir da nossa unidade de montagem e distribuição localizada na Cidade de Manaus pelo correio ou por meio de transportadoras privadas terceirizadas. Adicionalmente, também dependemos do transporte aéreo fornecido por empresas terceirizadas para receber os componentes importados da Ásia para a montagem de nossos relógios, que são normalmente enviados pela via aérea para o Aeroporto Internacional de Manaus. Qualquer interrupção significativa nas atividades de transportes da cidade de Manaus devido a desastres naturais, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas, indisponibilidade de aviões ou pistas de pouso, greves de oficiais alfandegários e funcionários aeroportuários, ou outras causas imprevistas, poderá atrasar ou reduzir a nossa capacidade de: (i) receber componentes importados para a montagem de nossos relógios; e (ii) distribuir nossos produtos para nossos clientes, o que poderá causar efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais e condição financeira.

Adicionalmente, nossos produtos são enviados por meio de transportadoras terceirizadas. Se uma greve ou outro evento impedir ou interromper o transporte de nossos produtos por essas transportadoras, outras transportadoras poderão não estar disponíveis ou poderão não ter a capacidade de entregar em tempo hábil nossos produtos a nossos consumidores, ou os componentes importados para a montagem de nossos relógios à nossa unidade de montagem e distribuição. Se, a qualquer momento, empresas terceirizadas adequadas para o transporte de nossos produtos estiverem indisponíveis, nossos negócios poderão ser afetados adversamente de forma relevante.

Poderemos enfrentar aumento de concorrência se alterações na legislação brasileira relativa à tributação e precificação a tornarem mais favorável a bens importados.

Na data deste Formulário de Referência, temos aproximadamente três grandes concorrentes regionais e nacionais na indústria de relógios brasileira. Não enfrentamos atualmente concorrência direta relevante de relógios importados, devido

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

à atual legislação brasileira que impõe quantia significativa de tributos a bens importados, aumentando drasticamente os preços de relógios importados e, assim, colocando esses produtos importados em uma faixa de preço diversa daquela adotada em nosso portfólio. Se a legislação aplicável em relação a preços, encargos, tarifas ou tributos se tornar mais favorável a produtos importados, enfrentaremos aumento da concorrência de fabricantes estrangeiros, importadores e distribuidores. Não temos controle sobre, nem podemos prever, quaisquer medidas ou políticas que o Governo Federal do Brasil adotará no futuro. Se não formos capazes de competir com maior ingresso de relógios e acessórios importados, nossa participação no mercado, nossos resultados operacionais e nossa condição financeira poderão ser afetados adversamente de forma relevante.

Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os nossos resultados operacionais e os resultados operacionais de nossos clientes.

O Governo Federal do Brasil regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que, eventualmente, podem aumentar a carga tributária incidente sobre determinados setores econômicos. Essas alterações incluem modificações na alíquota dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a determinadas finalidades governamentais. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados. No entanto, algumas dessas medidas poderão nos sujeitar a novos recolhimentos não previstos inicialmente, o que poderá afetar negativamente o nosso resultado operacional. Da mesma forma, essas medidas poderão afetar adversamente os negócios e a situação financeira de nossos clientes, o que poderá ter impacto adverso relevante em nossos resultados operacionais.

Nosso setor é sensível a recessões econômicas no Brasil.

Historicamente, nosso setor está exposto a recessões econômicas que reduziram o poder de compra dos consumidores no Brasil. A venda de acessórios de moda, como nossos relógios, tende a ser reduzida durante recessões econômicas e o sucesso de operações no setor depende, entre outros fatores, da renda dos consumidores, da disponibilidade de crédito ao consumidor, taxas de juros, inflação, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Dessa forma, condições desfavoráveis na economia brasileira poderão reduzir consideravelmente a capacidade de gasto dos consumidores e sua renda disponível, o que poderá impactar adversamente nossas vendas, resultados operacionais e condição financeira.

Nossos resultados operacionais poderão ser afetados por sazonalidade na venda de relógios e acessórios.

Nosso setor é naturalmente sazonal e parte significativa de nossa receita operacional líquida é gerada perto de datas comemorativas como Dia das Mães, Dia dos Namorados, Dia dos Pais e Natal. Planejamos e aumentamos nossos estoques para suprir a demanda por nossos produtos, aumentada durante esses períodos, e qualquer redução imprevista na demanda ou estimativa equivocada de demanda pode gerar excesso de estoque ou, em sentido oposto, estoque insuficiente. Nesses casos, poderemos ser obrigados a vender nosso excesso de estoque a preços significativamente mais baixos do que os esperados inicialmente ou poderemos sofrer os impactos de vendas reduzidas e diminuição da participação no mercado. Adicionalmente, se os produtos lançados nesses períodos não forem adequados às preferências de nossos clientes e de nossos consumidores, reduzindo as vendas esperadas para esses períodos, nossos resultados operacionais poderão ser afetados adversamente de maneira relevante. Ainda, em razão dos ciclos sazonais de nossos negócios e de outros determinados fatores, incluindo o tempo de introdução de novos produtos, o tempo de entrega dos pedidos de nossos clientes e a demanda de compras por nosso portfólio de produtos, nossos resultados trimestrais de operações flutuaram no passado e podem continuar a flutuar.

Nosso negócio está sujeito a riscos de câmbio.

Adquirimos parte significativa de nosso estoque de fornecedores estrangeiros cujos custos são afetados pela flutuação de suas moedas locais em relação ao dólar ou que precificam seus produtos em moedas diferentes do dólar, como é o caso dos fornecedores na China e no Japão, cujos componentes de relógios são afetados por alterações no preço do iuan chinês e do iene japonês, respectivamente. Dessa forma, uma valorização do dólar ou da moeda local de nossos fornecedores, ou a desvalorização do real, poderá aumentar o custo de nossos bens vendidos e, se não formos capazes de repassar tais incrementos de custo para os nossos clientes, poderemos sofrer redução em nossas margens brutas e,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

em última análise, em nossa lucratividade.

Reduzimos nossa exposição ao risco cambial do dólar por meio de contratos de *hedge*. Na hipótese de essa exposição não se compensar, temos a possibilidade, nos termos dos nossos contratos de *hedge,* de utilizar contratos futuros de câmbio e compramos opções de moeda estrangeira para mitigar o risco de câmbio. Se não formos capazes de repassar aumentos de custos relacionados à flutuação do câmbio para nossos clientes e/ou se nossos contratos de *hedge* forem malsucedidos em minimizar o risco ou forem considerados ineficazes, qualquer flutuação na taxa de câmbio do dólar poderá afetar adversamente, de maneira relevante, nossos resultados operacionais.

O mercado para nossos produtos é competitivo e, se não conseguirmos competir com eficiência, nossos negócios poderão ser afetados adversamente de forma relevante.

O mercado para nossos produtos é competitivo. A concorrência é caracterizada pela variedade de mercadorias, novos concorrentes, publicidade, preços e descontos, qualidade, experiência de compra, reputação, capacidade de antecipar as preferências dos consumidores, disponibilidade de crédito ao consumidor, e pela qualidade e eficiência dos serviços de venda e pós-venda, entre outros fatores. Devido a diversas razões que estão fora de nosso controle, nossos concorrentes poderão estar em uma posição mais favorável para responder rapidamente a oportunidades de mercado, tecnologias novas ou emergentes e mudanças nas preferências dos consumidores. Não podemos garantir que seremos capazes de manter ou aumentar nossa participação de mercado em razão da ocorrência desses ou de outros fatores de concorrência. A incapacidade de manter e aumentar nossa posição competitiva poderá afetar de forma relevante nossos negócios e perspectivas.

h) a regulação dos setores em que o emissor atue

A suspensão, cancelamento ou redução dos incentivos fiscais dos quais nos beneficiamos atualmente na área de atuação da Sudam e na Zona Franca de Manaus poderá ocasionar impacto adverso relevante nos nossos negócios e resultados operacionais.

Nossa unidade de montagem e distribuição está localizada na área de atuação da Sudam e na Zona Franca de Manaus, Estado do Amazonas, onde determinados incentivos fiscais são concedidos pelos Governos Federal e Estadual. Os benefícios concedidos pelo Governo Federal do Brasil são para projetos novos ou existentes aprovados até 31 de dezembro de 2014 que, uma vez obtidos, permanecerão válidos até 2073. Os benefícios concedidos pelo Governo Estadual, por sua vez, têm prazos que variam de 2011 até 2023. Para mais detalhes sobre esses benefícios fiscais, veja item 10.1.(h) da seção “10. Comentários dos Diretores” deste Formulário de Referência.

Para a qualificação e manutenção dos incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal do Brasil relativos à Sudam, temos que: (i) cumprir com determinados requisitos, incluindo as leis trabalhistas, previdenciárias e ambientais; (ii) realizar o arquivamento anual de determinadas informações exigidas junto às autoridades regulatórias competentes; (iii) aplicar o valor da redução em atividades diretamente ligadas à produção ou operação da empresa beneficiária, na área de atuação da Sudam, sem distribuição aos acionistas; (iv) comprovar anualmente a ausência de débitos fiscais e de débitos relacionados às contribuições sociais, bem como a constituição de nossas reservas de capital e o uso de tais reservas; e (v) reportar às autoridades regulatórias quaisquer ações judiciais iniciadas por terceiros (incluindo o Ministério Público Federal). Não podemos garantir que manteremos, ou nos qualificaremos, para esses benefícios fiscais no futuro, até a data de seu término nos termos da lei vigente, ou que seremos capazes de renovar ou substituir tais benefícios no futuro.

Para a qualificação e manutenção dos incentivos fiscais concedidos pelo Governo Estadual, temos que: (i) implantar o projeto técnico e de viabilidade econômica na forma aprovada pelo CODAM; (ii) manter programas de benefícios sociais para os nossos empregados, especialmente, nas áreas de alimentação, saúde, lazer, educação, transporte e creche a preços subsidiados, de acordo com determinados parâmetros; (iii) desenvolver programas de regionalização e de desenvolvimento tecnológico, nos termos e condições estabelecidas em Resolução da Seplan; (iv) manter programas de gestão de qualidade, meio ambiente e de segurança e saúde ocupacional; (v) manter no estabelecimento, e local visível ao público, placa alusiva aos incentivos, de acordo com modelo e especificações aprovados pela Seplan; (vi) reservar parcela da produção de bens de consumo final para atender a demanda local; (vii) assegurar, em condições semelhantes de competitividade, quanto a preços, preferência à aquisição de produtos intermediários, partes e peças, produtos secundários e materiais de embalagens, fabricados em território amazonense, preferencialmente no interior do Estado;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(viii) utilizar, em condições semelhantes de competitividade, infraestrutura local de serviços, tais como: publicidade, consultoria, construção civil, contabilidade, gráficos, segurança, fechamento de contrato de câmbio, aquisição de passagens aéreas e locação de veículos; (ix) manter a administração no Estado, inclusive um diretor residente; (x) recolher o FGTS e contribuições sociais e previdenciárias no Estado do Amazonas; (xi) manter menores e deficientes físicos em seu quadro funcional; (xii) recolher o ICMS apurado, relativo à saída do produto incentivado, no prazo regulamentar; e (xiii) recolher contribuição financeira, em caráter irretratável e irrevogável, durante todo o período de fruição dos incentivos, e informar o valor da contribuição no quadro de informações complementares da Declaração de Apuração Mensal – DAM. As penalidades pelo descumprimento das condições podem acarretar a perda dos incentivos, suspensão dos incentivos até a sua regularização, perda dos incentivos no período a que se referir a infração ou multa, de acordo com a condição descumprida. Não podemos garantir que manteremos, ou nos qualificaremos, para esses benefícios fiscais no futuro, até a data de seu término nos termos da lei vigente, ou que seremos capazes de renovar ou substituir tais benefícios no futuro.

Em relação aos benefícios estaduais, vale mencionar que, em tese, os Estados não possuem a prerrogativa de conceder incentivos de ICMS de forma unilateral, a menos que todos os outros entes federativos concordem com tal concessão, mediante aprovação do Confaz. Nesse sentido, do ponto de vista jurídico, incentivos fiscais concedidos sem a autorização do Confaz (tal como os benefícios concedidos pelo Estado do Amazonas) podem ter a sua constitucionalidade questionada. Ainda sobre o assunto, o Superior Tribunal Federal reconheceu a legitimidade do Ministério Público para ingressar com ações civis públicas visando à declaração de inconstitucionalidade de benefícios fiscais unilateralmente concedidos pelos Estados.

Adicionalmente, há o risco de que alterações legislativas ou decisões judiciais possam proibir, interromper, limitar ou modificar o uso dos incentivos fiscais existentes na data deste Formulário de Referência. Qualquer suspensão, vencimento antecipado, limitação, ressarcimento ou impossibilidade de renovar tais benefícios fiscais poderão afetar adversamente nossos resultados operacionais. Se perdermos nossos benefícios e incentivos fiscais ou se formos incapazes de cumprir exigências futuras, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira sofrerão impacto adverso relevante.

i) aos países estrangeiros onde o emissor atue.

Nossa operação em países estrangeiros não nos expõe a riscos que não tenham sido especificados neste item 4.1.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2. Descrição dos principais riscos de mercado

O Governo Federal do Brasil exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão nos afetar adversamente.

O Governo Federal do Brasil poderá intervir na economia nacional e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias. As medidas tomadas no passado pelo Governo Federal do Brasil para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram no aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal do Brasil poderá adotar no futuro, e não podemos prevê-las. Nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser prejudicados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

1. Instabilidades social e política;
2. Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
3. Controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
4. Flutuações cambiais relevantes;
5. Alterações nos regimes fiscal e tributário;
6. Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
7. Taxas de juros;
8. Inflação;
9. Política monetária;
10. Política fiscal;
11. Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem e;
12. Crise sanitária.

A legislação brasileira impõe um imposto federal em operações de crédito, câmbio, seguros ou relativas a títulos e valores mobiliários (Imposto sobre Operações Financeiras – "IOF"). Em especial, o IOF aplicável em operações de câmbio ("IOF/Câmbio") incide em conversões de moeda estrangeira para reais e em conversões de reais em moeda estrangeira e a sua alíquota pode ser alterada a qualquer momento por decreto presidencial, até o limite legal de 25%, sem necessidade de aprovação do Congresso Nacional. Nesse sentido, o IOF/Câmbio é utilizado pelo Governo Federal do Brasil para controlar a entrada e saída de capital estrangeiro no Brasil. Dessa forma, incide o IOF/Câmbio na conversão de moeda estrangeira em reais, para fins da realização de investimentos, por investidores estrangeiros, em valores mobiliários em bolsa (como a B3, em que nossas ações serão negociadas) ou mercados de balcão organizado, assim como em fundos de investimento privados, notas do tesouro brasileiro ou outros valores mobiliários de renda fixa.

As altas da taxa de inflação e os esforços do Governo Federal do Brasil de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, o que poderá nos afetar adversamente.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal do Brasil no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, os índices de inflação anuais foram de 7,31%, 23,13% e 17,79% em 2019, 2020 e 2021 respectivamente, de acordo com o IGP-M, e de 4,31%, 4,52% e 10,06% nos mesmos anos, respectivamente, de acordo com o IPCA.

A adoção da política de câmbio flutuante e a desvalorização do real em relação ao dólar poderão criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, acarretando a necessidade de adoção de políticas recessivas pelo Governo Federal do Brasil, acompanhadas de altas taxas de juros, que poderão afetar a economia com um todo, inclusive o nosso setor de atuação e a situação econômico-financeira de nossos clientes. Uma política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal do Brasil poderá resultar em redução do nível de atividade econômica e de poder aquisitivo da população, além da falta

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

de crédito disponível no mercado, gerando consequências negativas para os nossos negócios. Tais alterações poderão influenciar, principalmente, na compra de matérias-primas.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se seremos capazes de compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos por meio do repasse do aumento desses custos para os preços cobrados de nossos clientes em valores suficientes e em prazo hábil para cobrir eventual aumento dos nossos custos operacionais, o que, não ocorrendo, poderá diminuir nossas margens líquidas e operacionais. Ademais, dívidas ou outras obrigações de nossa Companhia reajustadas pela inflação sofrerão aumentos proporcionais, o que poderá ter efeito adverso em nossos resultados, já que poderemos ser incapazes de repassar todo ou parte desse acréscimo aos nossos clientes.

A instabilidade cambial poderá prejudicar a economia brasileira e nossos resultados operacionais.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao dólar e a outras moedas fortes, ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal do Brasil implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, ocorreram flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. Por exemplo, o real se valorizou 13,4%, 9,5% e 20,7% com relação ao dólar, em 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o real se desvalorizou 24,2% frente ao dólar, tendo fechado em R$ 2,34 por US$ 1,00 em 31 de dezembro de 2008. Em 2017, a despeito de maiores oscilações no decorrer do ano, no acumulado foi registrada desvalorização de 2,0% da moeda brasileira frente ao dólar norte americano. Em 2018 a moeda americana encerrou o ano com valorização de 16,9%, reflexo da forte volatilidade cambial em vários países e em 2019 o dólar encerrou com alta de 3,5%. No ano de 2021 o câmbio fechou em 5,6. Não se pode garantir que o real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao dólar novamente.

As depreciações do real em relação ao dólar poderão criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, o que poderá prejudicar a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, por conta da retração no consumo e do aumento de nossos custos. A valorização excessiva do real frente ao dólar poderá afetar adversamente as exportações, que representa uma pequena fatia do nosso faturamento e promover incentivo à entrada de produtos importados no mercado brasileiro, o que poderá afetar adversamente nossos negócios em razão do aumento da concorrência gerado pelos produtos importados. Finalmente, preços de determinados componentes utilizados na montagem de nossos relógios, que representam aproximadamente 2/3 do nosso custo de mercadoria, são atrelados ao dólar e, consequentemente, estão sujeitos à variação cambial.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, poderão prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado dos nossos valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica atual do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países poderá causar efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países poderão reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários da nossa emissão.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em países de economia emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam, de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises no Brasil ou em outros países emergentes poderão restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que poderá prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando

Atualmente, somos parte em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cível, fiscal e previdenciária, sendo que, em 31 de dezembro de 2021, o montante de R$ 55,1 milhões encontrava-se provisionado, valor este que nossa Administração entende ser suficiente. O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, onde somente são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda “provável”. Abaixo, são apresentados os processos judiciais e administrativos de maior relevância em que somos parte.

Processos Cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, éramos réus em 156 ações cíveis, que perfaziam uma contingência passiva de, aproximadamente, R$ 892 mil. Com base na opinião dos consultores jurídicos, constituímos provisão somente para as ações classificadas como perdas prováveis, razão pela qual não constituímos provisão para todos os processos cíveis. Em 31 de dezembro de 2021, éramos autores de 31 processos, onde atuamos de forma ativa, que perfazem um total de aproximadamente R$ 19 milhões.

Processos Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, éramos réus em 69 ações trabalhistas, que perfaziam um valor total de, aproximadamente, R$ 7,8 milhões. Com base na opinião dos consultores jurídicos, constituímos provisão somente para as ações classificadas como perdas prováveis, no montante de, aproximadamente, R$ 4,4 milhões.

Processos Tributários

Em 31 de dezembro de 2021 éramos réus em 81 processos judiciais e administrativos envolvendo aspectos tributários, que perfaziam um valor total de, aproximadamente, R$ 57,8 milhões. Com base na opinião dos consultores jurídicos não foi constituída provisão, pois todos os processos estavam classificados como remotos ou possíveis de perda.

Dentre os processos tributários dos quais somos parte, merecem destaque os seguintes:

Processo nº 100486120/2018-40

Juízo:	Tribunal Regional Federal 1ºRegião TRF1
Instância:	1º Instância
Data de instauração:	23/12/2008
Partes no processo:	Autor: Receita Federal Ré: TASA
Valores, bens ou direitos envolvidos:	R$ 8.794.615,53 (8.897.515,16)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Principais fatos:

Trata-se de auto de infração em relação a IRPJ e CSLL do ano-base de 2003, relativos a bens adquiridos no exterior de pessoa jurídica domiciliada em país com tributação favorecida, consoante regras de preço de transferência. A impugnação apresentada pela TASA ao Auto de Infração foi parcialmente favorável em 12 de maio de 2011. A TASA apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, o qual foi julgado de forma parcialmente favorável em 8 de maio de 2012 para reduzir o valor do auto de infração. Após a interposição de recurso voluntário pela TASA houve vitória frente a mais um ponto da autuação fiscal, para que o cálculo do preço de transferência levasse em consideração o ICMS efetivamente recolhido aos cofres públicos de R$ 9.991.192,21, e não o valor mantido em decisão de primeira instância, de R$ 13.336.407,85, acarretando consequente redução do crédito tributário. O processo foi remetido de Brasília à Receita Federal de Manaus em abril de 2013, para que a TASA seja intimada deste último acórdão, de modo a que possa interpor recurso especial (desde que haja divergência de entendimento quanto a matéria em outras turmas julgadoras) à Câmara Superior de Recursos Fiscais em relação à legalidade da IN RFB nº 243/02 em face da Lei nº 9.430/96, no que diz respeito ao cálculo do preço de transferência. Cumpre frisar que a Fazenda Nacional não interpôs recurso especial quanto à parte do acórdão do CARF favorável a TASA. Atualmente o auto de infração está sendo discutido na esfera judicial.

Chance de perda: Possível

Análise do impacto em caso de perda do processo: Em caso de perda, o impacto não causará efeito material adverso sobre a nossa situação financeira ou sobre nossos negócios.

Valor provisionado, se houver: Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista o diagnóstico possível de perda.

Outros processos judiciais, administrativos ou arbitrais

Processo nº 0397797-12.2011.8.19.0001

Juízo: 27ª Vara Criminal do RJ

Instância: 1ª Instância

Data de instauração: 30/11/2012

Partes no processo: Autor: Justiça Pública
Ré: TASA

Valores, bens ou direitos envolvidos: Trata-se de Ação Penal proposta em face de TASA; Mário Spínola e Castro; Joaquim Pedro Andres Ribeiro; Robson da Silva Neves em razão de suposta prática dos crimes de poluição atmosférica e hídrica, realização de atividade potencialmente poluidora sem autorização da autoridade competente e inovação artificial de estado de lugar com o fim de produzir efeitos em relação a processo criminal ainda não iniciado. (Lei 9605/98 - Artigos 54, caput e parágrafo 2º, inciso V, e 60; Código Penal – Artigos 70 e 347, parágrafo único)

Principais fatos:

No dia 30 de setembro de 2011, foi oferecida a denúncia pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em face dos réus, em razão da suposta prática dos

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

crimes mencionados alhures. A denúncia foi recebida pelo MM. Juízo da 27ª Vara Criminal do Estado do Rio de Janeiro no dia 18 de novembro de 2011, determinando, assim, a citação dos acusados para que respondessem à acusação. No dia 11 de abril de 2012, houve despacho proferido pelo juízo informando que houvera aditamento da denúncia e, portanto, os acusados deveriam se manifestar, inclusive, se teriam alguma prova a produzir em relação ao mesmo. Em 27 de abril de 2012, os réus protocolaram as manifestações sobre o aditamento da denúncia. Por oportuno, registre-se que a TASA também era acusada da prática da suposta fraude processual. Todavia, esta acusação foi excluída por força de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 0035771-20.2012.8.19.0000. Em outubro de 2013 foi publicada sentença que excluiu do processo o réu Mario Spinola e Castro por entender que o mesmo não era parte legítima para figurar na ação. Na data deste Formulário de Referência, o
processo está em fase de produção de provas. Ouvida quatro testemunhas, sendo três de defesa e uma de acusação. Ocorreu a oitiva de dois dos réus e falta a intimação de representante legal da TASA, que será ouvido em Manaus.

Chance de perda:	Remota
Análise do impacto em caso de perda do processo:	Em caso de perda, a Companhia poderá sofrer a aplicação de multa além do enquadramento nos crimes acima previstos contidos no código penal.
Valor provisionado, se houver:	Não há provisão constituída para esse processo, tendo em vista o diagnóstico remoto de perda.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas, informando: a) juízo; b) instância; c) data de instauração; d) partes no processo; e) **valores, bens ou direitos envolvidos; f) principais fatos; g) se a chance de perda é i. improvável; ii. possível; iii. remota; h) análise do impacto em caso de perda do processo**

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer procedimento judicial, administrativo ou arbitral em que somos parte e em que a parte contrária seja nossos Administradores ou ex-Administradores, controlador ou ex-controlador ou investidor de alguma das sociedades pertencentes ao nosso grupo econômico.

4.4.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não se aplica, pois não existem processos descritos no item 4.4. deste Formulário de Referência.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer processo sigiloso relevante no qual a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenha sido divulgado nos itens 4.3 e 4.4 deste Formulário de Referência.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros, e indicando:

a) valores envolvidos

b) prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência.

Na data deste Formulário de Referência, não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.6.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Não se aplica, pois não há processos descritos no item 4.6 deste Formulário de Referência

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não há outras contingências relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

Não se aplica, uma vez que não somos emissor estrangeiro.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

O acompanhamento dos riscos da Companhia é feito pela Diretoria. O processo de identificação, análise e monitoramento dos riscos é acompanhado pelo Conselho de Administração, que possui poderes para a tomada de decisão sobre as estratégias a serem adotadas pela Companhia.

Os Diretores são os responsáveis pelos sistemas de controles internos e gestão de riscos, cabendo-lhes revisar periodicamente esses sistemas, identificar falhas e propor melhorias. A Diretoria deve facilitar e assegurar o acesso dos membros do Conselho de Administração e de seus comitês, das auditorias interna e externa e dos órgãos de assessoramento, às instalações da Companhia e às informações, aos arquivos e documentos comprovadamente necessários ao desempenho de suas funções.

A Companhia possui uma política formalizada e aprovada pelo Conselho de administração para mitigar o risco cambial das compras de insumos importados. Em 2021, esta política previa uma faixa de hedge de 50% a 80% de toda exposição cambial conhecida num horizonte de até 6 meses. Esta exposição cambial conhecida derivou principalmente de pedidos colocados junto a fornecedores estrangeiros, incluindo pedidos já despachados e pedidos ainda em produção.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Informática para direcionar a utilização dos recursos de tecnologia da informação da empresa de maneira adequada e alinhada com a mitigação de riscos cibernéticos.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

1. Entende-se por "risco" toda ameaça de eventos ou ações que possam impactar o atingimento dos objetivos da Companhia. É inerente a qualquer atividade e pode afetar adversamente os ativos, resultados, imagem ou continuidade dos negócios da Companhia.

1.1 Os riscos aos quais a Companhia está sujeita devem ser identificados periodicamente, documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados. Tais riscos devem ser categorizados de acordo com sua natureza e origem, conforme indicado abaixo:

i. Riscos Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios.

ii. Riscos Financeiros: dividem-se em três segmentos:

- *Riscos de Mercado:* decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços dos *commodities*;
- *Riscos de Crédito:* são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira;
- *Riscos de Liquidez:* consistem na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas.

iii. Riscos de *Compliance*: são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

iv. Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem em função da operação, processos internos, sistemas, ativos, infraestrutura e clientes da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e sua a utilização efetiva e eficiente de recursos.

v. Riscos Reputacionais: são aqueles que decorrem de eventos que podem prejudicar a imagem e a reputação da Companhia.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Os riscos aos quais a Companhia está sujeita devem ser identificados, documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados adequadamente. A Companhia está dedicada ao desenvolvimento de suas atividades, mantendo elevados padrões de governança e transparência, administrando as operações de modo a evitar, mitigar e gerenciar impactos e riscos aos quais esteja exposta.

c. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Conforme as melhores práticas de mercado, a Companhia deve manter uma estrutura responsável pela aplicação do processo de gerenciamento de riscos aqui descritos, tendo por base o Modelo de Três Linhas de Defesa recomendado pelo The Institute of Internal Auditors- IIA.

1ª Linha de Defesa: é composta pelos líderes da Companhia e demais colaboradores que executam as atividades finais da Companhia. É responsável por:

(i) Identificar, monitorar e implementar diretamente ações de prevenção e mitigação de riscos que venha a identificar na gestão diária operacional da Companhia, observado o disposto nesta Política;

(ii) Incorporar as avaliações e aplicar as diretrizes definidas pela 2ª Linha de Defesa;

(iii) Reportar à Diretoria informações relevantes no que tange aos processos descritos nos itens (i) e (ii).

2ª Linha de Defesa: é composta pelo Departamento Jurídico e Compliance, pelo Comitê de Ética quando instalado, e pelas demais áreas internas de suporte à 1º Linha de Defesa. É responsável por:

(i) Identificar, monitorar e implementar, direta ou indiretamente, ações de prevenção e mitigação de riscos que venha a identificar, observado o disposto nesta Política;

(ii) Analisar os riscos identificados pela 1ª Linha de Defesa e auxiliá-la a desenvolver processos e controles internos de gerenciamento de risco;

(iii) fornecer orientações e treinamento sobre processos de gerenciamento de riscos;

(iv) monitorar a implementação das práticas de gestão de riscos pela 1ª Linha de Defesa;

(v) auxiliar a 1ª Linha de Defesa na implantação;

(vi) reportar à Diretoria informações relevantes no âmbito de suas atividades;

(vii) Analisar e investigar denúncias recebidas, inclusive quando enviadas por meio do canal de denúncia da Companhia.

3ª Linha de Defesa: será composta pela área de auditoria da Companhia, seja uma estrutura de auditoria interna, seja um terceiro contratado para prestação deste serviço, ("Auditoria Interna") da Companhia, responsável por:

(i) atuar junto às demais linhas de defesas no tratamento de desvios e vulnerabilidades identificadas, fornecendo análises independentes sobre a qualidade dos processos de gerenciamento e supervisionando a implementação de ações corretivas ou de mitigação de riscos;

(ii) testar a efetividade dos controles e medidas implementadas para mitigação dos riscos;

(iii) reportar periodicamente ao Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê de Auditoria")os resultados das análises independentes

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

e dos testes de efetividade indicados no item (ii) acima.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Sim, possuímos política de risco. Esta Política de Gerenciamento de Riscos ("Política") é um instrumento de tomada de decisão da alta administração, que tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da TECHNOS S.A. ("Companhia") e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia. A presente Política foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de abril de 2022 e entrará em vigor a partir de tal data por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Buscamos proteção contra: (i) riscos relacionados a crédito; e (ii) riscos relacionados à flutuação das taxas de câmbio.

ii. a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Riscos Relacionados a Crédito

Para nos protegermos de riscos relacionados a crédito efetuamos a análise de crédito com base, principalmente, no histórico de pagamentos de cada cliente. Estabelecemos limites de crédito de forma individual, levando em consideração o SCORE de cada cliente, que considera o histórico de pagamento, histórico de assiduidade, porte, tempo de relacionamento, saldo renegociado caso haja, saldo vencido caso haja, e o volume de compras efetuadas nos últimos 12 meses. Para os clientes novos, recorremos à consulta de histórico de crédito nas agências de avaliação de crédito (Serasa, SPC, entre outras).

Contamos com um sistema de análise automática de crédito utilizado para os clientes adimplentes, sendo que clientes que já figuraram como inadimplentes são analisados manualmente e de forma individual até que o histórico de crédito seja restabelecido. Buscamos também pulverizar nosso risco, de forma que nenhum cliente individual responda por uma parcela significativa das nossas contas a receber.

Em 31 de dezembro de 2021, possuíamos R$ 142,8 milhões em contas a receber líquidas, com R$ 37,1 milhões provisionado para perdas esperadas nas contas a receber de clientes. O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de 'perdas incorridas' da IAS 39 por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38 / IAS 39.

Riscos Relacionados à Flutuação das Taxas de Câmbio

Para nos protegermos das oscilações referentes à flutuação das taxas de câmbio, utilizamos dois tipos de instrumento: instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro de dólar e depósitos em dólar em nossa conta corrente nos Estados Unidos. Esses instrumentos são usados para mitigar o risco associado à flutuação da taxa de câmbio do período compreendido entre a data da compra (encomenda) e a data do embarque da mercadoria. Nossas importações são integralmente liquidadas no momento do embarque, antes da precificação dos produtos finais. Dessa forma, a exposição ao câmbio é reduzida, se restringindo a oscilações não antecipadas nesse período que podem resultar em margens menores, ou na necessidade de precificação em patamar mais elevado, potencialmente comprometendo as vendas desse produto.

iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Riscos Relacionados a Crédito

Não utilizamos instrumentos financeiros específicos para proteção contra riscos relacionados a crédito. Utilizamos nossa

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

política de crédito, conforme especificada no item 5.2 (b) deste Formulário de Referência, tendo como principal base o próprio histórico financeiro interno, apoiado pela consulta de bases de dados de crédito externas.

Riscos Relacionados à Flutuação das Taxas de Câmbio

Utilizamos instrumentos financeiros de derivativos. O instrumento financeiro derivativo mais utilizado por nós é o *non-deliverable forward*. Trata-se de um tipo de contrato celebrado com uma instituição financeira no qual essa se compromete a vender e nós nos comprometemos a comprar um determinado montante com uma taxa de câmbio pré-definida. A liquidação do instrumento é sempre financeira, por meio do ajuste entre as taxas pré-definidas e as taxas vigentes no momento da liquidação.

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Riscos Relacionados a Crédito

Utilizamos como principal parâmetro para gerenciamento de riscos relacionados a crédito o risco financeiro ponderado pelo atraso de cada título.

Com base nas taxas históricas de inadimplência, segregamos nossos créditos em atraso por porte de cliente e por faixas de atraso. Cada faixa corresponde a um risco, sendo que as faixas de menor atraso estão associadas a riscos menores, e, portanto, têm índice de ponderação menor, e as faixas de maior atraso, a riscos maiores, fazendo jus a um índice de ponderação maior. Cada porte também representa um risco, sendo que os maiores clientes representam no geral menos risco e os menores maior risco. Monitoramos esse risco agregado em relação ao crescimento de vendas, de forma a evitar que o crescimento do risco agregado seja maior do que o crescimento de vendas.

Riscos Relacionados à Flutuação das Taxas de Câmbio

Nosso histórico demonstra que temos no médio prazo a capacidade de repassar aumentos no custo de produtos decorrentes da valorização do dólar frente ao real. Sendo assim, utilizamos como parâmetro para o dimensionamento das nossas operações com derivativos as compras de componentes projetadas para os seis meses seguintes. Nosso objetivo é ter uma parte significativa dessas compras protegidas de oscilações das taxas de câmbio.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos

Não operamos instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A administração de riscos é efetuada por meio das nossas estratégias operacionais e dos nossos controles internos, visando proporcionar o melhor equilíbrio entre liquidez, rentabilidade e segurança das nossas operações. Nas situações onde vislumbramos um *trade off* entre esses itens, buscamos geralmente privilegiar a segurança e a liquidez.

Possuímos políticas tanto para a concessão de crédito quanto para a utilização de instrumentos de *hedge*. Tais políticas estabelecem os parâmetros dentro dos quais podemos operar. O responsável por estabelecer os referidos parâmetros é o nosso Diretor Financeiro, amplamente suportado por nosso *controller* e nosso Gerente Financeiro. No caso da política de crédito, esses parâmetros incluem, entre outros, os critérios de aprovação de crédito, a concessão de limites, e as políticas de cobrança de montantes em atraso. No caso da política de *hedge* cambial, esses parâmetros incluem, entre outros, a definição do objetivo da política, as características dos instrumentos que devem ser utilizados, e a vedação à utilização de derivativos ou quaisquer outros ativos de risco de caráter especulativo.

A implementação dessas políticas fica a cargo de nossa Diretoria Financeira, nossa Controladoria e nossa Gerência Financeira. Em relação ao processo de concessão de crédito, a Gerência Financeira é responsável pela análise de todos os pedidos de compra que foram rejeitados pela análise automática, sendo responsabilidade da Gerência Financeira aprovar eventuais exceções à política de crédito vigente, e responsabilidade da Diretoria Financeira monitorar o desempenho da nossa carteira de crédito. No que tange o processo de contratação e liquidação de operações de *hedge*,

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

a Tesouraria realiza as cotações com as contrapartes e as contratações e liquidações dos instrumentos financeiros, sendo responsabilidade da Diretoria Financeira monitorar o desempenho dos nossos instrumentos de proteção e adesão à política vigente.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nossa Administração monitora e avalia se as operações por nós efetuadas estão de acordo com as políticas adotadas. Além disso, divulgamos mensalmente para nosso Conselho de Administração nossos índices de risco de crédito, em comparação tanto com o orçamento quanto com o histórico, e a posição em aberto de todos os instrumentos derivativos e depósitos no exterior, por data de vencimento, assim como um resumo de perdas ou ganhos incorridos nos meses passados do ano corrente.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Nossa administração é responsável por adotar e manter uma estrutura adequada de controles internos relativos à preparação das demonstrações financeiras. Acreditamos que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório, não tendo sido detectadas imperfeições relevantes nos nossos controles internos. Os princípios de controle estão incorporados nas atividades diárias das áreas envolvidas, notadamente, nesse aspecto, as áreas financeira e contábil

Estamos atentos às novas tecnologias e investimos em nossos controles a fim de aprimorá-los cada vez mais. Nos três últimos exercícios sociais, executamos projetos com consultorias especializadas a fim de otimizar e formalizar nossos procedimentos contábeis, fiscais e financeiros e consequentemente aumentar o grau de eficiência dos controles internos.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

As áreas financeira e contábil são responsáveis pelos controles adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis. Não temos, no entanto, uma estrutura organizacional dedicada especificamente a controles internos. Os gestores têm responsabilidade de acompanhar e direcionar os controles, que são realizados no dia a dia das atividades.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração atua bastante próximo da gestão financeira, acompanhando os processos de forma rotineira. O gerente financeiro, o diretor financeiro e de relações com investidores, o diretor presidente e os demais diretores, assim como o Conselho de Administração, recebem mensalmente um *Book* de resultados da Companhia com os principais indicadores financeiros e do negócio.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Parte do trabalho anual realizado pelos Auditores Independentes consiste em uma avaliação dos nossos sistemas contábeis e de nossos controles internos relacionados à elaboração de nossas demonstrações financeiras, apresentando recomendações para o fortalecimento de tais controles.

Todas as recomendações são cuidadosamente avaliadas pela nossa administração, com a criação subsequente de planos de ações nas áreas envolvidas para a implantação dessas recomendações. Destacamos que ao longo dos últimos três anos, tanto a quantidade quanto a gravidade das recomendações de fortalecimento dos controles por parte de nossos Auditores Independentes têm reduzido, refletindo o trabalho de solidificação da Companhia. É realizada reunião dos responsáveis pelas áreas financeira e contábil da Companhia com representantes da Auditoria Independente, onde essa apresenta seus comentários e sugestões para aperfeiçoamento dos controles e processos. Tais aspectos são discutidos e avaliados em conjunto com a equipe interna e, posteriormente, é apresentado relatório circunstanciado. Nos últimos três exercícios sociais, não foram relatados pelos Auditores Independentes comentários referentes a deficiências significativas, sendo discutidos apenas recomendações operacionais, relacionadas a assuntos de pequena monta, que não impactam os negócios ou a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A despeito do fato de que as recomendações e sugestões apontadas pela Auditoria Independente serem pequenas e de cunho operacional, os diretores acompanham as discussões com a equipe interna e avaliam o relatório circunstanciado

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

cuidadosamente, de modo a garantir que eventuais ajustes nos processos sejam realizados buscando a melhoria dos mesmos. Em conjunto com a equipe operacional, a diretoria define plano de ações de modo a atender as recomendações.

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia não possui procedimentos específicos voltados para a administração pública por esta não ser uma contraparte comercial relevante. O relacionamento com a administração pública é coberto pelo Código de Conduta Ética da Companhia.

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia dispõe de um Código de Conduta Ética e todos os empregados da Companhia são treinados sobre as regras do código durante sua integração à Companhia e assinam um Termo de Responsabilidade.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A companhia possui canal de denúncias gerido por empresa externa e independente, por meio do qual colaboradores, acionistas, fornecedores ou quaisquer terceiros poderão apresentar denúncia sobre o eventual descumprimento deste Código, das políticas, dos regimentos e do Estatuto Social da Companhia, bem como da legislação e das demais normas aplicáveis à Companhia.

As denúncias poderão ser efetivadas por meio do portal https://contatoseguro.com.br/empresa ou pelo telefone 0800 515 2204.

As denúncias serão recebidas pela empresa externa que gere o canal e, posteriormente, serão direcionadas ao Comitê de Ética da Companhia e a eventuais outros membros da Companhia. As informações fornecidas mediante o uso do referido canal serão compartilhadas exclusivamente com as pessoas cujo acesso é essencial ao processamento da denúncia.

Essa avaliação poderá ser exclusiva da empresa que gere o canal de denúncias ou em conjunto com o Comitê de Ética.

A empresa que gerir o canal de denúncias será responsável por apresentar o status da denúncia ao denunciante, sempre de forma sucinta e respeitando a confidencialidade das informações. Em casos específicos, essa atualização poderá ser realizada pelo Comitê de Ética da Companhia.

Eventuais dúvidas sobre o tema poderão ser encaminhadas para o e-mail juridico@grupotechnos.com.br, cujo esclarecimento seguirá o mesmo padrão de sigilo e será tratado pelo Departamento Jurídico e de Compliance da Companhia.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

13. se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta Ética se aplica a todos os Conselheiros, Diretores e Empregados da Companhia. Todos recebem cópia do documento e assinam um Termo de Responsabilidade.

14. se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao tema

Diretores e empregados da Companhia são treinados quando identificado a necessidade em relação ao Código de Conduta Ética.

5.4 - Programa de Integridade

15. as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A Companhia aplica sanções proporcionais à gravidade da violação e estas podem variar de uma advertência verbal, advertência por escrito e o desligamento do colaborador.

16. órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta Ética está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia em www.grupotechnos.com.br

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A companhia possui canal de denúncias gerido por empresa externa e independente, por meio do qual colaboradores, acionistas, fornecedores ou quaisquer terceiros poderão apresentar denúncia sobre o eventual descumprimento deste Código, das políticas, dos regimentos e do Estatuto Social da Companhia, bem como da legislação e das demais normas aplicáveis à Companhia.

As denúncias poderão ser efetivadas por meio do portal https://contatoseguro.com.br/empresa ou pelo telefone 0800 515 2204.

17. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias é externo conforme indicado no item anterior.

18. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros.

19. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O canal aceita e investiga todas as denúncias recebidas, incluindo denúncias anônimas.

20. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens anteriores.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em todos os processos de fusão e aquisição a empresa executa uma revisão de *due diligence* para identificar riscos e passivos ocultos derivados de práticas correntes ou anteriores à negociação. Para permitir a identificação destes riscos e passivos, a Companhia contrata profissionais com conhecimento técnico específico, incluindo auditores, advogados e consultores.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Este item não se aplica.

5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No exercício de 2021, não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta ou em nossos processos de gerenciamento de riscos.

A Companhia mantém atuação no mesmo mercado e segmentos e direcionamento estratégico. A despeito da volatilidade do câmbio, em especial nos últimos meses de 2021. Em razão do nosso modelo de negócio, com alta dependência de aquisição de peças e componentes no exterior, e com venda de produtos basicamente no mercado nacional, em reais, o acompanhamento de tais aspectos permanece relevante para nós, como fatores de risco intrínsecos às atividades.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre gerenciamento de riscos e controles internos relevantes, além daquelas já apresentadas neste item 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	21/11/2007
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	28/06/2011

6.3 - Breve Histórico

6.3. Breve histórico do emissor

A Companhia iniciou suas operações em 1956, como representante da marca “Technos” no Brasil, e cresceu significativamente durante as décadas de 50, 60 e 70.

1900: A marca Technos é criada na Suiça pela família Gunzinger, conhecida por sua tradição secular no setor relojoeiro.

1956: Fundação da importadora Centauro no Brasil para ser a distribuidora exclusiva da Technos. Crescemos significativamente durante as décadas de 50, 60 e 70.

1982: inauguramos nossa planta de montagem e distribuição em Manaus e passamos a montar nossos relógios no Brasil. Ao final da década de 80, já detínhamos a liderança do mercado nacional de relógios em termos de faturamento.

1990´s: Compramos os direitos da marca Technos, que se tornou uma marca brasileira, e consolidamos nossa liderança no mercado nacional de relógios.

2002: Passamos a explorar marcas de terceiros ao licenciar a marca “Mormaii” e distribuir, de forma exclusiva, produtos identificados pela marca “Seiko”

2008: Nosso controle foi adquirido pelo Fundo de Investimentos e Participações GMT que, por sua vez, tem entre seus cotistas um grupo de executivos da nossa Companhia

2009: Licenciamos a marca “Euro”, reforçando nosso posicionamento no mercado de moda, direcionado principalmente para o público feminino.

2010: Relançamos a marca “Mariner”, nosso grande sucesso dos anos 80, voltada para o público jovem e com objetivo de reassumir a liderança no mercado recém reexplorado de relógios troca-pulseira.

2011: Abertura de capital do Grupo Technos.

2012: Relançamos a Allora, reforçando a nossa presença no segmento feminino econômico de moda. Firmamos um contrato de distribuição e direito de uso da marca “Timex” de forma exclusiva em todo o território nacional, reforçando nossa posição no segmento esportivo. Além disso, fechamos a compra da Touch, empresa que desenvolve e comercializa relógios e óculos sob marca própria com distribuição exclusiva para uma rede de franquias.

2013: Comunicamos a aquisição do Grupo Dumont Saab, e passamos a deter as marcas “Dumont” e “Condor”, além de distribuir no Brasil algumas das mais desejadas marcas internacionais de relógio, considerando o contrato de montagem de distribuição e comercialização no Brasil das marcas licenciadas pelo Grupo Fossil.

2013: Passamos a atuar no e-commerce. Atualmente temos cinco sites de comércio eletrônico, sendo quatro deles dedicados às marcas Technos, Fossil, Euro, Condor e outro voltado para a venda on-line de todas as marcas, o Timecenter.

2015: Começamos a atuar também com operações próprias e, atualmente, temos 15 lojas nas principais capitais, com lojas full price e Outlets. Os pontos de venda full price têm a missão de reforçar a presença da marca, assim como de testar produtos e proporcionar experiência de compra diferenciada. Já os Outlets, fazem parte da estratégia de gestão de estoques da Companhia, garantindo escoamento de produtos de menor giro com menor contaminação dos canais tradicionais.

2015: Lançamos nosso primeiro relógio conectado, dando início ao desenvolvimento de uma nova categoria complementar aos relógios tradicionais.

2017: Em Out/2017, lançamos o primeiro Smartwatch full display de uma marca brasileira, o Technos Connect 3.0. Esse lançamento contou com portfólio de dez relógios inteligentes, incluindo versões híbridas, entre elas o Skydiver Connect, linha icônica da Technos há mais de 30 anos que, nesta versão, vem com funções de conectividade.

2018: Em 2018 celebramos os 60 anos da chegada da marca Technos no Brasil. O lançamento da coleção Essence deu início às comemorações que homenagiaram a origem da marca no berço da relojoaria mundial, trazendo uma máquina suíça exclusiva.

6.3 - Breve Histórico

2019: Em maio de 2019, após mudanças significativas no conselho de administração e diretoria, iniciamos o processo de turnaround operacional para retomada do crescimento e rentabilidade da Companhia.

2020: Apesar do impacto sofrido pela pandemia e dos efeitos no comércio decorrentes da restrição à circulação de pessoas, fechamento de shopping centers e lockdowns, avançamos na implementação do processo de turnaround operacional. A partir do segundo semestre deste ano, considerando a recuperação da atividade comercial e as medidas de eficiência implementadas, a Companhia passa a demonstrar importante recuperação de seu resultado operacional.

2021: Em 2021 celebramos 10 anos do IPO da Technos. A Companhia segue demonstrando importante recuperação de seu resultado operacional, fruto do projeto de turnaround iniciado em 2019, com foco em recuperação da eficiência e rentabilidade. Apresentou, também, evoluções importantes em seu projeto de digitalização, tanto considerando as vendas para canais digitais ou hibridos, mas principalmente considerando a maior relevância de sua linha de relógios conectados.

Atualmente, após revisão que buscou otimização do nosso mix de vendas, possuímos em nosso portfólio 10 marcas – “Technos”, “Condor”, “Mormaii”, “Euro”, “Dumont”, “Fossil”, “Michael Kors”, “Touch”, “Allora” e “Mariner” – bem posicionadas para atender diversos perfis de clientes.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, não há outras informações relevantes além das divulgadas nos demais itens.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Somos os líderes no mercado de relógios no Brasil em termos de receita há mais de 15 anos, de acordo com nossas estimativas baseadas em dados da SUFRAMA. Desde 1956, desenvolvemos, montamos e distribuímos relógios, diretamente ou por meio de nossas subsidiárias. Iniciamos nossas operações sob a marca “Technos” e, ao longo dos anos, diversificamos nosso portfólio para outras marcas e segmentos de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021, possuíamos treze marcas nacionalmente conhecidas que atendem a todos os segmentos e classes sociais, sendo sete marcas próprias (“Technos”, “Touch”, “Euro”, “Allora”, “Condor”, “Mariner” e “Dumont”) e três marcas detidas por terceiros, cujo uso por nós é realizado por meio de contratos de licenciamento ou de distribuição de produtos (“Mormaii”, “Fossil”, “Michael Kors”,). Em 31 de dezembro de 2021, nossas marcas próprias representaram 79% da nossa receita bruta. Em 17 de abril de 2014, exercemos a opção de compra das marcas “Euro” e “Allora”, que passaram a fazer parte do nosso portfólio de marcas próprias. Nossos produtos são vendidos em todo o território nacional e, em 31 de dezembro de 2021, contávamos com mais de 9 mil pontos de venda pulverizados entre relojoarias, joalherias, óticas e lojas de departamentos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, alcançamos: (i) receita bruta de R$ 350,9 milhões; (ii) EBITDA Ajustado de R$ 63,2 milhões; e (iii) Resultado Líquido de R$ 28,1 milhões.

O segmento de relógios apresentou pequenas quedas na média nos últimos cinco anos no Brasil, segundo nosso cálculo realizado com base nos dados da SUFRAMA e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Entendemos que nosso modelo de negócios, descrito a seguir, permite nos beneficiarmos do forte crescimento do segmento de relógios:

(i) *Administrar com sucesso um portfólio de marcas líderes e complementares*.

Gerenciamos ativamente nossas marcas de forma a construir um portfólio diversificado e complementar, que constitui um dos nossos principais ativos. Entendemos que a complementaridade do posicionamento de nossas marcas representa importante diferencial competitivo no segmento de relógios, tendo em vista que atingimos grande parte da população e obtemos maior exposição nas vitrines dos varejistas. Nossa marca principal, a “Technos”, tem mais de 110 anos de história e origem suíça. No Brasil, a marca “Technos” é uma das líderes de mercado em termos de receita, há mais de 20 anos, segundo nossas estimativas baseadas em dados da SUFRAMA, e é associada a produtos que se destacam por um posicionamento clássico, com toques de modernidade, e percepção de alta qualidade. Acreditamos que nossa segunda marca em termos de receita, a “Mormaii”, é uma das principais marcas brasileiras no setor de moda surfe, com posicionamento voltado para jovens e para um estilo de vida ativo. A Companhia adiquiriu/licenciou algumas marcas ao longo de sua história e, portanto, possui um portfólio completo que atende a todos os segmentos e classes sociais.

Marca	Descrição
TECHNOS	Nossa marca mais estabelecida, com mais de 110 anos de história e origem suíça, a “Technos” é associada a produtos que se destacam por um design clássico, aliado a elementos modernos, e percepção de alta qualidade. Suas principais características são: (1) segmento: “Clássico”; (2) público-alvo: adulto; (3) tipo de produto: principalmente relógios analógicos, multifunção e cronógrafos, feitos em aço; (4) preço médio no varejo: R$ 400; e (5) titularidade: marca própria.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

mormaii	Marca esportiva originalmente brasileira, a Mormaii está no mercado há 40 anos e se tornou a maior marca do segmento de surf da América Latina. Tem como características principais: • segmento: “Esporte”; • público-alvo: pessoas com espírito jovem, que se identificam com a moda esportiva e buscam bem-estar; • tipo de produto: relógios analógicos e digitais; • preço médio no varejo: R$ 220; e • titularidade: marca licenciada, com licença válida até setembro de 2026.
EURO	A marca “Euro” está presente há 20 anos no mercado brasileiro e tem como características principais: • segmento: “Moda”; • público-alvo: feminino, composto por mulheres jovens e adultas que buscam aliar as tendências da moda a preços acessíveis; • tipo de produto: relógios diferenciados, com perfil de acessório de moda e com construções inovadoras; • preço médio no varejo: R$ 360; e • titularidade: marca própria.
TOUCH	A “Touch” é uma marca jovem e moderna, distribuída exclusivamente através da nossa rede de franquias. Suas principais características são: segmento: “Moda”; público-alvo: adulto, versátil e irreverente tipo de produto: relógios casuais analógicos, digitais e cronógrafos; preço médio no varejo: R$ 270; e titularidade: marca própria
Condor	A “Condor” é uma marca democrática, alegre e versátil, com estilo moderno a preços acessíveis e opções de kits presenteáveis. segmento: “Moda” público-alvo: adulto feminino e masculino tipo de produto: relógios com tendências de moda a preços acessíveis e ampla oferta de kits com combinações nos acessórios preço médio no varejo: R$ 200; e titularidade: marca própria.
FOSSIL MICHAEL KORS	As Marcas do “Grupo Fossil” são de estilistas internacionais reconhecidos mundialmente pela qualidade de seus produtos e por serem criadores de tendências no mundo da moda.)segmento: “Moda”;)público-alvo: adulto feminino e masculino;)tipo de produto: relógios com design alinhado com as mais recentes tendências, analógicos e cronógrafos)preço médio no varejo: R$ 1.400 (variando entre R$ 800 e R$ 2.000); e titularidade: marcas sobre as quais temos direito de montagem, distribuição e comercialização. Em dezembro de 2016, o contrato foi renovado com validade até 31 de dezembro de 2025.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

(ii) Criar e manter coleções de produtos aliados a tendências da moda

Desenvolvemos internamente quase a totalidade dos nossos produtos e temos como alicerce dois importantes princípios: (a) a renovação constante das nossas coleções, aliando tendências de moda relevantes ao posicionamento de cada marca; e (b) a criação e manutenção de uma coleção de produtos de linha que apresentam demanda recorrente e estável. Contamos com uma equipe interna de *design*.

(iii) Adquirir, receber e montar nossos produtos com rapidez, qualidade e custos baixos

Possuímos baixa imobilização de capital e um modelo de fornecimento de componentes ágil e flexível, resultando em curto espaço de tempo entre o desenvolvimento do produto e sua disponibilização para venda (*lead time*). Aliamos o processo de fornecimento de componentes com uma gama de fornecedores na China e no Japão (que, na data deste Formulário de Referência, totalizavam cerca de 15 fornecedores), ao processo de montagem do produto final em nossa unidade própria na Zona Franca de Manaus. Além disso, mantemos relacionamento direto com nossos fornecedores, o que torna nosso processo de produção mais eficiente, tanto em termos de custo – sem pagamento de comissões a intermediários –, quanto em relação à qualidade e à rapidez dos produtos finalizados.

(iv) Distribuir nossos produtos para uma rede de pontos de venda ampla e pulverizada, atendida por uma equipe de vendas própria e dedicada

Ao final de 2021, distribuímos nossos produtos para uma rede de mais de 9 mil clientes ativos, uma venda pulverizada geograficamente e sem concentração significativa em qualquer cliente individual ou rede de lojas. Estamos presentes em todos os Estados do Brasil, com participação de receita destacada nas regiões Norte e Nordeste, regiões cujo PIB tem registrado crescimento maior que a média nacional. Reestruturamos nossa assistência em 2020, transferindo nosso atendimento antes prestado por uma rede própria, para uma ampla rede de assistência técnica terceirizada. O Projeto vigente de aumento de capilaridade e maior capacitação dos postos autorizados buscando excelência no atendimento e acompanhamento de KPIs

Cabe destacar também as iniciativas de varejo através de sites e de *outlets*. Possuímos atualmente cinco sites de comércio eletrônico. Os sites são geridos internamente por nossa equipe de varejo, porém operados por empresas terceiras especializadas nessa prestação de serviço, servindo tanto ao propósito comercial, complementando as vendas, quanto ao propósito de *marketing*, oferecendo um canal de comunicação direto com o consumidor final e permitindo uma exposição completa de cada coleção e de suas respectivas características. Possuímos também dez outlets geridos. Os outlets são parte da estratégia de gestão de estoques, servindo como um canal para venda de produtos de baixo giro fora dos canais tradicionais da companhia e têm apresentado bom resultado de vendas.

Temos uma equipe de Administradores com grande experiência nos segmentos de relógio e de consumo, conciliando jovens talentos com profissionais com longo tempo de trabalho na nossa Companhia.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

Não se aplica, uma vez que a companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, com controle difuso privado, e não uma sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- **os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"**
- **quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições**
- **estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas**

Não se aplica, uma vez que a companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, com controle difuso privado, e não uma sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não se aplica, uma vez que a companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, com controle difuso privado, e não uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.**2 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:**

a) produtos e serviços comercializados

Nossa principal atividade é o desenvolvimento, a montagem e a venda de relógios. Adicionalmente, prestamos serviços de assistência técnica e vendemos peças de reposição para nossos produtos, as quais são faturadas aos clientes quando a garantia de fábrica dos relógios, que dura 12 meses a partir de sua venda, já houver expirado à época do conserto solicitado.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Tipos de Receita

Nossa receita operacional bruta consiste em receitas advindas: (i) da venda de relógios; e (ii) da prestação de serviços de assistência técnica. Esses negócios têm naturezas e processos distintos, sendo que a assistência técnica é utilizada como suporte para o negócio de venda de relógios. A partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a participação da Assistência Técnica na receita da apresentou redução em função da terceirização da maior parte da rede de pós-vendas da Companhia.

Receita Bruta *(R$ milhões, exceto percentuais)*	**2019**	**(%) do Total**	**2020**	**(%) do Total**	**2021**	**(%) do Total**
Venda de Relógios	372,1	*98,3*	282,8	*99,2*	349,3	*99,5*
Assistência Técnica	6,3	*1,7*	2,3	*0,8*	1,6	*0,5*
Total	**378,4**	***100,0***	**285,1**	***100,0***	**350,9**	***100,0***

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Nosso lucro bruto foi de R$ 109,2 milhões em 2019, R$ 112,4 milhões em 2020 e R$ 165,2 milhões em 2021, o que representa um avanço de 47,0% na frente ao desempenho do exercício anterior. O aumento da margem bruta mesmo em um cenário de câmbio mais desafiador demonstra a evolução da estratégia de recuperação de rentabilidade da Companhia e tem como principais fatores a boa gestão das margens de produto – possível pelos aumentos de preço, lançamentos de coleções mais desejadas, redução de vendas promocionais e melhores negociações com fornecedores, que compensaram o impacto cambial – e menores custos de Assistência Técnica em função do modelo de terceirização implementado ao longo do ano de 2020. Por fim, a maior utilização do benefício fiscal do ICMS concedido ao setor pelo Estado do Amazonas inicialmente para o ano de 2021, e mais recentemente, estendido até outubro de 2023, também impactou positivamente o Lucro Bruto.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever

a) características do processo de produção

Possuímos um modelo de negócio que concilia agilidade e flexibilidade, ao aliar o desenvolvimento interno de produtos, com fornecimento de componentes por fornecedores estrangeiros, à montagem do produto final na nossa planta própria na Zona Franca de Manaus.

O intervalo do produto desenvolvido, desde a fase de planejamento até sua disponibilização para venda dura entre 6 e 12 meses. Trabalhamos intensamente para diminuir o tempo entre o desenvolvimento e a disponibilização à venda dos nossos produtos, bem como para reduzir os custos associados a esse processo.

Desenvolvimento de Produto

Considerando que relógios são acessórios de moda, é importante que sejamos capazes de lançar durante todo o ano grande quantidade de modelos que consigam traduzir efetivamente e com rapidez as tendências de moda vigentes. Consideramos o processo de desenvolvimento de produtos como sendo um dos mais importantes no nosso modelo de negócio, de forma que dedicamos tempo e recursos substanciais a essa atividade.

Desenvolvemos internamente nossos relógios. Contamos com uma equipe interna composta por profissionais dedicados exclusivamente à criação e à administração de uma variedade de produtos de nossas marcas, sendo as responsabilidades pelo desenvolvimento de novos modelos divididas conforme abaixo descrito.

Nossa equipe interna é dividida em três coordenadorias:

Planejamento (Fase 1): responsável por definir a quantidade de produtos que precisaremos desenvolver a cada ano, dividindo nossas necessidades de acordo com marca, linha e sub-linha de produtos, e precificando nossos relógios dentro da rentabilidade esperada;

Tendência e Design (Fases 2 e 3): responsável por identificar as tendências de moda relevantes para cada uma de nossas marcas, desenhar os novos modelos, desenvolver os produtos em parceria com nossos fornecedores e manter nossa coleção de produtos de linha; e

Abastecimento (Fase 4): responsável pelo último passo na cadeia de criação de produto, qual seja, a interação com nossos fornecedores para colocação do pedido e acompanhamento da produção dos mesmos dentro dos termos acordados.

A equipe de tendência e *design* viaja frequentemente para a Europa, Ásia e América do Norte e participa de importantes feiras do segmento de relógios mundial, identificar as principais tendências de moda do segmento. Uma vez identificadas, essa equipe tem a função de traduzir tais tendências, desenhar os modelos e desenvolver os produtos em parceria com os nossos fornecedores, conciliando as necessidades estéticas e funcionais de cada produto ao custo e tempo de produção oferecidos por cada fornecedor

Além disso, a equipe de tendência e *design* também é responsável pela manutenção da nossa coleção de produtos de linha, modelos que ao longo dos anos se tornaram produtos-chave de nosso portfólio e possuem demanda recorrente e estável.

Na data deste Formulário de Referência, o processo de criação tinha duração de aproximadamente 180 a 360 dias, desde o produto desenvolvido até o recebimento, controle de qualidade e montagem do produto acabado e disponibilização para venda.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fornecimento de Componentes

Contamos com aproximadamente 25 fornecedores na China e no Japão na data deste Formulário de Referência, os quais são responsáveis pela manufatura de todos os componentes de nossos relógios, dentre eles: pulseira, caixa, vidro e maquinismo. Nossos três fornecedores principais responderam por 70% das nossas compras nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, e os demais são fornecedores específicos que responderam pelos outros 30%. Essa rede de fornecedores estabelecidos nos permite usufruir da rapidez, eficiência e experiência de cada um deles, sem a necessidade de investir nosso capital na produção dos componentes em si. Trabalhamos diretamente com nossos fornecedores, sem qualquer tipo de intermediação ou presença de distribuidores, e mantemos longos relacionamentos comerciais, sendo que em alguns casos chegam a exceder 20 anos. Isso nos permite negociar de forma mais vantajosa com eles, tanto do ponto de vista de custos quanto do ponto de vista de facilidade e agilidade no processo de desenvolvimento de produto. Não mantemos contratos de longo prazo com nossos fornecedores, de forma que nossos pedidos são colocados por meio de ordens individuais, o que nos permite escolher nossos parceiros de acordo com os menores prazos, melhores preços e maior qualidade oferecidos.

Em setembro de 2010, abrimos um escritório na cidade de Shenzen, na China, próximo a fábricas de grande parte dos nossos fornecedores, com o objetivo de estreitar ainda mais o relacionamento e garantir um controle de qualidade na origem que minimize as inconformidades dos componentes e os atrasos na entrega.

Controle de Qualidade e Processo de Montagem

Nosso processo interno de controle de qualidade inicia-se por meio de nosso escritório na China, que participa desse processo atuando na conferência parcial dos produtos e no controle da qualidade dos componentes produzidos por nossos fornecedores. Após aprovação pelo nosso escritório na China, a totalidade dos componentes dos relógios que vendemos é recebida em nossa planta de montagem na Zona Franca de Manaus, onde iniciamos os trabalhos internos de montagem dos relógios, sob a liderança de três coordenações ou gerências distintas: (i) liderança de materiais; (ii) liderança de qualidade; e (iii) liderança de produção.

A gerência de materiais inicia o processo de montagem dos relógios desembalando e conferindo os componentes recebidos de nossos fornecedores, e inserindo tais componentes no nosso sistema de gestão de estoque.

Na sequência, a gerência de qualidade testa e assegura as especificações de cada componente. Trabalhamos estritamente sob as regras editadas pela ABNT, realizando tanto um teste amostral de medições e especificações em cada componente individual, quanto montando um lote inicial de relógios para assegurar a qualidade do produto acabado e realizar testes de prova d'água. Se os testes amostrais forem positivos, o lote é aprovado e os componentes são direcionados ao almoxarifado, ficando disponíveis para montagem. Caso contrário, realizamos novamente os testes, não mais utilizando apenas uma amostra e sim o lote completo. Os componentes aprovados são direcionados ao almoxarifado e ficam disponíveis para montagem, enquanto os produtos reprovados são reservados e destinados a retrabalho interno ou a reposição por parte do fornecedor. Trabalhamos fortemente em duas frentes: (i) a solidificação dos processos de conferência e controle de qualidade; e (ii) a melhoria na qualidade do material enviado pelo fornecedor. Acreditamos que nossa excelência nesses processos gera um diferencial competitivo em relação a outras empresas com menor *expertise* e menores investimentos em qualidade, pois protege o consumidor e reduz o tempo e as perdas envolvidas com estoques de produtos defeituosos, bem como a prestação de serviços de assistência técnica.

Uma vez que os componentes estão disponíveis no almoxarifado, cabe à gerência de produção a tarefa de realizar a montagem dos *kits* de componentes e a transformação em produto acabado. Essa montagem ocorre em etapas, sendo iniciada com a preparação dos componentes, seguindo para o encaixamento, e sendo concluído com o empulseiramento dos relógios. Durante todo esse processo de montagem, temos ainda a ação do departamento de qualidade, que verifica, a cada etapa, a qualidade dos produtos montados e realiza teste de prova d'água em todos os relógios. Depois de montado e testado, o relógio segue para o cofre de produto acabado, onde fica disponível para venda.

As diretrizes de todas essas etapas são estabelecidas pela área de planejamento e controle da produção ("PCP"), que centraliza as informações fornecidas pela área comercial, pela área de *marketing* e por nossa planta de montagem para definir as prioridades de trabalho de materiais, qualidade e produção. Ao centralizar todas essas informações, a área de PCP é capaz de definir quais são os produtos mais aguardados pela área comercial e de *marketing*, ou os produtos que têm menor posição de estoque e, assim, direcionar nossa força de trabalho para gerar o resultado mais eficiente possível.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Dessa forma, evitamos tanto a insuficiência de estoque, que gera perda de vendas, quanto à produção desnecessária de produtos com alto estoque, que gera custos de capital de giro.

Contamos com uma planta de montagem eficiente em Manaus, com 8.570 m^2 que, em 31 de dezembro de 2021, contava com aproximadamente 150 funcionários. Desde 2008 temos capturado ganhos significativos de produtividade, nos aproximando de *benchmarks* relatados por alguns de nossos fornecedores chineses. Com isso, estamos buscando melhorar o nível dos indicadores de nossa fábrica por meio do estabelecimento de metas objetivas para cada gerência em Manaus e, por meio da adoção de metodologia de análise de desvios, correção de rumos e divulgação em tempo real dos resultados obtidos em cada gerência e em cada linha de montagem, inspeção, conferência e despacho.

Adicionalmente, alteramos, a partir do exercício social de 2009, o plano de participação dos funcionários em nossos lucros e resultados para que a remuneração estivesse ligada ao grau de atingimento dessas metas ao final de cada ano. Acreditamos que essa eficiência e agilidade nos conferem uma vantagem competitiva ao permitir margens melhores na venda dos relógios e prazos mais curtos de lançamento.

Processo de Pós-Venda

Nosso processo de pós-vendas compreende as seguintes atividades: (i) reparo de nossos relógios, tanto dentro quanto fora do prazo de garantia; (ii) venda de peças sobressalentes para clientes e Consumidores; e (iii) atendimento telefônico e eletrônico por meio de central dedicada, com esclarecimento de dúvidas e fornecimento de informações. Acreditamos, com suporte em pesquisas realizadas com nossa base de clientes, que um departamento de pós-vendas rápido e eficiente está entre os cinco principais fatores motivacionais para um Cliente trabalhar com um determinado fornecedor de relógios. Dispomos de uma estrutura de pós-venda robusta e com alto grau de eficiência, baseado em grande número de oficinas próprias com equipes de relojoeiros experientes e processos padronizados.

Em 31 de dezembro de 2021, tínhamos 1 filial própria e 55 postos autorizados em todo Brasil.

b) características do processo de distribuição

Em 31 de dezembro de 2021, distribuíamos nossos produtos por meio de uma rede de mais de 9 mil clientes Ativos. Nosso principal canal de distribuição são Lojas Especializadas, como relojoarias, joalherias e óticas. A grande maioria dessas lojas especializadas são negócios familiares, nos quais o dono opera de um a três pontos de venda, muitas vezes com vários anos de tradição. Temos também algumas redes regionais de expressão dentro de seus próprios Estados que detêm de quatro até vinte lojas. Cabe destacar também as iniciativas de varejo através de sites e de *outlets*. Possuímos atualmente

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

cinco sites de comércio eletrônico. Os sites são geridos internamente por nossa equipe de varejo, porém operados por empresas terceiras especializadas nessa prestação de serviço, servindo tanto a um propósito comercial, complementando as vendas, quanto a um propósito de marketing, oferecendo um canal de comunicação direto com o consumidor final e permitindo uma exposição completa de cada coleção e suas respectivas características. Possuímos também 15 *outlets* geridos. Os *outlets* são parte da estratégia de gestão de estoques, servindo como um canal para venda de produtos de baixo giro fora dos canais tradicionais da companhia e tem apresentado um bom resultado de vendas. Além disso, distribuímos nossos produtos por meio de Magazines, que consistem em lojas de departamento de abrangência regional e nacional, com destaque para as que enfatizam produtos de moda, assim como grandes varejistas virtuais.

Temos relacionamentos bem estabelecidos com nossos clientes, em função do nosso histórico de longa data no mercado nacional, da nossa tradição de 60 anos e do longo relacionamento com nossa equipe de vendas. Acreditamos que esse relacionamento direto com nossa rede de clientes nos proporciona maior capacidade de negociação e maior entendimento do comportamento de nossos consumidores.

Acreditamos ter atualmente a maior rede de distribuição do mercado em nosso segmento, a qual é muito bem distribuída geograficamente, de forma que conseguimos atingir uma escala significativa, e ocupar participações de mercado relevantes em regiões mais distantes dos grandes centros. Nossa distribuição por regiões demonstra representatividade destacada nas regiões Norte e Nordeste, cujo PIB vem crescendo a taxas superiores à média nacional. A falta de concentração também nos favorece, por nos permitir maior poder de negociação e por reduzir riscos associados a qualquer cliente específico. Nenhum cliente representou, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, mais de 5% da nossa receita. Por fim, a natureza multiproduto da grande maioria dos nossos clientes representa uma oportunidade de expansão importante no futuro, pois, poderemos usar os relacionamentos existentes para vender outras categorias de produtos já vendidos por muitos de nossos clientes, tais quais semijóias e óculos de sol. Essas características da nossa rede de distribuição representam importantes vantagens competitivas e nos garantem um posicionamento muito diferenciado.

Equipe de Vendas

Nossa equipe de vendas é exclusiva para os nossos produtos e composta apenas de funcionários próprios, os quais são dotados com as ferramentas e estrutura necessárias para a venda, como automóvel, notebook e celular. Acreditamos que essa equipe de vendas é uma grande vantagem competitiva em relação ao mercado em que atuamos, que geralmente trabalha com profissionais autônomos ou empresas de representação sem regime de exclusividade, que muitas vezes não têm os recursos necessários ou o comprometimento esperado com a empresa para desenvolver um trabalho consistente e satisfatório.

Nossa equipe de mais de 130 profissionais de vendas atende a toda nossa rede de clientes. A venda é realizada em visitas feitas por nossos profissionais aos clientes, utilizando um catálogo virtual desenvolvido internamente e acessado via internet por meio de um *notebook*. Após realizadas, as vendas são enviadas eletronicamente para nossa matriz, onde o crédito do cliente é analisado e o pedido é faturado.

Nossos profissionais de venda são remunerados não só por comissão, mas também por uma estrutura de prêmios baseada em metas mensais, trimestrais e anuais de cada região atendida, sempre com base nas vendas a valor presente, e deduzindo a inadimplência e a devolução, o que garante maior alinhamento com os nossos objetivos.

Logística Interna e Transporte

Todos os nossos relógios são transportados de Manaus diretamente para nossos lojistas. A logística interna, desde a gestão do cofre até o faturamento, separação do produto e embalagem é feita por equipe própria de aproximadamente 36 pessoas, sob a gestão de um gerente de logística. Trabalhamos atualmente com um processo de faturamento em três rodadas ao longo do dia, e o tempo médio entre o faturamento e o despacho dos produtos foi de aproximadamente 1,8 dias corridos em 2021. Nossa agilidade no despacho de nossos produtos também é extremamente relevante para os nossos negócios, contribuindo para a chegada mais rápida do produto à vitrine do lojista.

O transporte em si dos produtos a partir de nossa planta em Manaus é feito principalmente pelos Correios e por sete transportadoras privadas, por meio de transporte aéreo. A escolha dos prestadores de serviço é feita no momento do faturamento, levando em consideração a tabela de custos e de prazo oferecida por cada um deles. Recebemos diariamente das transportadoras privadas arquivos eletrônicos que nos permitem acompanhar a entrega dos produtos para nossos clientes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

c) características dos mercados de atuação

Atuamos no mercado brasileiro de relógios desde nossa fundação em 1956. O mercado brasileiro não sofreu grandes variações nos últimos cinco anos e acompanhou o cenário econômico do país, segundo a SUFRAMA e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. No ano de 2021, o mercado brasileiro totalizou 6,6 milhões de unidades vendidas, com valor estimado de atacado de R$ 1,1bilhões, representando crescimento de 19,2% em relação ao ano anterior, de acordo com dados da SUFRAMA. Nosso mercado, em termos de receita, é dominado por fabricantes e marcas nacionais com presença na Zona Franca de Manaus. Os produtos internacionais têm atuação mais destacada nos extremos da cadeia de valor – produtos muito baratos, muitas vezes sem marca, ou produtos muito caros, geralmente importados da Suíça.

Uma das principais características de nosso mercado é a constante evolução na forma de consumo do produto. No passado, o relógio era visto principalmente como um item de necessidade básica, com foco em sua funcionalidade de medir o tempo. Ao longo dos últimos 20 anos, o relógio passou a ser consumido como acessório de moda, valorizado não só pela sua funcionalidade, mas também pela sua capacidade de compor um visual e de expressar a identidade e o humor do consumidor. Essa tendência no padrão de consumo de relógios favorece o segmento, à medida que cada consumidor passa a deter diversos modelos de relógio, cada um deles apropriado para uma diferente ocasião de uso e um diferente visual.

i. participação em cada um dos mercados

De acordo com dados divulgados pela SUFRAMA, tivemos uma participação no mercado relojoeiro em 2021 de aproximadamente 27%.

ii. condições de competição nos mercados

Mercado Mundial

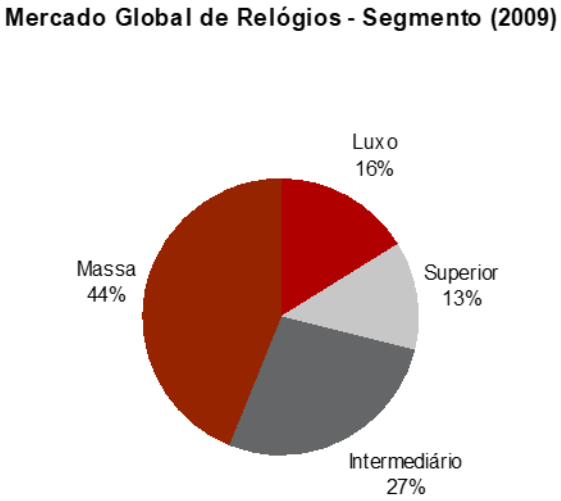
De acordo com relatórios elaborados pela Reuters, o mercado mundial de relógios atingiu U$ 46 bilhões em 2009. A consultoria Global Industry Analysts, Inc estima que os mercados europeu e americano representem, em conjunto, aproximadamente 50% desse montante, e que os mercados de outras regiões respondam pela outra metade.

Do ponto de vista de produto, podemos classificar o mercado por tipo de produto e por posicionamento de preço.

Em relação ao tipo, os produtos são classificados de acordo com o maquinismo utilizado nos relógios, que pode ser movido a quartzo ou mecânico, e por sua maneira de demonstrar o tempo, que pode ser analógica ou digital. Relógios quartzo analógicos representam a grande maioria dos produtos fabricados no mundo, respondendo por aproximadamente 81% da produção mundial segundo a consultoria Global Industry Analysts, Inc. Ainda segundo essa mesma fonte, os relógios quartzo digitais respondem por aproximadamente 17% da produção mundial, e os relógios mecânicos representam os 2% remanescentes.

A classificação por posicionamento de preço traduz a qualidade dos materiais utilizados e a força da marca do relógio. Podemos dividir o mercado em quatro segmentos: (i) relógios de massa, com preços no varejo abaixo de US$ 50,00 (“Massa”); (ii) relógios intermediários, com preços no varejo entre US$ 50,00 e US$ 300,00 (“Intermediário”); (iii) relógios superiores, com preços no varejo entre US$ 300,00 e US$ 1.000,00 (“Superior”); e (iv) relógios de luxo, com preços no varejo acima de US$ 1.000,00 (“Luxo”). Os relógios do segmento Massa geralmente possuem materiais de menor qualidade e muitas vezes não carregam uma marca ou carregam uma marca própria de cada varejista (*private label*). Já os relógios da categoria Intermediário, Superior e Luxo contêm materiais de maior qualidade e valorizam mais a marca e o posicionamento dos produtos. No mercado mundial, aproximadamente 56% dos relógios vendidos pertencem a uma dessas três últimas categorias, segundo a consultoria Global Industry Analysts, Inc e conforme o gráfico abaixo:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Global Industry Analysts, Inc

O mercado global de relógios é altamente fragmentado, com multiplicidade de marcas e fabricantes locais. Poucas empresas conseguem ter participações de mercado relevantes em muitos países, com destaque principal para a Swatch Group, que, na data deste Formulário de Referência, congrega em seu portfólio 18 marcas.

Uma das principais tendências comportamentais inclui a crescente percepção dos consumidores ao utilizar os relógios como itens de moda, não mais como instrumentos funcionais utilizados apenas para mostrar as horas. Essa mudança na percepção encoraja os consumidores a comprar e possuir diversos relógios diferentes, para usá-los como acessórios em diferentes estilos ou personificar um *status* socioeconômico específico. Acreditamos que essa mudança de comportamento do consumidor de relógios é semelhante ao fenômeno de transformação das bolsas de produtos utilitários a acessórios *fashion*, que contribuiu para grande crescimento da indústria de bolsas na década de 2000.

Do ponto de vista industrial, existem dois grandes pólos de produção de relógios no mundo: (i) a Suíça, que concentra a grande maioria dos fabricantes de relógios do segmento Luxo, os quais se diferenciam pela sua qualidade técnica e pelos materiais usados, o que contribui para preços elevados; e (ii) a China, que concentra a produção da maioria dos outros tipos de relógios, desde produtos sem marca ou *private label*, até relógios de moda com forte componente de marca. Até mesmo alguns componentes dos relógios de luxo são produzidos na China, e seguem para acabamento nos ateliês da Suíça. Além disso, o Japão concentra parte significativa do mercado de maquinismos, porém tem menos expressão na fabricação dos outros componentes do relógio.

Mercado Nacional

No ano de 2021, o mercado brasileiro totalizou 6,6 milhões de unidades vendidas, com valor estimado de atacado de R$ 1,1bilhões, representando crescimento de 19,2% em relação ao ano anterior, de acordo com dados da SUFRAMA. Acreditamos que o valor do mercado corresponda a aproximadamente R$ 2,2 bilhões no varejo, considerando uma marcação estimada de duas vezes.

Atribuímos o desempenho dos últimos anos a uma série de fatores, dentre eles:

(i) ***Desempenho Econômico:*** Em 2019, a despeito de apresentar a 3ª alta anual consecutiva (1,1%), houve lenta recuperação do indicador, o que manteve a economia do País abaixo do patamar pré-recessão. Em 2020, a partir de março, a economia mundial sofreu impactos relevantes decorrentes da doença infecciosa causada pelo vírus da síndrome respiratória aguda SARS-CoV-2 ("COVID- 19"). Já em 2021, houve, por um lado, a melhoria de indicadores sanitários tão impactados pela pandemia ao longo do ano favoreceu uma maior flexibilização de medidas de isolamento e fomentou a atividade econômica. Por outro lado, pressões econômicas decorrentes da inflação, juros, câmbio e avanço de novas cepas pandêmicas - como Ômicron -, trouxeram novos desafios. Além disso, a crise logística e de suprimentos global amplamente

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

divulgada pelos meios de comunicação dificultou a estabilização do abastecimento principalmente no segundo semestre do ano.

(ii) ***Renda da Classe Média***: O crescimento de renda da classe média, principalmente da Classe B e da Classe C, foi destaque no crescimento econômico brasileiro em anos recentes. Segundo dados do IBGE, desde 2005, cerca de 27 milhões pessoas migraram para a classe C, que passou a representar aproximadamente 55% da população brasileira. Essa tendência foi interrompida em função da crise econômica enfrentada a partir de 2015. A expectativa futura de grande parte dos economistas é que a classe média volte a crescer, não apenas em razão de aumento no número de pessoas na Classe C, mas também em razão da migração gradual da Classe C para Classe B.

Ainda que nosso portfólio atualmente contenha marcas *premium* voltadas à classe A, a maior parte de nossa receita vem de marcas e produtos direcionados principalmente para as Classes B e C, e um aumento do nosso público consumidor é refletido no nosso volume de vendas. Além disso, nossos relógios, assim como outros produtos de vestuário e acessórios de moda, têm caráter de consumo não-essencial e, portanto, tendem a se beneficiar do aumento da renda.

(iii) ***Mudança Histórica e Consolidada do Consumo de Relógios***: A forma de consumo dos nossos produtos evoluiu nas últimas décadas, passando de um item de necessidade básica para um acessório de moda, incentivando a propriedade de vários modelos por cada consumidor. Notamos também a atração maior pelo consumo de relógios de marca, os quais possuem atributos que extrapolam a mera funcionalidade dos produtos, seja pela tradição da marca ou por sua exposição na mídia. Acreditamos que, nos próximos anos, o número de produtos vendidos aumente, em detrimento do crescimento dos Smartwatches e manutenção do mercado tradicional. Atualmente vemos uma alta complementariedade de ambos os produtos e pouca canibalização.

(iv) ***Aumento do Canal de Distribuição***: O mercado de relógios nacional cresceu em conjunto com seu canal de distribuição. O número de joalherias, relojoarias e óticas têm crescido em função do aumento do número de *shopping centers* e, no início da década, também do crescimento econômico do País. Além disso, outros canais menos tradicionais, como lojas de departamento voltadas para moda, lojas de acessórios e lojas *online* também têm aumentado sua relevância no segmento.

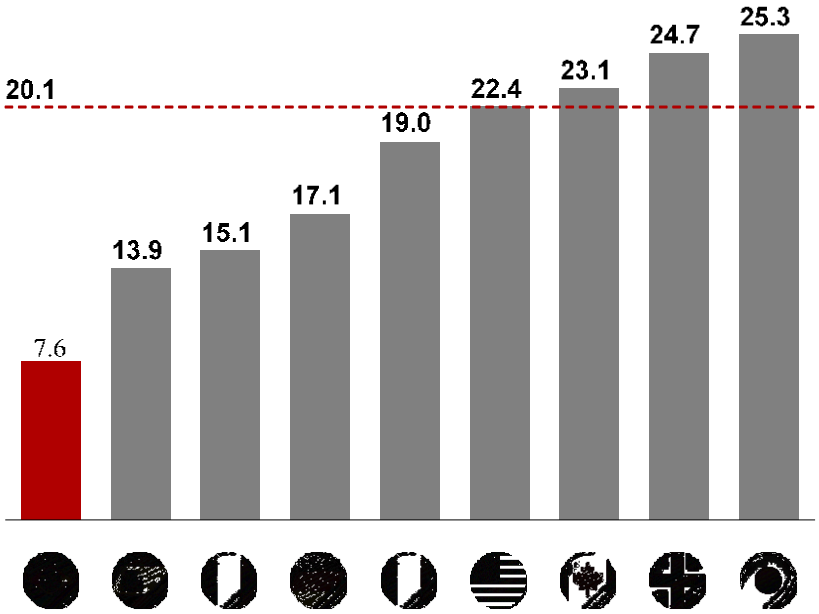
(v) ***Introdução de Novos Produtos*:** A indústria relojoeira mundial e nacional tem se caracterizado pela inovação no *design* e no uso de materiais. Apenas nos últimos dez anos, tivemos diversas inovações importantes, como os relógios de acrílico e de cerâmica, que trouxeram novos incentivos de compra para os consumidores. No mercado nacional, merece destaque o produto troca-pulseiras, que é composto por um único módulo e um *kit* com diversas pulseiras, caixas e aros intercambiáveis. Esse produto, lançado no Brasil na década de 1980 e relançado em 2009, foi um grande sucesso, especialmente entre o público infanto-juvenil, ao longo do ano de 2010 e 2011, tendo reduzido a sua participação após a disseminação, de acordo com a característica cíclica de produtos de moda. As inovações de produto auxiliam a ampliação do mercado consumidor, trazendo clientes que não consumiam ou que não consumiam de forma frequente.

Apesar do crescimento expressivo dos últimos anos, ainda podemos considerar o mercado brasileiro sub-penetrado. Segundo a consultoria Global Industry Analysts, Inc, vemos uma distância muito grande no gasto com relógios per capita no Brasil em comparação a economias desenvolvidas da Europa, América do Norte e Japão, conforme gráfico a seguir:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Consumo anual de relógios no mundo (2010)

(Valores em US$ por pessoa)



Fonte: SUFRAMA, Aliceweb, Global Industry Analysts Inc. "Watches e Clocks"

Concorrentes no Mercado Nacional

Nosso mercado é altamente competitivo. Nossos principais concorrentes são as demais empresas do polo relojoeiro da Zona Franca de Manaus, as quais têm décadas de experiência e conjuntos de marcas bastante relevantes. Destacamos três concorrentes que, em conjunto conosco, respondiam, em 31 de dezembro de 2021, pela quase totalidade do volume do polo relojoeiro da Zona Franca de Manaus, de acordo com dados do SUFRAMA: Seculus, Orient e Magnum. Esses três concorrentes têm forças regionais e portfólios de marcas diversificados, apresentando desafios maiores em posicionamentos específicos. A Seculus tem presença forte no Estado de Minas Gerais e atuação muito importante com a marca "Mondaine", direcionada ao público feminino de menor poder aquisitivo, atingindo diretamente as Classes C e D. A Orient, com sua marca homônima, concorre diretamente com a marca "Technos", de posicionamento similar, além de ter presença expressiva na região Nordeste com a marca "Lince". A Magnum tem como marca principal a "Champion" e os relógios troca-pulseiras, que concorrem diretamente com a nossa marca "Mariner". Em 22 de março de 2013, adquirimos o Grupo Dumont Saab, aumentando nosso portfólio para 20 marcas, sendo sete próprias (já considerando "Euro" e "Allora") e treze licenciadas. Além da integração das marcas próprias "Dumont" e "Condor", ganhamos maior representatividade no segmento moda por meio da parceria com o Grupo Fóssil, a qual nos permitiu distribuir no Brasil algumas das mais desejadas marcas internacionais de relógios como "Fossil" e "Michael Kors".

Além dessas empresas, concorremos também com as importações diretas de relógios montados, tanto nas faixas mais baixas quanto nas faixas mais elevadas de preço. A concorrência de relógios mais baratos nos afeta principalmente em relação a consumidores que buscam relógios apenas pela funcionalidade que eles apresentam, já que, na maioria das vezes, esses relógios não têm marcas ou têm marcas inexpressivas. Já a concorrência de relógios mais caros nos afeta em relação a consumidores mais afluentes, especialmente os da Classe A, os quais costumam conhecer melhor e valorizar marcas estrangeiras, além de realizar uma parcela de suas compras no exterior.

Em um sentido mais amplo, consideramos também a concorrência em relação a outros acessórios de moda. Dada a tendência observada do consumo de relógio como acessório de moda, passamos a competir com outros acessórios, tais quais óculos e semijóias, pelo direcionamento da renda disponível para esse mesmo tipo de gasto.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

d) eventual sazonalidade

O segmento de relógios é sensível à sazonalidade do varejo como um todo, principalmente às principais datas comemorativas no Brasil: Natal, Dia das Mães, Dia dos Namorados e Dia dos Pais. Trabalhamos no mercado de atacado, de forma que geralmente temos um pico de vendas no mês que antecede à data comemorativa, para que o Cliente possa receber e expor a mercadoria em tempo razoável para realizar a venda ao Consumidor.

Além dessas datas, também somos impactados pelas principais feiras nacionais do segmento, nas quais os clientes são apresentados ao lançamento das principais coleções e muitas vezes realizam pedidos expressivos. As principais feiras nacionais do segmento são, em ordem de importância pelo volume de vendas gerado para a nossa Companhia: a Feira de Angra dos Reis, geralmente realizada em outubro, a Super feira Firja – Pro Magno, geralmente realizada em março em São Paulo, e a Feira de Gramado, geralmente realizada em setembro. A Feira de Angra dos Reis tem abrangência nacional e é especializada no mercado de relógios, assim como a Super feira Firja – Pro Magno, que atende ao público mais concentrado na região Sudeste. A Feira de Gramado é focada tanto no segmento de relógios quanto no de óculos, com maior relevância para a Região Sul.

Por fim, a sazonalidade das vendas também pode sofrer ligeira alteração em função de uma quantidade maior de lançamentos em determinado mês, ou em razão da maior ou menor aceitação desses lançamentos.

e) principais insumos e matérias primas

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Compramos os principais componentes de nossos relógios, como pulseiras, caixas, vidros e maquinismos de uma rede de aproximadamente 15 fornecedores na China e no Japão na data deste Formulário de Referência, sendo que cinco desses fornecedores responderam por 70% das nossas compras no último ano. Mantemos relacionamento de longo prazo com nossos fornecedores, sendo cada pedido colocado de forma independente, o que nos permite manter a flexibilidade para optar pelo fornecedor que nos atenda com menores prazos, melhores preços e maior qualidade. Não obstante, mantemos longos relacionamentos comerciais com nossos fornecedores, sendo que alguns destes relacionamentos superam 20 anos, o que nos permite negociar de forma mais vantajosa com eles e facilita o processo de desenvolvimento de produto. Não estamos sujeitos a controle ou regulação governamental.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Conforme informado no item 7.3.(e.i) deste Formulário de Referência, trabalhamos com uma variedade de fornecedores de matérias-primas e componentes. Nesse sentido, o fornecimento dos insumos e matérias-primas é realizado de forma pulverizada, sendo que não dependemos de qualquer fornecedor específico para exercer nossas atividades. No caso de não podermos contar com um de nossos cinco fornecedores chave, temos a possibilidade de alterar pedidos para outros fornecedores, com provável atraso, dependendo da capacidade disponível desses outros fornecedores.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

Nosso custo de produtos corresponde principalmente ao custo dos componentes comprados dos nossos fornecedores estrangeiros e da mão-de-obra e custos indiretos agregados dentro do nosso processo de montagem em Manaus, sendo que o primeiro representa aproximadamente 80% do total, e o segundo 20% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

No caso dos componentes comprados de nossos fornecedores estrangeiros, estamos expostos às variações do preço da matéria prima utilizada na manufatura desses componentes, do custo de mão-de-obra de nossos fornecedores e do câmbio. No período de 2019 a 2021 (inclusive), experimentamos variação custos de mão-de-obra.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não se aplica, pois no exercício de 2021, não houve qualquer cliente responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não se aplica, pois no exercício de 2021, não houve qualquer cliente responsável por mais de 10% da nossa receita líquida total.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para a obtenção de tais autorizações

A montagem de relógios, por ser considerada uma atividade potencialmente poluidora, obriga-nos à realização do licenciamento ambiental. Desse modo, a construção, instalação, ampliação e operação de nossas atividades industriais estão condicionadas à prévia obtenção de licenças ambientais a serem emitidas pelo órgão competente.
O licenciamento ambiental é um procedimento composto basicamente de três fases: (i) licença prévia, que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento; (ii) licença de instalação, que autoriza o início da implementação do empreendimento; e (iii) licença de operação, que autoriza o início das atividades e funcionamento dos sistemas de controle ambiental apresentados durante o processo de licenciamento.
A validade das licenças está condicionada ao cumprimento de condicionantes técnicas estabelecidas pelo órgão ambiental competente. A ausência das licenças ambientais ou a desconformidade com os seus termos caracteriza infração administrativa e crime ambiental, sem prejuízo da obrigação de recuperar e indenizar eventuais danos causados. No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de advertência até a aplicação de multas nos valores de R$ 500,00 a R$ 10,0 milhões, podendo o seu valor ser triplicado em caso de reincidência. O valor máximo previsto para a multa-dia é de 10% do valor da multa simples máxima cominada para a infração. A legislação ambiental também prevê sanções de embargo ou demolição de obra e suspensão parcial ou total das atividades.
Para o desenvolvimento de nossas atividades de montagem de relógios, contamos com uma unidade de montagem e distribuição localizada em Manaus, Amazonas, cuja licença de operação, emitida pelo órgão ambiental estadual, o IPAAM, possui validade até fevereiro de 2024, sendo renovado a cada dois ano.

b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A legislação ambiental estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados pelas fontes poluidoras, tais como o gerenciamento dos efluentes industriais, manejo e correta destinação final de resíduos e controle de emissões atmosféricas e ruídos. A violação de tais padrões legais de qualidade e a degradação do meio ambiente podem sujeitar o agente poluidor à responsabilização administrativa, criminal e civil.

No âmbito administrativo, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa, resultando em sanções administrativas, que abrangem: (i) advertência; (ii) multa, que pode variar entre R$ 50,00 e R$ 50,0 milhões; (iii) apreensão de produtos; (iv) destruição ou inutilização de produtos; (v) suspensão de venda e fabricação de produtos; (vi) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (vii) suspensão parcial ou total da atividade; (viii) demolição de obra; e/ou (ix) pena restritiva de direitos.

No âmbito civil, a responsabilidade do poluidor é solidária e objetiva. Desse modo, todo aquele que concorre para a causa de danos ambientais, direta ou indiretamente, pode responder pela sua integralidade, ressalvado o direito de regresso contra os demais responsáveis, independentemente da verificação da culpa pelo dano causado. As sanções por violação das normas ambientais podem ser estendidas a nós, mesmo nos casos em que não estivermos diretamente envolvidos. Portanto, a terceirização de operações nos mantém como solidária na responsabilidade por eventuais danos ambientais ocasionados por empresas contratadas.

No âmbito penal, tanto as pessoas físicas (incluindo, entre outros, os diretores, Administradores e gerentes de pessoas jurídicas no exercício de suas funções), como as pessoas jurídicas podem ser responsabilizadas por crimes ambientais. As penas aplicáveis às pessoas jurídicas são: (i) multa; (ii) suspensão parcial ou total de atividades; (iii) interdição temporária do estabelecimento, obra ou atividade; (iv) proibição de contratar com o Poder Público, bem como de obter subsídios, subvenções ou doações; e (v) prestação de serviços à comunidade.

Buscamos cumprir integralmente a legislação ambiental aplicável à nossa atividade e, adicionalmente, implementamos na nossa unidade de montagem e distribuição em Manaus as seguintes práticas relacionadas ao meio ambiente: (i) tratamento de esgoto; (ii) reciclagem de papelão; e (iii) venda de resíduos metálicos para empresas que fazem seu reaproveitamento.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Não obstante disponhamos de práticas voltadas à proteção ambiental em razão dos impactos gerados por nossa atividade, não aderimos a padrões internacionais de proteção ambiental.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de *royalties* relevantes para o desenvolvimento das atividades

Somos dependentes de nossas marcas e das marcas que possuímos direito ao uso por meio de contratos de licença de uso de marca e contrato de distribuição exclusiva. Possuímos alto grau de dependência das marcas “Technos”, registrada sob nossa titularidade, e “Mormaii”, registrada em nome da sociedade Mormaii Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Artigos Esportivos Ltda. e cuja licença para uso da marca expira em setembro de 2026, e das marcas do Grupo Fossil (“Fossil”, “Michael Kors),cuja distribuição é autorizada em virtude de um contrato de distribuição e válido até dezembro de 2025. uma vez que tais marcas foram, no exercício social de 2021, responsáveis por parcela relevante da nossa receita de venda de mercadoria e serviços consolidada

Em menor grau, somos também dependentes de nossas marcas “Condor”, “Dumont”, “Euro”, “Allora” e “Touch”, sendo marcas próprias.

Em relação às marcas que licenciamos de terceiros:

(i) O contrato de licenciamento para a marca “Mormaii”, marca registrada perante o INPI em nome de Mormaii Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Artigos Esportivos Ltda., tem validade até setembro de 2026. Nos termos deste instrumento, pagamos *royalty* correspondente a um percentual sobre receitas brutas geradas pela marca no Brasil e temos o comprometimento de investir um percentual das receitas brutas em ações de marketing;

(ii) Em relação às marcas do Grupo Fossil (“Fossil”, “Michael Kors”,), adicionadas ao nosso portfólio em função da aquisição do Grupo Dumont Saab, em 22 de março de 2013, temos atualmente um contrato de distribuição e direito de uso de marca com a Fossil Pertners, L.P., tendo por objeto a montagem, distribuição e comercialização dos relógios dessas marcas de forma exclusiva em todo o território nacional. O contrato não envolve recursos iniciais ou pagamento de *royalties* e foi renovado com validade até 31 de dezembro de 2025.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país de nossa sede e sua participação na nossa receita líquida total

A receita proveniente dos clientes brasileiros corresponde à totalidade da nossa receita líquida.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na nossa receita líquida total

Não aplicável, uma vez que nossas exportações geram receitas inexpressivas e nossas operações no exterior não geram receitas.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, uma vez que nossas exportações geram receitas inexpressivas e nossas operações no exterior não geram receitas nossas exportações não geram receitas.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Não aplicável, uma vez que nossas exportações geram receitas inexpressivas e nossas operações no exterior não geram receitas.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 Em relação a políticas socioambientais, indicar:

a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais
A Technos não publica relatório de sustentabilidade ou similar. Salientamos ainda que a Companhia obedece rigorosamente às leis ambientais, quando aplicável.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações
Não se aplica, uma vez que a Companhia não publica relatório de sustentabilidade ou similar, informando apenas, conforme consta neste Formulário, sobre suas licenças ambientais.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente
Não se aplica, uma vez que a Companhia não publica relatório de sustentabilidade ou similar.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações
Não se aplica, uma vez que a Companhia não publica relatório de sustentabilidade ou similar.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Pontos fortes e vantagens competitivas

***Conjunto de marcas líderes e complementares, com foco na Classe B e na Classe C*.** Atuamos no mercado brasileiro há mais de 60 anos e possuímos marcas reconhecidas e estabelecidas no segmento de relógios, as quais alcançaram aproximadamente 27% de participação de mercado em 2021, de acordo com nossas estimativas baseadas em dados fornecidos pela SUFRAMA.

Nossas marcas são altamente complementares e possuem posicionamentos de estilo diversificados, buscando maximizar a participação de vitrine nos nossos clientes e atingir diversos segmentos da população, sem que haja concorrência entre nossos produtos. Atualmente, nosso portfólio atende a todos os segmentos e classes sociais, porém a maioria de nossa receita provém da venda de marcas e produtos para as classes B e C. Entendemos que nossas duas principais marcas, “Technos” e “Mormaii”, ocupam posições de liderança de mercado e estão entre as marcas de acessórios mais desejadas pela Classe B e pela Classe C no Brasil.

Ao longo dos anos, temos fortalecido nossa presença no segmento “Moda”, com o lançamento da “Euro”, “Allora” e “Touch”, além das marcas adquiridas a partir da consolidação da Dumont, como a “Condor” e as marcas do Grupo Fossil.

Rede de distribuição pulverizada e abrangente, com forte relacionamento com os clientes. Distribuímos nossos produtos a uma ampla rede de clientes constituída por joalherias, relojoarias e óticas, muitas delas de origem familiar e com apenas um ponto de venda. Nossa rede de distribuição foi montada ao longo dos nossos mais de 60 anos de história, criando fortes relacionamentos que se estendem por décadas e até por gerações.

Além disso, fornecemos nossos produtos para as principais lojas de departamento com posicionamento de moda do Brasil, assim como grandes varejistas virtuais. Nenhum cliente individual excedeu, no exercício de 2021, 3% da nossa receita bruta, o que demonstra a intensa capilaridade da nossa distribuição e pode ser considerada uma efetiva barreira de entrada a potenciais novos concorrentes.

Adicionalmente, nossas vendas são muito bem distribuídas geograficamente, abrangendo locais que entendemos não serem atendidos por nossos concorrentes que possuem equipes de venda menores. A capilaridade de nossa distribuição nos permite, ainda, ter exposição significativa nas áreas do País com maior crescimento econômico. Assim, nossos produtos são considerados por nossos clientes como produtos de alto giro e elevado lucro unitário, contribuindo com maior tráfego e interesse nas suas lojas e, consequentemente, melhor resultado dos seus negócios.

***Equipe de vendas própria, exclusiva e experiente*.** Atendemos nossa rede de clientes por meio de uma equipe de vendas própria e exclusiva, que, na data deste Formulário de Referência, tinha um histórico de, em média, 5 anos de trabalho na Companhia, o que fortalece o relacionamento entre nossos vendedores e nossos clientes. Remuneramos nossa equipe de vendas por meio de comissões e prêmios com base em metas e resultados de vendas de curto e longo prazo. Consideramos nossa equipe de vendas como importante diferencial competitivo, já que a maioria de nossos concorrentes no setor de acessórios de moda trabalha com empresas de representação sem vínculo de trabalho e sem exclusividade, o que diminui o conhecimento do representante comercial sobre o produto assim como seu comprometimento com a própria empresa.

***Portfólio de produtos com mix equilibrado de lançamentos e produtos de linha*.** Adotamos dois importantes pilares no desenvolvimento de nossos produtos: (i) a renovação constante de nossas coleções; e (ii) a criação e manutenção de uma coleção de produtos de linha.

Nossa equipe interna de *design* está preparada para captar as mais importantes tendências de moda e traduzi-las para o *design* dos nossos produtos em parceria com nossos fornecedores, conjugando agilidade e rapidez com custos atrativos e qualidade superior.

Cadeia de suprimentos flexível com grande eficiência operacional. Trabalhamos com uma estrutura de produção terceirizada de componentes na Ásia e de montagem própria do produto final na Zona Franca de Manaus. Compramos componentes manufaturados de nossos fornecedores estrangeiros de forma que não precisamos investir capital em estruturas para fabricação de componentes, mantendo flexibilidade para trabalhar com diferentes parceiros que consigam nos atender com menores prazos, melhores preços e maior qualidade. Ademais, o relacionamento direto, sem intermediários, e de longo prazo com nossos fornecedores nos proporciona maior nível de qualidade, maior conhecimento sobre as competências de cada um e maior comprometimento desses fornecedores conosco.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Contamos com uma unidade de montagem eficiente em Manaus que nos permite realizar a montagem final e distribuição dos produtos com rapidez e menor incremento de custos diretos e indiretos de montagem. Em setembro de 2010, inauguramos um escritório de representação na cidade de Shenzen, na China, que nos permite estreitar ainda mais os laços com os nossos principais fornecedores e realizar nossas inspeções de qualidade na origem, diminuindo o tempo entre o desenvolvimento e a disponibilização do produto para venda (*lead time*) e aumentando a qualidade dos nossos produtos.

Controle de qualidade e atendimento de pós-venda diferenciado. Contamos com uma estrutura robusta de controle de qualidade dos nossos produtos e serviços, desde a origem dos componentes na Ásia, passando pelos processos internos em Manaus e finalizando no atendimento pós-vendas a nossos clientes e consumidores. Sabemos, por meio de pesquisas internas, que o alto nível de qualidade e o pós-venda eficiente são dois dos principais fatores motivacionais que levam um cliente a trabalhar com uma empresa de relógios.

Temos aproximadamente 18 funcionários na nossa planta em Manaus dedicados ao controle de qualidade, assim como nos processos internos de montagem, armazenagem e expedição. Em setembro de 2010, inauguramos um escritório de representação na cidade de Shenzen, na China, com o objetivo de passar a realizar inspeções de qualidade na origem e de monitorar de forma mais próxima nossos principais fornecedores.

Administradores experientes com participação acionária na Companhia. Nosso grupo de Administradores mescla executivos com mais de 30 anos de experiência no segmento de relógios com executivos com conhecimento e vivência em outros setores, egressos de importantes companhias brasileiras e internacionais e com credenciais acadêmicas diferenciadas. Essa mesma combinação também se faz presente nos nossos outros níveis, criando uma dinâmica muito saudável de experiência e inovação.

Temos uma cultura forte voltada para a ética, qualidade e pioneirismo, a qual foi desenvolvida ao longo dos nossos mais de 60 anos de existência. Somos uma das empresas brasileiras pioneiras no uso de remuneração variável para incentivar e recompensar nossos colaboradores. Temos um programa de participação nos lucros e resultados desde 1989, formalizado em 1995 por meio de acordo com os sindicatos relevantes para cada uma de nossas filiais, que distribui percentual significativo do nosso resultado. Esse programa hoje está ligado à nossa estrutura de metas de crescimento e retorno, metas de cada departamento e metas individuais, todas definidas no início do exercício e monitoradas mensalmente, com total transparência.

Atualmente, nossa Diretoria, Conselho de Administração e demais líderes possuem, em conjunto, participação acionária de 39% no nosso capital social, gerando grande alinhamento de interesses entre acionistas e Administradores.

Estratégias

Continuar a expandir as vendas das nossas marcas dentro dos canais de distribuição existentes. Acreditamos haver oportunidades significativas de expansão das vendas dos nossos produtos por meio dos principais canais de distribuição que adotamos, em função da perspectiva do aumento da renda e do aumento do número de *shopping centers* no País, entre outros fatores. Adicionalmente, pretendemos impulsionar nossas marcas por meio da revitalização das nossas plataformas de comunicação, bem como do aumento seletivo dos investimentos em *marketing* institucional e cooperado em veículos de alto retorno. O objetivo de tal estratégia é capturar as oportunidades de crescimento, aumentando nossos pontos de venda e ganhando espaço de vitrine nos nossos varejistas existentes.

Desenvolver novos canais de distribuição. Canais de distribuição menos tradicionais, tais como lojas de departamento voltadas para moda, lojas de acessórios, lojas de departamento esportivo e lojas *online*, têm ganhado relevância no segmento de relógios no Brasil. Pretendemos fortalecer nossas atividades e incrementar nossa participação de mercado por meio da captação de novos clientes nesses canais ainda pouco explorados por nós.

Cabe destacar também as iniciativas de varejo por meio de sites e de *outlets*. Ao final de 2021, contávamos com cinco sites de comércio eletrônico, 4 deles são dedicados às marcas Technos, Fossil, Euro e Condor, e o outro voltado para a venda online de todas as marcas, o Timecenter. Os sites são geridos internamente por nossa equipe de varejo, porém operados por empresas terceiras especializadas nessa prestação de serviço, servindo tanto ao propósito comercial, complementando as vendas, quanto ao propósito de *marketing*, oferecendo um canal de comunicação direto com o consumidor final e permitindo a exposição completa de cada coleção e de suas respectivas características. Possuímos também, ao final de

7.9 - Outras Informações Relevantes

2021, 15 *outlets* geridos. Os *outlets* são parte da estratégia de gestão de estoques, servindo como um canal para venda de produtos de baixo giro fora dos canais tradicionais da Companhia e têm apresentado bom resultado de vendas.

Acreditamos que essa estratégia permitirá aumento do espaço de vitrine dedicado aos nossos produtos, melhoria na visibilidade e exposição de nossas marcas e aprofundamento do relacionamento com os nossos atuais clientes e com os consumidores. Acreditamos que, em alguns anos, esses pontos de venda exclusivos serão um importante complemento à nossa atual rede de distribuição e uma relevante alavanca de crescimento.

Fortalecer e inovar no desenvolvimento de produtos. O segmento de relógios mundial e nacional tem se caracterizado pela inovação no *design* e no uso de diferentes materiais. Como nosso segmento segue tendências de moda, continuaremos a desenvolver produtos inovadores de forma a manter o interesse de nossos clientes e consumidores. Almejamos intensificar e segmentar o trabalho da nossa equipe de *design* a fim de conceber constantemente produtos diferenciados que representem e definam fielmente o posicionamento de cada uma de nossas marcas, em termos de conceito, *design* ou material. Pretendemos continuar ampliando nosso mercado consumidor, atraindo consumidores que não consumiam nossos produtos ou que os consumiam de forma pouco frequente.

Desenvolver, licenciar ou adquirir novas marcas de relógio. Atualmente, possuímos um portfólio completo, que atende a todos os segmentos e classes sociais. Continuaremos a gerir nosso *mix* de marcas de forma a consolidar nosso posicionamento nas categorias em que já atingimos posição relevante.

Expandir para outros segmentos de acessórios. Consideramos expandir nossa atuação para outros segmentos de acessórios de moda, como óculos e semijóias. Esses produtos compartilham importantes características com nosso negócio, entre elas (i) a rede de fornecimento de matéria-prima primordialmente baseada na China; (ii) a operação dentro de parâmetros similares de desenvolvimento, logística e controle de qualidades; e (iii) a distribuição por meio de rede similar de clientes, sendo que aproximadamente 70% dos nossos clientes já vendem óculos e/ou semijóias. Acreditamos haver oportunidades para expandirmos nossa oferta de produtos nessas outras categorias, promovendo a venda de um *mix* de produtos mais amplo e complementar à nossa linha de relógios atual.

Nossa Visão e Nossos Valores

VISÃO

Ser a melhor e maior empresa de relógios e acessórios do Brasil, encantando nossos clientes e consumidores.

VALORES

GENTE: Nós construímos um bom clima de trabalho através da confiança, do diálogo aberto e da colaboração. Desenvolvemos pessoas e criamos oportunidades para a aprendizagem contínua. Trabalhamos em equipe num ambiente aberto a questionamentos e sugestões.

INTEGRIDADE: Nós agimos com transparência e clareza. Somos íntegros e honramos compromissos com as equipes, com os pares, clientes, fornecedores e parceiros. Aqui “gol de mão” não vale, qualquer ação ou resultado segue as regras combinadas.

QUALIDADE: Nós valorizamos, incentivamos e garantimos um padrão de excelência em tudo que fazemos, dos nossos produtos e serviços aos nossos processos. Ouvimos as expectativas do cliente e o colocamos em primeiro lugar. Investimos na melhoria contínua com agilidade, sem perder de vista o impacto de nossas decisões no longo prazo.

7.9 - Outras Informações Relevantes

INOVAÇÃO: Nós inovamos com criatividade e impacto transformando boas ideias em realidade. Antecipamos as necessidades de nossos clientes e consumidores implementando novos produtos e serviços que agreguem valor ao negócio.

MERITOCRACIA: Nós recompensamos e proporcionamos oportunidades para que as pessoas se desenvolvam em velocidade condizente com seus resultados, avaliados de forma clara e completa, sem nenhum tipo de restrição ou favorecimento.

DONO DO NEGÓCIO: Nós agimos como donos da empresa e acreditamos no potencial do nosso negócio. Não nos conformamos com processos e resultados aquém do esperado. Temos brilho nos olhos e somos movidos por sonhos grandes.

8.1 - Negócios Extraordinários

8. Negócios extraordinários

8.1 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

No decorrer dos últimos três exercícios sociais – 2019, 2020 e 2021 - não foi feita qualquer aquisição ou alienação de ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Até a data deste Formulário de Referência não houve alteração significativa na forma de condução de nossos negócios, mantendo-se o alinhamento de visão e valores da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Até a data deste Formulário de Referência não houve contratos relevantes celebrados por nós e por nossas controladas não diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor

Não há outros bens relevantes do ativo não circulante além daqueles citados e descritos nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 9.1 deste formulário de referência

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Planta de montagem e distribuição	Brasil	AM	Manaus	Própria
Escritório	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Quiosque	Brasil	PE	Recife	Alugada
Filial	Brasil	AM	Manaus	Própria
Outlet	Brasil	RS	Novo Hamburgo	Alugada
Outlet	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Alugada
Outlet	Brasil	BA	Camaçari	Alugada
Outlet	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Outlet	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Quiosque	Brasil	BA	Feira de Santana	Alugada
Quiosque	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Outlet	Brasil	AM	Manaus	Alugada
Outlet	Brasil	PE	Recife	Alugada
Quiosque	Brasil	PE		Alugada
Quiosque	Brasil	PE	Recife	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os ativos intangíveis estão listados no item 9.2 deste Formulário de Referência

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
SCS 2 Comércio de Acessórios de Moda Ltda.	28.778.134/0001-57	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Comércio varejista, inclusive por meio de comércio eletrônico, de relógio e a administração de nossos contratos comerciais de franquia	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
				Valor mercado		
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	11.222.000,00
31/12/2020	-10,620000	0,000000	0,00			
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A sociedade concentra as atividades de varejo da Companhia

SCS Comércio de Acessórios de Moda Ltda.	14.782.588/0001-97	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Comércio varejista, inclusive por meio de comércio eletrônico, de relógios e a administração de nossos contatos comerciais de franquia	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2021	27.116.000,00
31/12/2020	-9,750000	0,000000	0,00			
31/12/2019	-41,570000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A sociedade concentra as atividades de varejo da Companhia.

Technos da Amazônia Indústria e Comércio S.A.	04.628.426/0001-45	-	Controlada	Brasil	AM	Manaus	Fabricação, venda e revenda, comércio atacadista e varejista, inclusive exportação e importação, de relógios, artigos de relojoaria, bens, peças ou partes em suas diferentes espécies, tipos e modelos, acabados ou semi-acabados, óculos, jóias, semijóias, bijuterias, bolsas, acessórios de moda e artigos de couro, a prestação de serviços e a representação mercantil ligadas ao ramo de sua atividade, bem como a industrialização e o beneficiamento de produtos para terceiros. Na realização de suas finalidades, a Companhia poderá participar do capital de outras empresas.	100,000000

				Valor mercado

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2021	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2021	236.529.000,00		
31/12/2020	-9,910000	0,000000	0,00					
31/12/2019	-30,420000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A sociedade concentra as atividades operacionais de montagem, distribuição e venda de relógios.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Lista de ativos intangíveis

Temos o registro de diversos domínios na internet, com a variação de nomes genéricos e de nossas marcas, que usamos ou poderemos vir a usar em websites comerciais ou para nossos negócios em geral.

DOMÍNIO	EXPIRAÇÃO	Status
clubeuro.com.br	12/05/2022	Publicado
dieselwatches.com.br	22/05/2022	Em renovação
dknywatches.com.br	22/05/2022	Em renovação
emporioarmaniwatches.com.br	22/05/2022	Em renovação
fossilwatches.com.br	22/05/2022	Em renovação
portaltouch.com.br	06/06/2022	Em renovação
relogiosallora.com.br	10/06/2022	Em renovação
relogiosdiesel.com.br	22/05/2022	Em renovação
relogiosdkny.com.br	22/05/2022	Em renovação
relogiosemporioarmani.com.br	22/05/2022	Em renovação
relogiosfossil.com.br	22/05/2022	Em renovação
timecenteroutlet.com.br	21/05/2022	Em renovação
usetouch.com.br	25/05/2022	Em renovação
usotouch.com.br	25/05/2022	Em renovação
academiatechnos.com.br	24/06/2022	Publicado
allorarelogios.com.br	01/09/2022	Publicado
armaniexchangewatches.com.br	09/04/2023	Publicado
comprediretodafabrica.com.br	15/04/2023	Publicado
dieselon.com.br	17/04/2023	Publicado
dieselrelogios.com.br	27/04/2023	Publicado
dumont.com.br	18/12/2022	Publicado
e-euro.com.br	01/12/2022	Publicado
estiloeuro.com.br	30/07/2022	Publicado
eurorelogios.com.br	27/01/2023	Publicado
fossiloficial.com.br	08/04/2023	Publicado
fossilstore.com.br	08/04/2023	Publicado
goettems.com.br	24/06/2022	Publicado
goettems.net.br	22/10/2022	Publicado
grupodumont.com.br	10/10/2022	Publicado
grupotechnos.com.br	20/05/2024	Publicado
grupotechnos.eco.br	31/08/2022	Publicado
grupotechnos.rio.br	17/01/2023	Publicado
grupotechnos.sampa.br	16/10/2022	Publicado
imagensgrupotechnos.com.br	22/02/2023	Publicado
marinerrelogios.com.br	29/03/2023	Publicado
marinerstore.com.br	08/02/2023	Publicado
menuto.com.br	25/09/2022	Publicado
misfitbrasil.com.br	08/04/2023	Publicado
misfitstore.com.br	08/04/2023	Publicado
mundomariner.com.br	15/10/2022	Publicado
portaleuro.com.br	15/04/2023	Publicado

9.2 - Outras Informações Relevantes

portaltimecenter.com.br	18/10/2022	Publicado
portaltimecenteroutlet.com.br	18/10/2022	Publicado
relogiosarmaniexchange.com.br	09/04/2023	Publicado
relogioscondor.com.br	27/06/2022	Publicado
relogiosmariner.com.br	29/03/2023	Publicado
relogiosmichaelkors.com.br	24/06/2022	Publicado
skagen.com.br	29/11/2022	Publicado
skydiver.com.br	24/06/2022	Publicado
skydiver.net.br	22/10/2022	Publicado
techinos.com.br	24/06/2022	Publicado
technos.com.br	12/08/2026	Publicado
technos.eco.br	31/08/2022	Publicado
technos.net.br	22/10/2022	Publicado
technos.rio.br	17/01/2023	Publicado
technosacqua.com.br	25/09/2022	Publicado
technoscare.com.br	29/08/2022	Publicado
technoscobranca.com.br	19/09/2022	Publicado
technosftp.com.br	27/10/2022	Publicado
technosplus.com.br	05/11/2022	Publicado
technosport.net.br	22/10/2022	Publicado
technosrelogios.com.br	31/08/2022	Publicado
tecnos.com.br	24/06/2022	Publicado
tecnos.net.br	22/10/2022	Publicado
teknos.com.br	24/06/2022	Publicado
tempodeblackfriday.com.br	24/10/2027	Publicado
timecenter.com.br	10/02/2023	Publicado
timexstore.com.br	08/02/2023	Publicado
touchwatch.com.br	08/03/2023	Publicado
touchwatches.com.br	17/10/2022	Publicado
universidadegrupotechnos.com.br	28/08/2022	Publicado

9.2 - Outras Informações Relevantes

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº A224236 – T Technos (mista) – classe 14 - Austrália	20.11.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro 822178630 – Euro (Mista) NCL 16 - Brasil	11.04.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro 830643745 – TM Multicolor (Nominativa) NCL 14 - Brasil	30.04.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de registro nº 908589280 – Allora (mista) – classe 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 824982622 – Euro Star (nominativa) – classe 14 (licenciada pela Euro) - Brasil	-	A não concessão do pedido	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 825239974 – Eurosport (nominativa) – classe 14 (licenciada pela Euro) - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 15.472/2010 – T TECHNOS (mista) - classe 14 - Grécia	Aguardando prorrogação	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº R.414.490 – T TECHNOS (mista) - classe 14 - Diversos países da OMPI	10.03.2025	A não renovação da marca	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 97.258- T TECHNOS - (mista) - classe 14 - China	19.11.2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 829579249 – TECHNOS Fundação Technos de Previdência Social (mista) – classe 36 - Brasil		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 831179902 - BELLA (nominativa) – classe 14 - Brasil		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 831179988 – MISS (nominativa) – classe 14 - Brasil		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 905189361 – Technos (mista)– classe 18 - Brasil		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 830419659 – PERSONAL TOUCH (mista) – classe 14 - Brasil	06.08.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 830419675 – TOUCH CLASS (mista) – classe 14 - Brasil	06.08.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 830419683 - TOUCH CLASS (mista) – classe 14 - Brasil	06.08.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 2011- 8908 – T TECHNOS (mista) - classe 14 - Equador	26.03.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 830643745 – TM Multicolor – classe NCL (9) 14 - Brasil	30.04.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de registro nº 85.839.753 – TECHNOS SPORTS (mista) - classe 14 - EUA		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 830428410 – Now – classe NCL (9) 14 - Brasil	25.09.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 829220437 – ARC IRIS (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 811936520 – AREA (nominativa) – classe NCL (7) 09.05 - Brasil	26.08.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 816574235 – ARMITRON (nominativa) – classe NCL (7) 09.05/35/55 - Brasil	13.10.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 817729054 – CIVIC (nominativa) – classe NCL (7) 09.05 - Brasil	14.11.2025	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 200032755 – CONDOR (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	10.12.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 815371667 – CONDOR (nominativa) – classe NCL (7) 09.45 - Brasil	14.02.2025	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 815983271 – CONDOR (nominativa) – classe NCL (7) 09.35/55 - Brasil	27.10.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marcas	Registro nº 818706660 – CONDOR (mista) – classe NCL (7) 09 - Brasil	10.12.2028	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 830685111 – Timecenter – classe NCL (9) 14 - Brasil	13.04.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 830685120 – Time Center (nominativa) – classe NCL (9) 35 -Brasil	30.04.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 903229463– Time Center (mista) – classe NCL (9) 35 - Brasil	10.06.2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 903229528– Time Center (mista) – classe NCL (9) 35 - Brasil	10.06.2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 4- 2014 - 501303 – TECHNOS SPORTS (mista) - classe 14 - Filipinas	17.07.2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de registro nº 302798641 – T TECHNOS (mista) - classes 09 e 14 - Hong Kong		A não concessão do pedido.	A não concessão do pedido.
Marcas	Pedido de registro nº 2006-00814- T TECHNOS (mista) - classe 14 - Venezuela		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido deferido nº 2005-017947 – TECHNOS (nominativa) - classe 14 - Venezuela		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro 006254470 – T Technos (mista) – classe 09:05 - Brasil	10.03.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 006254462 – T Technos (nominativa) - classe 09:05 - Brasil	10.03.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 338.540 – em nome da Technos Swiss) – classe 14 - Suíça	01.04.2025	A não renovação da marca	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 827514115 – Eurobijoux (nominativa) – classe 14 (licenciada pela Euro) - Brasil	15.10.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 827514123 – Eurosilver (nominativa) - classe 14 (licenciada pela Euro) -Brasil		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 829014586 – Euro Hand Wear (nominativa) – classe 14 (licenciada pela Euro) -BR		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 829014594 – Euro Hand Wear (mista) – classe 14 (licenciada pela Euro) - Brasil		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 901797740 – Euro (mista) – classe 14 (licenciada pela Euro) - Brasil		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 901798185 – Euro Relógios (mista) – classe 14 (licenciada pela Euro) - Brasil		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 820276626 – CONDOR NEW (mista) – classe NCL (7) 09.05/35/55 - Brasil	10.10.2026	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 823350010 – Dumont Exchange (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 817801200 – Meteor (nominativa) – classe NCL (7) 09.05 - Brasil	02.01.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 814709575 – Mirvaine (nominativa) – classe NCL (7) 05 - Brasil	28.09.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 903340313 – Myway (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	01.07.2024	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 905332326 – N Mirvaine - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 2013- 063819 – T TECHNOS (mista) - classe 09 - Japão	14.02.2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de registro nº 2014-012593 – TECHNOS (nominativa) - classes 09 e 14 - Japão		A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 800173384 – Premium (nominativa) – classe NCL (7) 09.05 - Brasil	10.04.2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 2.894.833 – T TECHNOS (nominativa) - classe 14 - Argentina	14.11.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marcas	Pedido de Registro nº 822779412 – Roumanos Saab (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 820130966 – Saab (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	11.02.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 811876101 – Smash (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	25.03.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 006220592 – Status (nominativa) – classe NCL (7) 09.05 - Brasil	10.01.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 840330111 – Allora (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de registro nº 905537190 – Allora (nominativa) – classe NCL (7) 25 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 822178648 – Euro (mista) – classe NCL (7) 18 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 840330227 – Euro (nominativa) – classe NCL (7) 18 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 901797740 – Euro (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 901797790 – Euro (mista) – classe NCL (7)09 - Brasil	05.03.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 905524845 (nominativa) – Euro – classe NCL (7) 25 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 829014586 (nominativa) – Euro Hand Wear – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 829014594 – Euro Hand Wear (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A não concessão do pedido.
Marcas	Pedido de Registro nº 828104530 – Euro Relógios (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 901798185 – Euro Relógios (mista) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 824982622 – Euro Star (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 827514115 – Eurobijoux (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	15.10.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 827514123 – Eurosilver (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 825239974 – Eurosport (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 820217603 – CIVIC (mista) – classe NCL (7) 09 - Brasil	25.10.2025	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 11.549 – T Technos (mista) – classe 14 - Brunei	06.09.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 414.490 – T Technos (mista) – classe 14 - Reino Unido	10.03.2025	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 3.083.056 – Technos (em chinês) – classe 14 - China	13.03.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº B16215 – T Technos – classe 14 - Chipre	17.02.2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 3.683.322 - T TECHNOS (mista) - classe 14 - Estados Unidos	10.03.2025	A não renovação da marca	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 19.560.789 – Technos (em chinês) – classe 14 - Hong Kong	03.04.2025	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 19.500.035 – Technos (mista) – classe 14 - Hong Kong	14.04.2025	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 4.760.590 – Technos Silver Diamond (mista) – classe 14 - Japão	02.04.2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marcas	Registro nº 4.832.121 – Technosvip – classe 09 - Japão	14.01.2025	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 804.082 – T Technos (mista) – classe 14 - México	01.10.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de Registro nº 903084406 – Mariner (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	01.03.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 903084511 – Mariner Multicolor (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	01.03.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 903084570 – Mundo Mariner (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	01.03.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 830428410 – Now (nominativa) – classe NCL (7) 14 - Brasil	25.09.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 663.735 – T Technos – classes 07, 09, 14 - Diversos países da OMPI	01.11.2026	A não renovação da marca	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 286.342 – T TECHNOS (nominativa) - classe 14 - Paraguai	21.02.2026	A não renovação da marca	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 252.462 – T Technos (mista) – classe 14 - Paraguai	28.05.2023	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 273.997 – T Technos (mista -em nome da Technos Swiss) – classes 07/09/14 - Suíça	08.11.2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 830419667 – PERSONAL TOUCH (mista) - classe 35 - Brasil	06.08.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº TM 192.607 – T Technos (mista) – classe 14. - Tailândia	15.10.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 840141319 – BEIN TOUCH (mista) - classe 35 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 901282510 - TOUCH (mista) - classe 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 904841456 – BEIN TOUCH (mista) - classe 09 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 904841693 – BEIN TOUCH (mista) - classe 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 904841847 – BEIN TOUCH (mista) - classe 25 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro nº 273.796 – T TECHNOS (mista) - classe 14 - Uruguai	03.12.2024	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 904844277 - GOTOUCH (mista) - classe 09 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 904844340 - GOTOUCH (mista) - classe 14 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 904844609 - GOTOUCH (mista) - classe 25 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 907091423 - ENERGY TOUCH (mista) - classe 05 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 907091482 - ENERGY TOUCH (mista) - classe 32 - Brasil	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 52.233/2013 – TECHNOS SPORTS (mista) - classe 14 - Suíça	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de registro nº 3.128.622 – T TECHNOS (mista) - classe 14 - Argentina	-	A não concessão do pedido	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 978.001 - T TECHNOS (mista) - classe 14 - Chile	-	A não concessão do pedido	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido nº 12.173.119 – TECHNOS SPORTS (mista) - classe 14 - China	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro 790309394 – Tic Time (Nominativa) NCL 09 - Brasil	24.08.2022	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca

9.2 - Outras Informações Relevantes

Marcas	Registro 811621626 – Catamaran (Nominativa) 09.05 - Brasil	17.09.2025	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Registro 811786242 – Surf Line (Nominativa) 09.05 - Brasil	25.03.2026	A não renovação da marca.	A perda de uso da marca
Marcas	Pedido de registro nº 13.385.936 – T TECHNOS (mista) - classe 09 - China	-	A não concessão do pedido.	A perda de uso da marca

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1. Comentários dos diretores sobre as condições financeiras/patrimoniais:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que, atualmente, apresentamos condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar nosso plano de negócios, assim como para cumprir as nossas obrigações contratuais de curto e médio prazos. Nossos objetivos ao administrar nosso capital são: (i) manter nossa capacidade de continuar a oferecer retorno aos nossos Acionistas; e (ii) manter uma estrutura de capital adequada para maximizar esse retorno. Temos a prudência financeira como filosofia, tendo buscado, até a presente data, financiar a maior parte de nossas necessidades de capital de giro e investimentos cotidianos utilizando nosso próprio fluxo de caixa operacional.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de dezembro de 2021, nosso patrimônio líquido totalizava R$ 329,0 milhões, nosso endividamento bruto era de R$ 133,7 milhões e nossos saldos e equivalentes de caixa, caixa restrito e títulos mobiliários somavam R$ 97,3 milhões. Acreditamos que a nossa atual estrutura de capital é bastante confortável, com potencial para futura alavancagem, caso necessário, sempre em níveis adequados.

i. hipóteses de resgate

Nesta data, não existem hipóteses para realização de qualquer resgate das ações de nossa emissão, além das hipóteses previstas na Lei das S.A.

ii. fórmula de cálculo do valor do resgate

Como não há, nesta data, hipótese de realização de resgate de ações, não é possível mensurar a fórmula de cálculo de um valor hipotético de resgate.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nesta data, todas as nossas obrigações contratuais referentes a nossos compromissos financeiros estão sendo assiduamente cumpridas.

A tabela a seguir indica nossas obrigações contratuais existentes em 31 de dezembro de 2021:

Garantia	**Pagamentos devidos por ano**				
	Menos de 1 ano	**1 a 2 anos**	**2 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
	(em milhares de reais)				
Real	-	-	-	-	
Flutuante	13.443	16.893	101.579	1.784	133.699
Total	**13.443**	**16.893**	**101.579**	**1.784**	**133.699**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2021, possuíamos a dívida composta 100% por empréstimos bancários em moeda nacional, destes 14,7% referem-se ao recurso captado junto ao FINEP – Financiadora de Inovação e Pesquisa, cujos recursos possuem destino específico e exclusivo, ainda não utilizado, e classificado na rubrica de Caixa Restrito no ativo circulante.

O Grupo, com o objetivo de reduzir potencial exposição a oscilações na taxa de câmbio R$/US$ utilizada para liquidação de suas importações contrata operações de instrumentos financeiros derivativos de Hedge de acordo com sua política de Hedge e disponibilidade de limites bancários.

Em Out/20 a Companhia concluiu o alongamento de cerca de 85% de suas dívidas financeiras com seus principais credores. Com esta negociação, a Companhia obteve alongamento de cerca de R$119,9 milhões de reais, que passaram a ter prazo médio de vencimento de 4,3 anos. Em 31 de dezembro de 2021 o prazo médio era de 3,1 anos.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Consumimos capital de giro de acordo com o crescimento da Companhia, em função do financiamento concedido a nossos Clientes e da necessidade de compra de estoques. Historicamente, esses investimentos têm sido financiados principalmente pela nossa geração de caixa operacional e, eventualmente, por empréstimos e financiamentos pontuais e de curto prazo, quando necessário.

Nossos investimentos em ativos não circulantes também têm sido financiados principalmente pela nossa geração de caixa operacional.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 geramos R$ 42,5 milhões em fluxo de caixa operacional. Ao final de 31 de dezembro de 2020 geramos R$ 12,9 milhões enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 geramos R$ 5,2 milhões.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela a seguir demonstra a evolução do nosso endividamento consolidado nas respectivas datas:

			Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Credor	Taxa de Juros	Vencimento	2019	2020	2021
			(*em milhões de reais*)		
Passivos circulantes [1]	N/A	N/A	163,1	66,7	109,2
Passivos não-circulantes [2]	N/A	N/A	168,5	215,8	204,6
Total			331,6	282,5	313,7

(1) Inclui as seguintes rubricas: empréstimos, fornecedores, impostos, taxas e contribuições sociais a pagar, salários e encargos sociais a pagar, dividendos a pagar, licenciamentos a pagar, outras contas circulantes a pagar.
(2) Inclui as seguintes rubricas: empréstimos, licenciamentos a pagar, impostos de renda e contribuição social diferidos, provisões para contingências, valor a pagar por aquisição de participação societária e outras contas não-circulantes a pagar.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2021, possuíamos a dívida composta 100% por empréstimos bancários em moeda nacional, destes 14,7% referem-se ao recurso captado junto ao FINEP – Financiadora de Inovação e Pesquisa, cujos recursos possuem destino específico e exclusivo, ainda não utilizado, e classificado na rubrica de Caixa Restrito no ativo circulante.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não possuímos outras relações de longo prazo com instituições financeiras adicionais ao item anterior.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não possuímos nenhuma dívida com grau de subordinação com prioridade de pagamento em relação à outra.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não possuímos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Possuímos um relacionamento próximo com diversos bancos comerciais de primeira linha e mesmo diante da pandemia de 2020, o nível de alavancagem do Grupo Technos ao final de 2021 foi de 0,6x EBITDA ajustado. Importante ressaltar que o prazo médio da dívida bruta da Companhia ao final do trimestre era de 3,1 anos, conforme renegociação e alongamento concluídos em 2020. Acreditamos que, nesta data, diante do cenário de incerteza econômica há um maior conservadorismo dos bancos comerciais atuais em relação a novos limites e temos trabalhado também com outros players do seguimento.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 foram extraídas das nossas demonstrações financeiras, preparadas sob responsabilidade da nossa administração de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais refletem adequadamente o resultado de nossas operações e de nossa situação patrimonial e financeira nos respectivos períodos, e auditadas por nossos auditores independentes, de acordo com as normas aplicáveis no Brasil.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2. Comentários dos diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta consiste em receitas advindas: (i) da venda de relógios; e (ii) da prestação de serviços e venda de peças de assistência técnica. Esses negócios têm naturezas e processos diferentes, sendo que a assistência técnica serve de suporte para o negócio de venda de relógios. A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita bruta nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

	2019	(%) do Total	2020	(%) do Total	2021	(%) do Total
	(em milhões de reais, exceto percentuais)					
Receita Bruta						
Venda de Relógios	372,1	98,3	282,8	99,2	349,3	99,5
Assistência Técnica	6,3	1,7	2,3	0,8	1,6	0,5
Total	**378,4**	**100,0**	**285,1**	**100,0**	**350,9**	**100,0**

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos últimos exercícios sociais, nosso resultado operacional foi impactado por alguns fatores importantes:

(i) Fatores macroeconômicos: Do ponto de vista macroeconômico, por um lado a melhoria de indicadores sanitários tão impactados pela pandemia ao longo do ano favoreceu uma maior flexibilização de medidas de isolamento e fomentou a atividade econômica. Por outro lado, pressões econômicas decorrentes da inflação, juros, câmbio e avanço de novas cepas pandêmicas - como Ômicron -, trouxeram novos desafios. Além disso, a crise logística e de suprimentos global amplamente divulgada pelos meios de comunicação dificultou a estabilização do abastecimento ao longo do ano. Apesar do ambiente desafiador, o Grupo Technos voltou a apresentar progresso em várias frentes de atuação alcançando o melhor resultado operacional dos últimos seis anos.

(ii) Fatores do mercado de relógios: O Grupo continua atento à evolução dos reflexos da pandemia do COVID-19 no Brasil e no mundo, seja quanto à demanda por seus produtos, seja na atividade de seus clientes, e na capacidade dos referidos clientes de cumprir prazos e termos de pagamento. A empresa tem uma rede de distribuição bastante pulverizada e de baixa concentração, com aproximadamente 9 mil clientes ativos em todo o território nacional, incluindo grandes magazines, lojas especializadas, atacadistas e lojas de e-commerce. Portanto, os impactos variam de acordo com o perfil e característica de cada revendedor. Tivemos um impacto relevante no início da pandemia em mar/20 de forma aguda e uma recuperação já ao longo do segundo semestre mostrando a resiliência do mercado mesmo diante de um cenário externo adverso o que favoreceu a recuperação do mercado e da Companhia.

(i) Fatores da nossa Companhia: Um fator importante para a consolidação da receita foi o lançamento e abastecimento de produtos icônicos tradicionais em paralelo a introdução de novas coleções de smartwatches.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

A performance tanto da categoria de produtos tradicionais quanto de smartwatches em 2021 continuam a corroborar a alta complementariedade do portfólio de produtos da empresa. É importante notar que a performance de vendas do ano ainda foi impactada por desafios decorrentes da crise de supply chain e reposição de estoques, particularmente no que diz respeito a categoria de relógios tradicionais. Importante considerar que a Companhia a partir de 2019, teve um foco grande na recuperação de rentabilidade e eficiência, atuando na melhora da margem bruta e na redução % de despesas com vendas e administrativas, sobre a receita líquida. Essa estratégia foi acelerada ao longo do início da pandemia em 2020, e possibilitou uma melhor eficiência no resultado de 2021, tanto do ponto de vista de margem bruta como do ponto de vista de estrutura operacional.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Nossa receita é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, modificações de preços e pela variação do número de nossos Clientes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, nossa receita bruta de relógios apresentou avanço de 23,1% com relação ao ano anterior. O desempenho apresentado no ano decorre da evolução de 8,8% no preço médio por relógio (2021 – R$ 176 vs. 2020 – R$ 162) e do aumento de 13,5% no volume de relógios vendidos no período.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Conjuntura Econômica no Brasil

Nossos resultados operacionais e condição financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais no Brasil, particularmente pelas taxas de inflação, políticas governamentais, oscilações nas taxas de câmbio e políticas fiscais. A tabela abaixo demonstra os valores do PIB, inflação, taxas de juros e taxas de câmbio para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Indicadores	2019	2020	2021
Crescimento do PIB (1)	1,1%	(4,1)%	4,6%
Inflação (IGP-M) (2)	7,30%	23,14%	17,78%
Inflação (IPCA) (3)	4,31%	4,52%	10,06%
Inflação (INPC)(4)	4,48%	5,45%	10,16%
Certificado de Depósito Interbancário – CDI – média anual (5)	5,96%	2,75%	4,42%
Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (6)	6,20%	4,87%	5,32%
Taxa de câmbio (fechamento) – R$ por US$ 1,00	4,03	5,18	5,57
Média da taxa de câmbio – R$ por US$1,00 (7)	3,95	5,15	5,65

1) O PIB brasileiro é agora reportado utilizando-se a nova metodologia do IBGE.
(2) A taxa IGP-M é o principal índice de preços de mercado mensurada pela FGV, representando dados cumulados para o período apresentado.
(3) A taxa IPCA é o índice de preço do consumidor mensurado pelo IBGE, representando dados cumulados para o período indicado.
(4) A taxa INPC é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor mensurado pela FIPE, representando dados cumulados para o período indicado.
(5) O CDI é a taxa média de depósito interbancário performada durante o dia no Brasil.
(6) Refere-se às taxas de juros cobradas pelo BNDES para financiamentos de longo prazo.
(7) Média das taxas de câmbio do fim do mês para o período indicado
Fontes: Banco Central, FGV, IBGE e CETIP.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil e indiretamente pelas condições econômicas gerais no mundo. A seguir comentamos individualmente sobre o impacto das principais variáveis sobre nossos negócios:

(i) *Inflação*: a inflação poderá afetar os resultados operacionais, impactando negativamente o custo de montagem, as despesas comerciais, gerais e administrativas e também afetar negativamente o poder de compra da população brasileira.

(ii) *Variação de preços dos principais insumos e câmbio*: os principais insumos da Companhia são componentes de relógios comprados de fornecedores no exterior, com destaque para China e Japão. O preço desses insumos está ligado a fatores endógenos dessas duas economias, assim como a taxa de câmbio entre o real e o dólar. Dentre os fatores endógenos, o principal é a disponibilidade e o custo de mão de obra assim como o tempo necessário para a manufatura destes. A taxa de câmbio é um fator relevante, já que as compras dos fornecedores estrangeiros são denominadas em dólares, e uma depreciação do real levaria a custos maiores de produtos internalizados no Brasil. Tanto o aumento do preço dos componentes quanto a depreciação do real, se não forem compensados com reajustes de preços dos produtos, resultarão em uma redução da margem de lucro da Companhia.

Uma vez que parte relevante dos custos da Companhia são denominados em moeda estrangeira, trabalhamos com uma política de hedge que protege parcialmente de oscilações de curto prazo. Porém, a volatilidade e manutenção do câmbio em patamar muito desfavorecido para o real por um período prolongado pode representar uma dificuldade a mais na estratégia de recuperação de margem bruta da Companhia. A Companhia busca contrapor os aumentos de dólar por meio não só do hedge financeiro, mas também por meio da redução do custo fabril, melhor gestão de sortimento, redução de vendas promocionais e aumento seletivo de preço de forma a repassar os aumentos de câmbio de forma não linear no sortimento, considerando itens mais e menos elásticos.. Além disso, adotou a reengenharia de produto visando redução de lead time e redução de custos de novas compras, contrapondo parcialmente a pressão cambial e a negociação de prazos de pagamento mais alongados com fornecedores internacionais para novas compras, de acordo com a estratégia de retorno ao fluxo de abastecimento da Companhia.

(iii) *Taxa de juros*: a taxa de juros no Brasil poderá afetar tanto os resultados operacionais da Companhia quanto o seu resultado financeiro. Caso o governo venha a aumentar a taxa de juros como forma de conter um aumento de inflação, é provável que a economia brasileira sofra com uma redução na taxa do crescimento do PIB, já que o encarecimento do crédito tende a desincentivar o consumo. Dentro dessa redução de crescimento econômico da economia em geral é possível que o mercado de acessórios de moda em geral, e o mercado de relógios especificamente, possam ser afetados, resultando em uma pressão negativa nas nossas vendas.

Após atingir o menor patamar da história em 2020, quando fechou em 2,00%, o Copom (Comitê de Política Monetária) realizou sete aumentos de juros da taxa básica de juros (Selic) ao longo de 2021, a qual encerrou em 9,25%, o maior percentual desde julho de 2017. Com a escalada da inflação e atividade econômica abaixo da esperada, o comitê manteve a estratégia de ciclo de aperto monetário ao aumentar os juros a fim de promover um processo de desinflação e ancoragem das expectativas em torno das metas.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não introduzimos ou alienamos qualquer segmento operacional durante os três últimos exercícios.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não tivemos constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante os três últimos exercícios.

c) eventos ou operações não usuais

A evolução do COVID-19 a partir de março de 2020 trouxe impactos para a Companhia tanto do ponto de vista da força de trabalho, quanto do lado da oferta e da demanda para a comercialização de marcas, produtos e serviços. Para mitigar os efeitos da pandemia, a Companhia implementou ações importantes para preservar a saúde de seus colaboradores e da empresa, com um foco especial na preservação de caixa no curto prazo e na aceleração do turnaround de longo prazo.

Sobre o impacto na força de trabalho, a Companhia adotou regime de *home office*, suspendeu ou reduziu jornadas de trabalho, isolou grupos de risco e reduziu viagens não essenciais. Tais medidas vêm sendo mantidas durante todo o período da pandemia, de forma mais agressiva a partir de março e durante todo o segundo trimestre e, com flexibilizações gradativas - conforme recomendação dos órgãos competentes- ao longo do quarto trimestre, sempre com o objetivo de preservar a saúde dos colaboradores.

Do lado da oferta de produtos, a Companhia não sofreu restrições no abastecimento de mercadorias por seus fornecedores. Apesar do atraso de aproximadamente um mês na reabertura das fábricas após o ano novo chinês no início de 2020, a maioria dos fornecedores asiáticos da Companhia reestabeleceu rapidamente suas operações. Além disso, a Companhia trabalha com cobertura de estoque que a permite passar por eventuais rupturas de curto prazo no suprimento de seus fornecedores internacionais sem impacto relevante no abastecimento aos seus clientes.

Do lado da demanda, tendo em vista a observada redução da atividade econômica mundial e no Brasil a partir de março de 2020, a nova pandemia do Coronavírus impactou a Companhia na demanda por seus produtos, na atividade de seus clientes, e na capacidade dos referidos clientes de cumprir prazos e termos de pagamento junto à Companhia. A empresa tem uma rede de distribuição bastante pulverizada e de baixa concentração com aproximadamente 9 mil clientes ativos em todo o território nacional, incluindo grandes magazines, lojas especializadas, atacadistas e lojas de e-commerce. Portanto, dada a característica fragmentada da rede de distribuição da Companhia, o impacto acima mencionado associado à demanda e à inadimplência varia de acordo com o perfil e característica de cada revendedor. Importante ressaltar que este impacto foi mais sentido no mês de março e no segundo trimestre deste ano, e vem reduzindo sequencialmente conforme a recuperação da atividade econômica do país.

Outro impacto importante percebido a partir do agravamento da pandemia foi um aumento considerável da inadimplência, assim como aumento das solicitações de postergações de pagamento por parte dos clientes. A Companhia reforçou o time de cobrança e tem contado com o apoio do time comercial nas negociações com os clientes para melhorar os índices de recuperação de crédito. O início da reabertura das lojas e retomada da atividade operacional dos clientes, é outro fator que tem contribuído positivamente na redução da inadimplência sequencialmente. O aumento da inadimplência, assim como a estimativa futura deste impacto, gerou uma provisão adicional de crédito esperado de R$2,9 milhões no quarto trimestre de 2020.

Adicionalmente, outro ponto de preocupação é a volatilidade do câmbio, uma vez que aproximadamente 3/4 do custo da Companhia são denominados em moeda estrangeira. A Companhia trabalha com uma política de hedge que a protege parcialmente de oscilações de curto prazo, porém a manutenção do câmbio em patamar muito desfavorecido para o real por um período prolongado pode representar uma dificuldade a mais na estratégia de recuperação de margem bruta da Companhia. A Companhia busca contrapor os aumentos de dólar por meio não só do hedge financeiro, mas também por meio da redução do custo fabril, melhor gestão de sortimento, redução de vendas promocionais e aumento seletivo de preços.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia não teve impacto significativo referente a mudança nas práticas contábeis para os exercícios financeiros findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 assim como para o exercício a ser iniciado em 1ª de janeiro de 2022.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício de 2021, não existiram impactos relevantes em função de alterações em práticas contábeis para a companhia.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos Auditores Independentes emitidos para os exercícios de 2019, 2020 e 2021 foram emitidos sem ressalvas.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

Perda (impairment) estimada de Ágio

Anualmente, o Grupo testa potenciais perdas (*impairment*) de ágio e intangíveis de vida útil indefinida, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis dos intangíveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas, ou pelo valor justo menos as despesas necessárias a essa venda.

O Grupo utilizou como metodologia para a determinação do valor recuperável, o valor em uso, e comparou com o valor justo, líquido de despesa de venda para fins de determinar qual o valor recuperável para ser utilizado para fins de cálculo do *impairment* do ágio. Os ágios foram alocados a uma única unidade geradora de caixa (UGC).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Grupo utilizou para cálculo do valor recuperável o método de fluxo de caixa descontado. O resultado indica valor recuperável superior ao valor contábil, consequentemente não foi registrada perda por *impairment* de ágio.

Provisão para contingências

As provisões para contingências são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota pela administração. Essas avaliações e estimativas da administração são realizadas considerando a posição de nossos consultores jurídicos. As contingências estão divulgadas na Nota 16.

O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é feito quando o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos (tais como decisões judiciais finais) independe da atuação da administração, dificultando a precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Provisão de perda de estoques

A provisão para perda e/ou obsolescência de estoques é registrada quando a administração do Grupo avalia que o valor de custo de seus estoques está registrado por valor superior ao seu valor recuperável. A provisão para perda e/ou obsolescência de estoques está descrita na Nota 8.

A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da administração que avalia, continuamente, a cada data de reporte, a recuperabilidade de seus estoques. O registro de perda de estoques, envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, a obsolescência e avaliação do valor de custo ou mercado.

No caso de obsolescência, mensalmente a administração do Grupo, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avalia a necessidade de se complementar ou reverter a provisão para perda por obsolescência.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A administração avalia ainda, o valor dos seus estoques com base no custo ou valor de mercado (recuperável), dos dois o menor. Caso o valor de mercado determinado com base em custo de reposição ou de venda, dependendo de peça em produção ou produto acabado, seja inferior ao valor de custo, o Grupo constitui provisão para perda.

A provisão para perda e/ou obsolescência de estoques é reconhecida na demonstração do resultado como custo dos produtos vendidos/serviços prestados.

Provisão de perda de contas a receber

As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos três anos.

Foi adotada a abordagem simplificada para o cálculo da provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) sobre os recebíveis comerciais, por meio da matriz de provisão, onde são utilizadas as taxas de inadimplência históricas de acordo com o porte/classificação do cliente e o aging do saldo sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber.

Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir as premissas e se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de balanço (Nota 26.3).

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Nesta data, não temos ativos ou passivos que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nesta data, não há outros itens relevantes não evidenciados em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.6 acima.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.6 acima.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.6 acima.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados em nossas demonstrações financeiras, conforme afirmado no item 10.6 acima.

10.8 - Plano de Negócios

10.8. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os investimentos da Companhia se concentram, usualmente, em sete principais tipos: (i) investimentos na estrutura e maquinário da planta em Manaus; (ii) investimentos em hardware e software de tecnologia; (iii) investimentos em automóveis para nossa equipe de vendas; (iv) investimentos na manutenção de imóveis; (v) investimentos em mobiliário de ponto de venda associado ao projeto de franquias, (vi) móveis e utensílios; e (vii) Marcas e Patentes.

O montante total de investimentos totalizou R$ 9,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foi positivo em R$ 6,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R$11,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

No caso de ingressarmos em outros segmentos de produtos os investimentos serão dimensionados individualmente, fazendo parte do plano de negócios específico desse novo segmento. Buscaremos financiar tais investimentos também com nosso fluxo de caixa operacional, complementando com recursos de terceiros, caso necessário.

Nesse mesmo sentido, embora estejamos constantemente avaliando aquisições de ativos estratégicos, não há nenhum acordo vinculante de aquisição até esta data. Caso identifiquemos uma oportunidade de mercado que, após a análise de estudos econômico-financeiros, técnico e jurídicos, entendamos ser relevante para a nossa Companhia, utilizaremos nosso fluxo de caixa operacional para realizar tais investimentos. Caso os investimentos excedam este valor, utilizaremos nosso caixa próprio, os recursos captados por meio da nossa oferta inicial de distribuição de ações, e eventuais captações no mercado se forem necessárias.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia não teve aquisições que impactem materialmente sua capacidade produtiva.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Atualmente o principal projeto da Companhia é o desenvolvimento de seus Smartwatches que tiveram um bom desempenho em 2021. A Companhia tem uma área 100% dedicada para essa categoria e tem avançado no desenvolvimento de novas coleções.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia nos últimos três exercícios sociais já foram comentados nos demais itens desta seção 10.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11. Projeções

11.1. As projeções devem identificar

a) objeto da projeção

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções**.**

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções**.**

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções**.**

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão.

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções**.**

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores

a) projeções que estão sendo substituídas pelas novas projeções incluídas neste formulário

Não aplicável, uma vez que não estão sendo substituídas ou incluídas quaisquer projeções neste Formulário de Referência.

b) comparativo dos dados projetados para períodos passados e do efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, uma vez que não estão sendo substituídas ou incluídas quaisquer projeções neste Formulário de Referência.

c) projeções relativas a períodos ainda em curso que permanecem válidas na data de entrega do formulário e, em caso de substituição, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulgou qualquer projeção referente ao exercício em curso.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12. Assembleia geral e administração
12.1 Descrever a estrutura administrativa do emissor, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno, identificando

a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:
i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022 foi aprovado o Regimento Interno do Conselho de Administração da Technos

A Administração da Technos é exercida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Além disso, podemos ter a instalação de um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, com as atribuições estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações.

O Conselho de Administração é composto por no mínimo cinco e, no máximo, sete membros efetivos, não sendo obrigatório que o número de suplentes corresponda ao número de membros efetivos, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição. No mínimo 20% deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento no Novo Mercado.
Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.
De acordo com nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração:
a) fixar a orientação geral dos nossos negócios e das sociedades sob nosso controle;
b) eleger e destituir os nossos diretores, designando entre eles o Diretor Presidente e o Diretor de Relação com Investidores, e fixar-lhes as atribuições;
c) fiscalizar a gestão dos nossos diretores; examinar a qualquer tempo os nossos livros e papéis; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração por nós ou pelas sociedades sob nosso controle;
d) manifestar-se sobre o relatório da nossa Administração e das nossas demonstrações financeiras, submetendo-as à aprovação da nossa Assembleia Geral;
e) fixar a remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração, do nosso Diretor Presidente e, por recomendação deste, dos demais membros da nossa Diretoria;
f) definir os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos nossos Administradores e funcionários de escalão superior e, sempre que julgar necessário, das sociedades sob nosso controle, considerada a proposta do Comitê de Remuneração;
g) outorgar opções de compra de ações nos termos do Artigo 7º deste Estatuto, bem como deliberar acerca de outras formas de remuneração variável dos administradores da Companhia ou das sociedades sob seu controle envolvendo ações de emissão da Companhia;
h) convocar as nossas Assembleias Gerais;
i) apresentar à nossa Assembleia Geral chapa para eleição dos membros do nosso Conselho de Administração, na forma do Artigo 19 do nosso Estatuto Social;
j) propor à Assembleia Geral a destinação do saldo do lucro líquido ajustado do exercício a que se refere o item (ii) da alínea “b” do Artigo 52 deste Estatuto;
k) aprovar o levantamento de nossas demonstrações financeiras em períodos inferiores ao exercício social, a distribuição de dividendos com base em tais demonstrações financeiras ou intermediários, bem como o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável;
l) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, dentro do limite do Capital autorizado da Companhia;
m) submeter à nossa Assembleia Geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou nossa dissolução, bem como acerca de reforma do nosso Estatuto Social;
n) autorizar a aquisição de nossas ações para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;
o) aprovar a emissão para subscrição pública, de notas promissórias comerciais de nossa emissão ou de sociedades sob nosso controle;
p) aprovar a prática dos seguintes atos, pela Companhia ou por suas controladas, sempre que o valor da operação exceder 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Companhia com base em suas demonstrações financeiras auditadas mais recentes: (i) aquisição, alienação ou oneração de bens; (ii) outorga de garantias; (iii) endividamento ou renúncia a

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

direitos; (iv) investimento ou projeto de investimento; e (v) aquisição ou alienação de participação societária, direta ou indireta, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação;
q) aprovar a celebração de acordos de acionistas pela Companhia ou por suas controladas;
r) escolher e destituir os auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria;
s) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das nossas ações em caso de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado;
t) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da OPA sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;
u) aprovar o regimento interno do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia e dos demais comitês de assessoramento do Conselho de Administração que venha a constituir;
v) aprovar as políticas da Companhia, ou documentos formais equivalentes, conforme o disposto no Artigo 32 do Novo Mercado; e
w) deliberar sobre outras matérias não reguladas no nosso Estatuto Social, resolvendo os casos omissos.
Ainda, de acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração, todos os conselheiros têm os seguintes deveres:
a) atuar no Conselho de Administração buscando a criação de valor para a Companhia e em defesa dos interesses de longo prazo de todos os acionistas;
b) informar ao Presidente do Conselho de Administração, se eleito como conselheiro independente, caso deixe de atender aos critérios de independência;
c) observar compromissos pessoais e profissionais em que esteja envolvido para avaliar se pode dedicar o tempo necessário para atuação no Conselho de Administração;
d) observar as políticas da Companhia aprovadas;
e) executar suas atividades com diligência e lealdade, mantendo sigilo sobre toda e qualquer informação da Companhia a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, bem como exigir o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que lhe prestem assessoria, utilizando-a somente para o exercício de suas funções de Conselheiro; e
f) zelar pela adoção das boas práticas de governança corporativa pela Companhia.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto
Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de maio de 2022 foi aprovada, por unanimidade de votos válidos, a alteração e consolidação do Estatuto Social da Technos. Nesse sentido, conforme prevê o artigo 38 do Estatuto, foi instalado o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), órgão colegiado de assessoramento e instrução vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, com o objetivo de supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores internos e independentes.
O CAE tem funcionamento permanente e é composto de, no mínimo 3 (três) membros, devendo observar os seguintes requisitos: (i) ao menos 1 (um) deles deve ser Conselheiro Independente da Companhia; (ii) ao menos 1 (um) deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes; e (iii) os membros do CAE não poderão participar da Diretoria.
Os atuais membros do CAE são, a saber:

Os membros do CAE serão eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de até 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução para sucessivos mandatos. O CAE possui um Regimento Interno aprovado em 29 de abril de 2022 em reunião do Conselho de Administração, e tem por objetivo disciplinar seu funcionamento, estrutura e forma de atuação, bem como permitir que os demais órgãos internos da Companhia, seus acionistas e demais interessados na Companhia acompanhem a atuação do Comitê de Auditoria, observadas as disposições do estatuto social da Companhia e da legislação aplicável, contribuindo assim para o fortalecimento de suas práticas de governança. A íntegra do Regimento Interno do Comitê e Auditoria Estaturário está disponível no website de RI da Companhia (https://www.grupotechnos.com.br/pt), assim como nos websites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).
Competirá ao órgão:

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

a) elaborar relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração, o qual deverá ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras;
b) sugerir alterações ao presente Regimento e regras complementares para o seu funcionamento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração;
c) opinar na contratação e destituição dos auditores independentes, assim como monitorar a efetividade do trabalho de tais auditores e sua independência, discutindo e avaliando o plano anual de trabalho elaborado, encaminhando-o ao Conselho de Administração para apreciação;
d) garantir que não sejam contratados serviços extra auditoria que possam comprometer a independência dos auditores;
e) garantir o contato e reporte direto da auditoria independente com o Conselho de Administração;
f) garantir que as auditorias independentes e seus auditores não exerçam quaisquer funções de administração, nem tomem decisões no nível da administração ou atuem em capacidade equivalente à de um funcionário da Companhia;
g) avaliar as demonstrações financeiras, demonstrações intermediárias e informações trimestrais da Companhia;
h) manifestar-se sobre o relatório de recomendação de falha dos controles internos da auditoria independente;
i) monitorar a qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos, das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
j) gerenciar e acompanhar os trabalhos da área de controles internos e de auditoria, interna ou externa, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado;
k) receber e dar o devido tratamento às denúncias de fraudes e/ou irregularidades recebidas pelo canal de denúncia, nos termos da Cláusula 7.5 abaixo, garantindo a proteção, o anonimato e a não-retaliação dos eventuais denunciantes;
l) avaliar, monitorar e fazer recomendação ao Conselho de Administração quanto à correção ou ao aprimoramento das políticas internas da Companhia;
m) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna da Companhia, ou prestador de serviços externo contratado pela Companhia para o exercício de tal função, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
n) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e gerenciamento de riscos legais, abrangendo o contencioso cível, tributário, trabalhista, dentre outros;
o) apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia que tenham relação com o escopo do Comitê de Auditoria;
p) opinar sobre as propostas da administração a serem submetidas à assembleia geral da Companhia, quando relativas à modificação do capital social, orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
q) supervisionar as atividades dos auditores independentes, da área de controles internos da Companhia, da área de auditoria interna da Companhia, ou prestador de serviços externo contratado pela Companhia para o exercício de tal função, e da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
r) reunir-se com os demais comitês da Companhia, com a Diretoria e com o Conselho de Administração, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
s) Controlar acesso ao endereço eletrônico comiteauditoria@grupotechnos.com.br.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado
A Companhia não conta com política específica de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente. No entanto, cabe ao Conselho de Administração escolher e destituir os auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria. Além disso, conforme descrito no item d) do Regime Interno do Comitê de Auditoria Estatutário, cabe ao CAE garantir que não sejam contratados serviços extra-auditoria que possam comprometer a independência dos auditores.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

De acordo com nosso Estatuto Social, compete à Diretoria a prática dos atos necessários ao nosso funcionamento regular e à gestão dos nossos negócios sociais, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

dependências em qualquer parte do País ou do exterior, observadas as diretrizes fixadas pelo nosso Conselho de Administração.
A Diretoria será composta de, no mínimo, 2 (dois) diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, sem designação específica, com exceção do Diretor Presidente e do Diretor de Relação com Investidores. As decisões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Diretor Presidente, além de seu voto, o de desempate. Os cargos de Diretor Presidente e de Diretor de Relações com Investidores poderão ser ocupados pela mesma pessoa, desde que respeitado o número mínimo de membros da Diretoria.
As atribuições individuais de nossos Diretores são estabelecidas nos termos do nosso Estatuto Social, conforme abaixo descrito:
Diretor-Presidente: compete ao Diretor-Presidente, dentre outras atribuições que lhe venham a ser estabelecidas pelo Conselho de Administração: (i) dirigir, orientar e coordenar as nossas atividades; (ii) convocar e presidir as reuniões da nossa Diretoria; e (iii) representar-nos em juízo, ativa ou passivamente.
Diretor de Relações com Investidores: compete ao Diretor de Relações com Investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os nossos valores mobiliários, bem como manter atualizado o nosso registro em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação, além de exercer as atribuições que lhe forem cometidas pelo nosso Conselho de Administração.
Diretor sem Designação Específica: Competem aos Diretores sem designação específica as atribuições que lhes forem cometidas pelo nosso Conselho de Administração.
A diretoria não conta, na data deste Formulário de Referência, com regimento interno próprio formalizado.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado
Nosso Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social, caso haja requisição por parte de acionistas. Até a data deste Formulário de Referência, nosso Conselho Fiscal não foi instalado, não havendo, portanto, regimento próprio do órgão.

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo
i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros
Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022 foi aprovada a Política de Avaliação de Desempenho da Technos, a qual está disponível no website de RI da Companhia (https://www.grupotechnos.com.br/pt), assim como nos websites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).
A Política visa a estabelecer as regras e princípios gerais aplicáveis ao processo de avaliação do desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia.
O processo de avaliação de desempenho deverá ser realizado semestralmente, em conjunto com a avaliação de desempenho dos demais colaboradores da Companhia.
A Companhia entende que avaliação dos altos membros de sua administração é etapa fundamental à integração e alinhamento estratégico de seus componentes, permitindo o aprimoramento de processos decisórios-chave e a proteção de investimentos realizados pelos seus acionistas.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação
A avaliação de desempenho dos integrantes do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria poderá ser conduzida (a) de forma interna, sendo liderada e coordenada pelo departamento de Recursos Humanos da Companhia; e/ou (b) por consultoria externa independente, com renomada expertise na condução de processos de avaliação de desempenho.
Na avaliação de desempenho por consultores externos, o consultor poderá proceder com a avaliação por (a) Órgão Administrativo; e/ou (b) por integrante, de modo individual; a exclusivo critério da Companhia. O Consultor Externo deverá realizar reunião prévia com os integrantes dos Órgãos Administrativos informando a metodologia e etapas do processo de avaliação de desempenho.
Cada Colaborador deverá, individualmente, atender a entrevistas e/ou responder formulários, para obtenção de dados qualitativos referentes ao Órgão Administrativo em questão e respectivos integrantes, sendo abordados, dentre outros tópicos:
(i) a qualidade da comunicação entre próprios integrantes do Órgão Administrativo que integram, bem como em relação aos acionistas da Companhia;
(ii) a qualidade e suficiência das informações prestadas entre os Órgãos Administrativos em processos decisórios;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(iii) a isenção e independência no desempenho de trabalhos pelo Órgão Administrativo que integram;
(iv) o alinhamento dos integrantes do Órgão Administrativo que integram com a cultura e princípios corporativos da Companhia;
(v) a composição técnica do Órgão Administrativo que integram;
(vi) o comprometimento dos integrantes do respectivo Órgão Administrativo para com os objetivos da Companhia;
(vii) o comprometimento dos integrantes do respectivo Órgão Administrativo com criação de valor para os acionistas da Companhia;
(viii) a adequação do número de membros de cada Órgão Administrativo da Companhia; e
(ix) a delegação de competências entre os diferentes Órgãos Administrativos da Companhia.

A avaliação de desempenho, quando realizada de forma interna, será implementada conforme sistema próprio da Companhia, com acesso pessoal e restrito (“Sistema Avatech”).
A metodologia de avaliação utilizada para os integrantes do Conselho de Administração contará com dois ciclos semestrais com avaliação 180º, na qual nota final é composta pelas notas de autoavaliação, avaliação dos pares e avaliação pelo Presidente do Conselho de Administração.
A metodologia de avaliação utilizada para a Diretoria conta com dois ciclos semestrais de avaliação, sendo primeiro ciclo é composto pela avaliação 360º, que inclui a autoavaliação, avaliação dos pares, avaliação pelo Conselho de Administração e pela equipe liderada direta pelo referido Diretor. O segundo ciclo possui formato 180º, na qual nota final é composta pelas notas de autoavaliação, avaliação dos pares e avaliação pelo Conselho de Administração.
A metodologia de avaliação utilizada para os integrantes dos Comitês de Assessoramento contará com dois ciclos semestrais, no formato 180º, composto pelas notas de autoavaliação, avaliação dos pares e avaliação pelo Conselho de Administração.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e
O Consultor Externo deverá elaborar um relatório de feedback, a ser apresentado aos Colaboradores, resguardada a confidencialidade das informações prestadas por seus participantes. O relatório de feedback deverá indicar: (a) sempre que possível, dados comparativos em relação às avaliações anteriores; e (b) proposições para aprimoramento dos trabalhos desempenhados pelos Colaboradores, conforme o caso, de modo individual e colegiado. As conclusões obtidas no curso do processo de avaliação, bem como as proposições para aprimoramento dos órgãos e integrantes avaliados, deverão ser avaliadas pelos Órgãos Administrativos em questão para estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento compreendendo, exemplificativamente, a definição de metas para o ano subsequente.
No caso da avaliação interna, uma vez concluída a avaliação para todos os Diretores, o Conselho de Administração deve dar um feedback individual para cada um, apresentando os pontos fortes e os pontos a desenvolver, alinhando expectativas de próximas entregas. Para o Presidente do Conselho de Administração, as duas etapas semestrais serão compostas apenas pela autoavaliação e pela avaliação dos demais membros do Conselho de Administração.
Para todas as avaliações, os feedbacks devem ser claros e consistentes, e as percepções devem ser baseadas em fatos e evidências.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos
Dado que a aprovação da Política de Avaliação de Desempenho ocorreu no presente exercício (2022), ainda não foram contratados serviços ou assessoria externos para a realização da avaliação.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12. Assembleia geral e administração

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando

a. prazos de convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nossas assembleias gerais são convocadas mediante anúncio publicado por três vezes em outro jornal de grande circulação. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, oito dias de antecedência, devendo ser instaladas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por quem este indicar, sendo certo que na hipótese de ausência do Presidente e de indicação deste, a Assembleia Geral será presidida pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou por quem este indicar. Ao presidente da mesa da Assembleia Geral caberá designar o secretário.

A CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista e nós sendo ouvidos, prorrogar a data da Assembleia Geral para que seja feita em até 30 dias após a data de convocação quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas por nossos acionistas.

b. competências

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social, compete à Assembleia Geral:

(i) reformar o Estatuto Social;

(ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, nossos Administradores e fiscais, ressalvado o disposto no inciso II do artigo 142 Lei das Sociedades por Ações;

(iii) tomar, anualmente, as contas dos nossos Administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

(iv) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto no § 1º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) suspender o exercício dos direitos do acionista;

(vi) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

(vii) deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da nossa Companhia, nossa dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;

(viii) autorizar os nossos Administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial e extrajudicial;

(ix) fixar o montante da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, e, se instalado, do Conselho Fiscal, especificando a parcela de tal montante a ser atribuída a cada órgão;

(x) deliberar sobre aumento de capital para integralização em bens, que não sejam créditos em moeda corrente detidos contra nós;

(xi) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações, a favor de Administradores, empregados ou pessoas naturais que nos prestem serviços ou às sociedades sob nosso controle, direto ou indireto; e

(xii) deliberar sobre o lançamento de OPA visando o cancelamento do nosso registro como companhia aberta perante a CVM e sobre a nossa saída do Novo Mercado, escolhendo instituição ou empresa especializada responsável pelo nosso valor econômico, a partir da apresentação, pelo nosso Conselho de Administração, de lista tríplice, para a determinação do preço de OPA dos nossos demais acionistas.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Físico: Avenida das Américas, nº 4200, 6º pavimento, bloco 05, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 22640-102

Eletrônico: www.grupotechnos.com.br/ri; www.cvm.gov.br; e www.bmfbovespa.com.br.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

d. identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos da lei, nossos acionistas e Administradores não podem participar em eventuais deliberações ou atividades nas quais possam ter interesse conflitante com os nossos, observadas sempre os interesses discutidos em determinada deliberação, análise de objeto e contra partes do contrato, ou quaisquer outras atividades ou deliberações da nossa Companhia que possam caracterizar hipótese de interesse conflitante entre nós, nossos Administradores ou acionistas. Não adotamos, contudo, ferramentas ou regras específicas para identificar conflitos de interesse, observadas, sempre, as regras previstas na Lei das Sociedades por Ações e regulamentos vigentes pertinentes.

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Nosso Estatuto Social não prevê forma de solicitação de procurações pela Administração para o exercício do direito de voto, nem proíbe tal prática, de forma que a solicitação de procurações deverá seguir os requisitos legais e regulamentares vigentes à época de eventual solicitação.

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Em até 48 horas antes da nossa Assembleia Geral: (i) todos os nossos acionistas deverão nos enviar declaração da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até, no máximo, três dias antes da Assembleia Geral; e (ii) os acionistas representados por procuradores deverão nos enviar a respectiva procuração.

Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão nos enviar, no mesmo prazo referido no parágrafo acima: (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na Assembleia Geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (ii) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à Assembleia Geral ou a quem tenha outorgado a procuração; e (iii) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (ii) deste parágrafo, a ele relativos.

Os documentos referidos nos parágrafos anteriores poderão ser apresentados por cópia, sendo certo que os originais dos documentos referidos no primeiro parágrafo acima, dispensado o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos a nós até a instalação da Assembleia Geral.

Os documentos assinados no exterior deverão ser notarizados e legalizados perante o consulado brasileiro mais próximo, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma dessas três línguas mencionadas.

Adotaremos, na fiscalização da regularidade documental da representação dos nossos acionistas, o princípio da boa-fé, presumindo verdadeiras as declarações verossímeis que nos forem feitas, vedada, contudo, a participação na assembleia de acionistas que não tenham apresentado a respectiva procuração outorgada a seus representantes, ou a declaração do custodiante, quando as ações constem como de titularidade de instituição custodiante.

Por último, verificando-se que acionistas que tenham comparecido à Assembleia Geral: (i) não estavam corretamente representados; ou (ii) não eram titulares da quantidade de ações declarada, incumbe à nós notificá-los, dando ciência de que, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, desconsideraremos os votos de tais acionistas, que responderão pelas perdas e danos que seus atos tiverem causado.

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização:

No que se refere às formalidades necessárias para aceitação do referido boletim, quando enviado diretamente à Companhia, serão exigidos: (i) via física original do boletim de voto a distância devidamente preenchido, rubricado e

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

assinado com firma reconhecida; e (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos (dispensada autenticação para aqueles disponíveis no website da CVM):

(i) Para Pessoa Física:

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional.

(ii) Para Pessoa Jurídica:

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.
- Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado.
- Documentos societários que comprovem os poderes de representação.

(iii) Para Fundos de Investimento:

- Regulamento consolidado e atualizado do Fundo;
- Estatuto ou Contrato Social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
- Documento de identidade com foto dos representantes legais.

Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em Consulado Brasileiro.

Os documentos acima mencionados devem ser enviados à Companhia aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores para: Avenida das Américas, nº 4200, 6º pavimento, bloco 05, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 22640-102, ou pelo endereço eletrônico ri@grupotechnos.com.br aos cuidados da Área de Atendimento ao Acionistas. Telefones: (21) 2131-8909 e (21) 2131-8950.

Segundo o art. 27 da Resolução CVM 81/22, o boletim de voto à distância, acompanhado da respectiva documentação, será recebido até sete dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do art. 46 da Resolução CVM 81/22, a Companhia comunicará o acionista, em até três dias do recebimento do boletim de voto à distância: (i) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como se o boletim e os documentos recebidos são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (ii) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distancia ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização do voto à distância.

As formalidades descritas no subitem ‘f’ acima referentes à documentação a ser apresentada para participação pelos acionistas nas assembleias gerais da Companhia também devem ser observadas pelos acionistas que optarem por exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância.

Os procedimentos para envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância para o custodiante do acionista cujas ações estejam depositadas em depositário central ou para instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, conforme autorizado pelo art. 27, inc. II da Resolução CVM 81/22, estão descritos no item acima.

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto à distância ou de participação à distância em suas assembleias gerais, porém utiliza as prerrogativas da Resolução CVM 81/22 para viabilizar o processo de voto à distância.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância:

Nos termos do art. 37 da Resolução CVM 81/22, é facultado aos acionistas incluir no boletim de voto a distância candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal e propostas de deliberação. Para tanto, as informações relativas à solicitação de inclusão de candidatos e/ou propostas no boletim de voto a distância devem ser enviadas, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores por meio de correspondência enviada ao seguinte endereço:

Avenida das Américas, nº 4200, 6º pavimento, bloco 05, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 22640-102, ou pelo endereço eletrônico ri@grupotechnos.com.br, nos prazos estabelecidos pela regulamentação vigente.

As solicitações de inclusão devem ser formuladas de acordo com o art. 32 da Resolução CVM 81/22 e vir acompanhadas dos seguintes documentos (a) informações elencadas nos artigos 9 a 26 da Resolução CVM 81/22 a respeito dos candidatos e/ou da proposta objetos de inclusão no boletim de voto a distância; (b) indicação das vagas a que os candidatos propostos concorrerão, conforme o caso; (c) documentos que comprovem a qualidade de acionista, mencionados no item 12.2 “g” deste Formulário de Referência; (d) documentos que comprovem a participação acionária requerida para referida solicitação; e (e) no caso de inclusão de proposta, informações descritas no Anexo P do art. 38 da Resolução CVM 81/22 a respeito do acionista que solicitar a inclusão.

Nos termos do artigo 39 da Resolução CVM 81/22, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento de solicitação de inclusão de propostas e/ou candidatos no boletim de voto a distância, a Companhia comunicará aos acionistas, por meio de envio de e-mail ao endereço indicado na referida solicitação, sobre: (i) a inclusão da solicitação no boletim de voto a distância a ser divulgado pela Companhia; ou (ii) caso haja necessidade de retificação da solicitação, os documentos e alterações necessários para referida retificação, que deverá ser feito nos prazos do artigo 37, § 1º Resolução CVM 81/22.

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não mantemos fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou áudio das nossas assembleias. Todas as informações relativas à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância foram apresentadas nos itens g a j deste item 12 do Formulário de Referência.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12. Assembleia geral e administração

12.3 Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

Nosso Conselho de Administração é composto por no mínimo cinco e no máximo sete membros efetivos, não sendo obrigatório que o número de suplentes corresponda ao número de membros efetivos, todos acionistas, eleitos em Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição, dos quais um membro é eleito Presidente e outro membro é eleito Vice-Presidente. Nos termos do nosso Estatuto Social, sempre que a eleição tiver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela Assembleia Geral importará a destituição dos demais membros, procedendo-se nova eleição. Além disso, no mínimo, 20% do Conselho de Administração deverão ser membros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante a faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º, e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações. Além disso, os cargos de Presidente do nosso Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo, não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Nosso Estatuto Social prevê que nosso Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada três meses, e, extraordinariamente, sempre mediante convocação por escrito do seu Presidente ou por dois dos seus Conselheiros em conjunto, com, no mínimo, três dias de antecedência, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou outra forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, a qual deverá conter (i) local; (ii) data e hora; e (iii) ordem do dia. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do nosso Conselho de Administração.

Em caso de urgência, o Presidente do nosso Conselho de Administração poderá convocar reunião com antecedência inferior a três dias, caso em que a reunião se instalará com a presença de, no mínimo, 2/3 dos membros eleitos. Salvo essa hipótese, as reuniões do nosso Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos Conselheiros, sendo um deles o seu Presidente ou Vice-Presidente e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao seu Presidente, ou na sua ausência, ao Vice-Presidente, além do seu voto, o de desempate, caso seja necessário. Nenhuma deliberação poderá ser discutida ou aprovada pelo nosso Conselho de Administração com respeito a qualquer matéria não incluída na correspondente ordem do dia, exceto se diversamente acordado pela unanimidade dos membros do nosso Conselho de Administração.

Ao longo de 2021 ocorreram 12 reuniões ordinárias do nosso Conselho de Administração.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não existem acordos de acionistas em vigor que estabeleçam restrições ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do nosso Conselho de Administração.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Nos termos do nosso Estatuto Social, nenhum membro do nosso Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da nossa Administração, exercer o voto, ou de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os nossos interesses, nos termos da lei.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022 foi aprovada a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria Estatutária da Technos, a qual está disponível no website de RI da Companhia (https://www.grupotechnos.com.br/pt), assim como nos websites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, dos Comitês relacionados ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Technos estabelece os critérios, requisitos mínimos e diretrizes para indicação de membros (i) ao Conselho de Administração da Companhia; (ii) aos Comitês relacionados ao Conselho de Administração; e (iii) à Diretoria Estatutária da Companhia, e tem como referência (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia, conforme alterado; (ii) a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; (iii) normas gerais emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários sobre o assunto; (iv) Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC: o Código Brasileiro de Governança Corporativa; e (v) o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

O processo de indicação deverá garantir que tais órgãos colegiados sejam compostos por profissionais altamente qualificados, comprometidos e alinhados com à missão, visão e valores éticos da Companhia (integridade, comprometimento, responsabilidade, iniciativa, cooperação, simplicidade e determinação), além de possuírem notável experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados. O processo de indicação deverá também considerar a diversidade de gênero, idade, formação acadêmica e experiência profissional, bem como a complementariedade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício do cargo, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de perspectivas e visões e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

Além dos requisitos acima dispostos, o candidato a membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que:

i. ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou

ii. tiver ou representar interesse conflitantes com a Companhia.

A indicação de membros para composição do Conselho de Administração poderá ser realizada pelos administradores ou por quaisquer acionistas da Companhia, nos termos da legislação aplicável.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12. Assembleia geral e administração

12.4. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Conforme determina nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, nossos Administradores e os membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, nos obrigamos a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, em nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Participação no

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Novo Mercado.

Ademais, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao poder judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Candidato ao Cargo de	Data da Eleição[1]	Data da Posse[2]	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Indicado pelo Controlador	Membro independente	Número de mandatos consecutivos
Monica Magdalena Noronha		Arquiteta	875.787.357-72	Pertence apenas à Diretoria Diretora de Marketing	06/05/2021	06/05/2021	AGO de 2023	Não há	Não		2

[1] Data da eleição, caso o candidato venha a ser eleito.
[2] Prazo do mandato, caso o candidato venha a ser eleito.·.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Candidato ao Cargo de	Data da Eleição[1]	Data da Posse[2]	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Indicado pelo Controlador	Membro independente	Número de mandatos consecutivos
Fábio Marcelo de Souza Santos		Comunicólogo	554.541.270-00	Pertence apenas à Diretoria Diretor Comercial	06/05/2021	06/05/2021	AGO de 2023	Não há	Não		2
Maurício Elísio Martins Loureiro		Empresário	341.096.507-63	Pertence apenas à Diretoria Diretor industrial	06/05/2021	06/05/2021	AGO de 2023	Não há	Não		2
Daniela de Campos Pires Denne		Economista	105.564.527-63	Pertence apenas à Diretoria Diretora de Relações com Investidores	06/05/2021	06/05/2021	AGO de 2023	Não há	Não		2

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Candidato ao Cargo de	Data da Eleição[1]	Data da Posse[2]	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Indicado pelo Controlador	Membro independente	Número de mandatos consecutivos
Joaquim Pedro Andrés Ribeiro	06/12/1975	Economista	002.272.786-82	Diretor Presidente e Membro Efetivo do Conselho de Administração	30/04/2021	03/05/2021	AGO de 2023	Diretor Presidente – eleito em 06/05/2021	Não	Não	3
Renato José Goettems	05/12/1945	Administrador	003.315.030-34	Presidente do Conselho de Administração	30/04/2021	03/05/2021	AGO de 2023	Não há	Não	Não	1
Haroldo Luiz Rodrigues Filho	24/06/1961	Educador físico	869.526.257-04	Membro Efetivo e independente do Conselho de	30/04/2021	03/05/2021	AGO de 2023	Não há	Não	Sim	-

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Candidato ao Cargo de	Data da Eleição[1]	Data da Posse[2]	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Indicado pelo Controlador	Membro independente	Número de mandatos consecutivos
				Administração							
José Augusto L. Figueiredo	06/04/1966	Engenheiro	841.719.527-00	Membro Efetivo e independente do Conselho de Administração	30/04/2021	03/05/2021	AGO de 2023	Não há	Não	Sim	-
Felipe Villela Dias	18/12/1981	Engenheiro	218.680.308-90	Membro Efetivo e independente do Conselho de Administração	30/04/2021	03/05/2021	AGO de 2023	Não há	Não	Sim	-
Aymeric Chaumet	05/01/1979	Empresário	110.246.171-73	Membro Efetivo e independen			AGO de 2023	Não há	Não	Sim	-

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Candidato ao Cargo de	Data da Eleição[1]	Data da Posse[2]	Prazo do Mandato	Outros Cargos ou Funções Exercidos na Companhia	Indicado pelo Controlador	Membro independente	Número de mandatos consecutivos
				te do Conselho de Administração	30/04/2021	03/05/2021					
Rafael de Souza Morsch	27/11/1990	Economista	012.184.570-23	Membro Efetivo e independente do Conselho de Administração	30/04/2021	03/05/2021	AGO de 2023	Não há	Não	Sim	-

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Experiência Profissional

Monica Magdalena Noronha

Monica Magdalena Noronha formou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense - UFF, com MBA em Varejo e Serviços e especialização em Gestão de Produtos e Gestão de Pessoas. Trabalhou no Grupo Technos por mais de 7 anos, ocupando o cargo de Diretora de Marketing desde 2014. Anteriormente, trabalhou nas áreas de gestão de marketing e produtos em empresas de moda e bens de consumo, como Aviator e Richards, ocupando o cargo de gerente. Atualmente, é também consultora de marketing.

Fábio Marcelo de Souza Santos

Graduou-se em comunicação Social e cursou ainda pós-graduação em Marketing, Especialização em vendas e MBA em Gestão de Empresas. Iniciou sua carreira no Grupo Technos como vendedor em 2000 chegando a Gerente Nacional de Vendas e após sua saída em 2015, se associou a um grupo de empresários para atuar comercialmente com a licença de uso de wetsuits e equipamentos da Mormaii, em Garopaba- SC, onde implementou uma série de melhorias. Em 2018 assumiu a Diretoria Comercial da Rip Curl Brasil, empresa líder mundial do segmento de surfwear, onde teve a oportunidade de gerenciar o abastecimento e logística, além do comercial. Neste período teve atuação direta na gestão do varejo próprio e dos Outlets da marca.

Maurício Elísio Martins Loureiro

Maurício Elísio Martins Loureiro, Diretor Industrial. Trabalha há 30 anos na Companhia, tendo ocupado diversos cargos, entre eles gerente administrativo, gerente geral e Diretor Industrial. É também presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas.

Daniela de Campos Pires Denne

Daniela Pires, graduou-se na UFRJ em Ciências Econômicas e cursa atualmente Mestrado Profissional em Administração, com ênfase em Liderança e Estratégia pela Fundação Dom Cabral-BH. Possui sólida experiência nas áreas de Finanças e Supply Chain, com carreira consolidada em empresas no segmento de varejo e bens de consumo. Antes de trabalhar na Technos, sua experiência mais recente foi na B2W. O seu ingresso no Grupo Technos aconteceu em outubro de 2010, onde liderou as áreas de Planejamento, Finanças, Relação com Investidores e Supply Chain. Liderou também projetos importantes na Companhia como a integração pós aquisição do Grupo Dumont Saab, em 2013 e mais recentemente a implementação do processo de S&OP.

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Graduou-se em Economia na Universidade de Harvard em 1998 e formou-se no curso de especialização OPM da Harvard Business School em 2012. É Sócio-Fundador da Neopar Capital, uma empresa de investimentos de venture capital com foco em startups. Trabalhou no Grupo Technos de Maio de 2008 a Julho de 2014, ocupando o cargo de Diretor-Presidente. Anteriormente, trabalhou na empresa Shoptime no ano de 2005, ocupando o cargo de Diretor-Presidente, e na empresa Time Warner, de 1999 a 2004, onde ocupou o cargo de Gerente. É membro voluntário da Fundação Estudar, Endeavor, YPO e RenovaBR.

Renato Goettems

Graduou-se em Administração na Universidade São Judas Thadeu. Trabalhou por 55 anos no Grupo Technos, tendo ocupado os cargos de vendedor, gerente comercial e diretor comercial, cargo que ocupou durante 26 anos.

Haroldo Rodrigues

Atuou como Diretor e Gerente das Lojas Renner SA de Fevereiro de 2003 a Setembro de 2018. Liderou as áreas de Compras, Operações, Gestão de Lojas e Expansão da companhia. Liderou projetos de consultoria na área de gestão de produtos e serviços para clientes como Rede Globo, Whirlpool, Leader Magazine e Unibanco de 1997 a 2003. Atuou também como Gestor e Superintendente de Negócios e de Lojas da Mesbla de 1986 a 1996. Formou-se em Educação Física pela Universidade Gama Filho em 1984 e pós graduou-se na COPPEAD em 1990.

José Augusto L. Figueiredo

Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula. Possui MBA em Administração de Empresas pelo COPPEAD - Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Marketing na Fundação Machado Sobrinho - Estado de Minas Gerais. Também se formou no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Conselheiro Independente. É estudante de doutorado em administração de empresas no COPPEAD-UFRJ e professor convidado do MBA Executivo do COPPEAD em Liderança. Conselheiro voluntário da Rede Cidadã (Organização não governamental na cidade de Belo Horizonte) e Mentor na Endeavor (Organização sem fins lucrativos em São Paulo). Como membro do conselho, ele atua na ABRH-SP, ABRH-Rio (Associação Brasileira de Recursos Humanos) e COPPEAD-UFRJ.

Atualmente ocupa o cargo de CEO na Lee Hecht Harrison Brasil, é Vice-Presidente Executivo para a América Latina e é membro do Comitê Executivo Global da LHH. Atua como Coach para Executivos e é Consultor da LHH no Brasil. Certificado em Coaching pela Columbia University, Nova Iorque, EUA. Credenciado pelo International Coach Federação (ICF) como Associate Certified Coach (ACC) e PMP pelo Project Management Institute. Participou da fundação do ICF no Brasil e liderou seus primeiros três anos. Atualmente é Diretor do Conselho Global do ICF com responsabilidade fiduciária nos EUA. Como executivo, ele trabalhou na White Martins / Prax Air, American Cyanamid, American Home Products, BASF e na LHH | DBM desde 2001.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Felipe Villela Dias

Sócio da Visagio onde atua como especialista em finanças em projetos de consultoria. Foi sócio da Squadra Investimentos por dez anos, especializando-se nos setores de construção civil, logística, aviação e de programas de fidelidade. Como sócio da Squadra atuou por um ano como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Brasil Brokers Participações S.A. É formado em Engenharia de Produção pela UFRJ com especialização em logística pela Coppead. É membro independente do Conselho de Administração da Smiles Fidelidade S.A. e da Santos Brasil Participações S.A

Aymeric Chaumet

Formou-se no curso de especialização AMP da Harvard Business School em 2015. É cofundador da Financiere Moliere, empresa de investimento belga com foco em investimento direto, imobiliário e participações em fundos. Atual membro independente do conselho de administração da Morellato, empresa italiana no segmento de relógios e joias. Trabalhou na Mister Watch / AFW de 2014 a 2018, ocupando o cargo de Diretor-Presidente. Anteriormente, atuou na ILG Group de 1999 a 2014, ocupando o cargo de Diretor-Presidente.

Rafael de Souza Morsch

Rafael de Souza Morsch atualmente desempenha as funções de Diretor da Zenith Asset Management Ltda, a qual atua em gestão de investimentos; é membro do Conselho Fiscal da Sendas Distribuidora S/A, a qual atua no varejo de alimentos. No passado atuou como membro do Conselho de Administração da LIQ Participações S.A., a qual atua no setor de relacionamento com consumidor; membro do Conselho Fiscal da Excelsior Alimentos S/A, a qual atua em indústria de alimentos; membro do Conselho Fiscal da Forjas Taurus S/A, a qual atua no setor industrial bélico; membro do Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Distribuição, a qual atua no varejo de alimentos; membro do Conselho Fiscal da Companhia de Tecidos Santanense, a qual atua no setor industrial têxtil; membro do Conselho Fiscal da Encorpar S.A., focada em participação societária em outras empresas, e membro do Conselho Fiscal da Coteminas, a qual atua no setor industrial têxtil.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Monica Magdalena Noronha		Pertence apenas à Diretoria	06/05/2021	2 anos	2
875.787.357-72	Arquiteta	19 - Outros Diretores	06/05/2021	Não	0.00%
		Diretora de Marketing			
Fábio Marcelo de Souza Santos		Pertence apenas à Diretoria	06/05/2021	2 anos	2
554.541.270-00	Comunicólogo	19 - Outros Diretores	06/05/2021	Não	0.00%
		Diretor Comercial			
Maurício Elísio Martins Loureiro		Pertence apenas à Diretoria	06/05/2021	2 anos	2
341.096.507-63	Empresário	19 - Outros Diretores	06/05/2021	Não	0.00%
		Diretor Industrial			
Daniela de Campos Pires Denne		Pertence apenas à Diretoria	06/05/2021	2 anos	2
105.564.527-63	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	06/05/2021	Não	0.00%
Rafael de Souza Morsch	27/11/1990	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	2 anos	0
012.184.570-23	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/05/2021	Não	0.00%
Felipe Villela Dias	18/12/1981	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	AGO de 2023	0
218.680.308-90	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/05/2021	Não	100.00%
Renato José Goettems	05/12/1945	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	AGO de 2023	1
003.315.030-34	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	03/05/2021	Não	100.00%
Haroldo Luiz Rodrigues Filho	24/06/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	AGO de 2023	0

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
869.526.257-04	Educador fisico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/05/2021	Não	100.00%
José Augusto Lopes Figueiredo	06/04/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	AGO de 2023	0
841.719.527-00	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/05/2021	Não	100.00%
Aymeric Chaumet	05/01/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	AGO de 2023	0
110.246.171-73	Empresário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/05/2021	Não	0.00%
Rafael de Souza Morsch	27/11/1990	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	AGO de 2023	0
012.184.570-23	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	03/05/2021	Não	0.00%
Joaquim Pedro Andrés Ribeiro	06/12/1975	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2021	AGO de 2023	3
002.272.786-82	Empresário	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	03/05/2021	Não	100.00%
Eleito Conselheiro efetivo no dia 30/04/2021 e eleito ao cargo de Diretor Presidente em 06/05/2021.					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Monica Magdalena Noronha - 875.787.357-72

Monica Magdalena Noronha formou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense - UFF, com MBA em Varejo e Serviços e especialização em Gestão de Produtos e Gestão de Pessoas. Trabalhou no Grupo Technos por mais de 7 anos, ocupando o cargo de Diretora de Marketing desde 2014. Anteriormente, trabalhou nas áreas de gestão de marketing e produtos em empresas de moda e bens de consumo, como Aviator e Richards, ocupando o cargo de gerente. Atualmente, é também consultora de marketing. A Diretora declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Fábio Marcelo de Souza Santos - 554.541.270-00

Graduou-se em comunicação Social e cursou ainda pós-graduação em Marketing, Especialização em vendas e MBA em Gestão de Empresas. Iniciou sua carreira no Grupo Technos como vendedor em 2000 chegando a Gerente Nacional de Vendas e após sua saída em 2015, se associou a um grupo de empresários para atuar comercialmente com a licença de uso de wetsuits e equipamentos da Mormaii, em Garopaba-SC, onde implementou uma série de melhorias. Em 2018 assumiu a Diretoria Comercial da Rip Curl Brasil, empresa líder mundial do segmento de surfwear, onde teve a oportunidade de gerenciar o abastecimento e logística, além do comercial. Neste período teve atuação direta na gestão do varejo próprio e dos Outlets da marca. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Maurício Elísio Martins Loureiro - 341.096.507-63

Maurício Elísio Martins Loureiro, Diretor Industrial. Trabalha há 30 anos na Companhia, tendo ocupado diversos cargos, entre eles gerente administrativo, gerente geral e Diretor Industrial. É também presidente do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Daniela de Campos Pires Denne - 105.564.527-63

Daniela Pires, graduou-se na UFRJ em Ciências Econômicas e cursa atualmente Mestrado Profissional em Administração, com ênfase em Liderança e Estratégia pela Fundação Dom Cabral-BH. Possui sólida experiência nas áreas de Finanças e Supply Chain, com carreira consolidada em empresas no segmento de varejo e bens de consumo. Antes de trabalhar na Technos, sua experiência mais recente foi na B2W. O seu ingresso no Grupo Technos aconteceu em outubro de 2010, onde liderou as áreas de Planejamento, Finanças, Relação com Investidores e Supply Chain. Liderou também projetos importantes na Companhia como a integração pós aquisição do Grupo Dumont Saab, em 2013 e mais recentemente a implementação do processo de S&OP. A Diretora declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Rafael de Souza Morsch - 012.184.570-23

Rafael de Souza Morsch - 012.184.570-23

Rafael de Souza Morsch atualmente desempenha as funções de Diretor da Zenith Asset Management Ltda, a qual atua em gestão de investimentos; é membro do Conselho Fiscal da Sendas Distribuidora S/A, a qual atua no varejo de alimentos. No passado atuou como membro do Conselho de Administração da LIQ Participações S.A., a qual atua no setor de relacionamento com consumidor; membro do Conselho Fiscal da Excelsior Alimentos S/A, a qual atua em indústria de alimentos;)membro do Conselho Fiscal da Forjas Taurus S/A, a qual atua no setor industrial bélico; membro do Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Distribuição, a qual atua no varejo de alimentos; membro do Conselho Fiscal da Companhia de Tecidos Santanense, a qual atua no setor industrial têxtil; membro do Conselho Fiscal da Encorpar S.A., focada em participação societária em outras empresas, e membro do Conselho Fiscal da Coteminas, a qual atua no setor industrial têxtil.

Felipe Villela Dias - 218.680.308-90

Sócio da Visagio onde atua como especialista em finanças em projetos de consultoria. Foi sócio da Squadra Investimentos por dez anos, especializando-se nos setores de construção civil, logística, aviação e de programas de fidelidade. Como sócio da Squadra atuou por um ano como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Brasil Brokers Participações S.A. É formado em Engenharia de Produção pela UFRJ com especialização em logística pela Coppead. É membro independente do Conselho de Administração da Smiles Fidelidade S.A. e da Santos Brasil Participações S.A. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Renato José Goettems - 003.315.030-34

Graduou-se em Administração na Universidade São Judas Thadeu. Graduou-se em Administração na Universidade São Judas Thadeu. Trabalhou por 55 anos no Grupo Technos, tendo ocupado os cargos de vendedor, gerente comercial e diretor comercial, cargo que ocupou durante 26 anos. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Haroldo Luiz Rodrigues Filho - 869.526.257-04

Atuou como Diretor e Gerente das Lojas Renner SA de Fevereiro de 2003 a Setembro de 2018. Liderou as áreas de Compras, Operações, Gestão de Lojas e Expansão da companhia. Liderou projetos de consultoria na área de gestão de produtos e serviços para clientes como Rede Globo, Whirlpool, Leader Magazine e Unibanco de 1997 a 2003. Atuou também como Gestor e Superintendente de Negócios e de Lojas da Mesbla de 1986 a 1996. Formou-se em Educação Física pela Universidade Gama Filho em 1984 e pós graduou-se na COPPEAD em 1990. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

José Augusto Lopes Figueiredo - 841.719.527-00

Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Psicologia pela Universidade Santa Úrsula. Possui MBA em Administração de Empresas pelo COPPEAD - Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Marketing na Fundação Machado Sobrinho - Estado de Minas Gerais. Também se formou no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa como Conselheiro Independente. É estudante de doutorado em administração de empresas no COPPEAD-UFRJ e professor convidado do MBA Executivo do COPPEAD em Liderança. Conselheiro voluntário da Rede Cidadã (Organização não governamental na cidade de Belo Horizonte) e Mentor na Endeavor (Organização sem fins lucrativos em São Paulo). Como membro do conselho, ele atua na ABRH-SP, ABRH-Rio (Associação Brasileira de Recursos Humanos) e COPPEAD-UFRJ. Atualmente ocupa o cargo de CEO na Lee Hecht Harrison Brasil, é Vice-Presidente Executivo para a América Latina e é membro do Comitê Executivo Global da LHH. Atua como Coach para Executivos e é Consultor da LHH no Brasil. Certificado em Coaching pela Columbia University, Nova Iorque, EUA. Credenciado pelo International Coach Federação (ICF) como Associate Certified Coach (ACC) e PMP pelo Project Management Institute. Participou da fundação do ICF no Brasil e liderou seus primeiros três anos. Atualmente é Diretor do Conselho Global do ICF com responsabilidade fiduciária nos EUA. Como executivo, ele trabalhou na White Martins / Prax Air, American Cyanamid, American Home Products, BASF e na LHH | DBM desde 2001. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Aymeric Chaumet - 110.246.171-73

Formou-se no curso de especialização AMP da Harvard Business School em 2015. É cofundador da Financiere Moliere, empresa de investimento belga com foco em investimento direto, imobiliário e participações em fundos. Atual membro independente do conselho de administração da Morellato, empresa italiana no segmento de relógios e joias. Trabalhou na Mister Watch / AFW de 2014 a 2018, ocupando o cargo de Diretor -Presidente. Anteriormente, atuou na ILG Group de 1999 a 2014, ocupando o cargo de Diretor-Presidente.

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro - 002.272.786-82

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro, membro do Conselho.Graduou-se em Economia na Universidade de Harvard em 1998 e formou-se no curso de especialização OPM da Harvard Business School em 2012. É Sócio-Fundador da Neopar Capital, uma empresa de investimentos de venture capital com foco em startups. Trabalhou no Grupo Technos de Maio de 2008 a Julho de 2014, ocupando o cargo de Diretor-Presidente. Anteriormente, trabalhou na empresa Shoptime no ano de 2005, ocupando o cargo de Diretor-Presidente, e na empresa Time Warner, de 1999 a 2004, onde ocupou o cargo de Gerente. É membro voluntário da Fundação Estudar, Endeavor, YPO e RenovaBR. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro está devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Monica Magdalena Noronha - 875.787.357-72	
N/A	
Fábio Marcelo de Souza Santos - 554.541.270-00	
N/A	
Maurício Elísio Martins Loureiro - 341.096.507-63	
N/A	
Daniela de Campos Pires Denne - 105.564.527-63	
N/A	
Rafael de Souza Morsch - 012.184.570-23	
Rafael de Souza Morsch - 012.184.570-23	
N/A	
Felipe Villela Dias - 218.680.308-90	
N/A	
Renato José Goettems - 003.315.030-34	
N/A	
Haroldo Luiz Rodrigues Filho - 869.526.257-04	
N/A	

José Augusto Lopes Figueiredo - 841.719.527-00

N/A

Aymeric Chaumet - 110.246.171-73

N/A

Joaquim Pedro Andrés Ribeiro - 002.272.786-82

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Evelyn Veloso Trindade	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	02/07/1989	29/04/2022	AGO de 2023
139.105.217-03		Contadora		29/04/2022	0	0.00%
Felipe Villela Dias	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	18/12/1981	29/04/2022	AGO de 2023
218.680.308-90		Engenheiro		29/04/2022	0	0.00%
Rafael de Souza Morsch	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	27/11/1990	29/04/2022	AGO de 2023
012.184.570-23		Economista		29/04/2022	0	0.00%
Robson da Silva Neves	Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)		29/04/2022	AGO de 2023
774.789.247-00		Advogado		29/04/2022	0	0.00%
Gerente Executivo de Gente e Operações						
José Augusto Lopes Figueiredo	Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	06/04/1966	29/04/2022	AGO de 2023
841.719.527-00		Engenheiro		29/04/2022	0	0.00%
Mylene Isabele Ribeiro Andrade	Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)		29/04/2022	AGO de 2023
128.718.447-20		Gerente de RH		29/04/2022	0	0.00%
Gerente de RH						
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Evelyn Veloso Trindade - 139.105.217-03						
Felipe Villela Dias - 218.680.308-90						

Rafael de Souza Morsch - 012.184.570-23

Rafael de Souza Morsch atualmente desempenha as funções de Diretor da Zenith Asset Management Ltda, a qual atua em gestão de investimentos; é membro do Conselho Fiscal da Sendas Distribuidora S/A, a qual atua no varejo de alimentos. No passado atuou como membro do Conselho de Administração da LIQ Participações S.A., a qual atua no setor de relacionamento com consumidor; membro do Conselho Fiscal da Excelsior Alimentos S/A, a qual atua em indústria de alimentos;)membro do Conselho Fiscal da Forjas Taurus S/A, a qual atua no setor industrial bélico; membro do Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Distribuição, a qual atua no varejo de alimentos; membro do Conselho Fiscal da Companhia de Tecidos Santanense, a qual atua no setor industrial têxtil; membro do Conselho Fiscal da Encorpar S.A., focada em participação societária em outras empresas, e membro do Conselho Fiscal da Coteminas, a qual atua no setor industrial têxtil.

Robson da Silva Neves - 774.789.247-00

José Augusto Lopes Figueiredo - 841.719.527-00

Mylene Isabele Ribeiro Andrade - 128.718.447-20

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Evelyn Veloso Trindade - 139.105.217-03	
N/A	
Felipe Villela Dias - 218.680.308-90	
N/A	
Rafael de Souza Morsch - 012.184.570-23	
N/A	
Robson da Silva Neves - 774.789.247-00	
N/A	
José Augusto Lopes Figueiredo - 841.719.527-00	
N/A	
Mylene Isabele Ribeiro Andrade - 128.718.447-20	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Com relação a este item, não existem informações a reportar, uma vez que não há relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau: (i) entre os nossos administradores; (ii) entre os nossos administradores e os administradores de nossas controladas, diretas ou indiretas; (iii) entre os nosso administradores ou os administradores de nossas controladas, diretas ou indiretas, e nossos controladores diretos ou indiretos; e (iv) entre os nossos administradores e os administradores dos nosso controladores diretos e indiretos.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

a.

Não se aplica, uma vez que a Companhia detém o controle da totalidade do capital social de suas controladas.
b. Não se aplica, pois desde 27 de fevereiro de 2013, data em que o GMT Fundo de Investimento em Participação amortizou a totalidade de suas quotas e encerrou suas atividades, entregando a totalidade das ações da Companhia por ele detidas aos seus respectivos quotistas, a Companhia não possui controlador definido.

c. Não há qualquer relação relevante de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas entre nossos Administradores e fornecedores, clientes, devedores ou credores.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12. Assembleia geral e administração

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Contratamos uma apólice de seguro, em vigência até 13 de novembro de 2022 que prevê o pagamento de indenização aos nossos Administradores em casos decorrentes de perdas e danos por eles sofridos por conta de reclamações de terceiros, desde que (i) tal reclamação decorra única e exclusivamente de sua condição de Administrador da nossa Companhia ou, quando aplicável, de nossas controladas; e (ii) o ato ou omissão do Administrador que tenha dado origem a tal responsabilização tenha ocorrido entra a data retroativa de cobertura e a data do término de vigência da apólice. A apólice dá direito à indenização em casos de processos ou procedimento administrativos, arbitrais ou judiciais de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, cível, criminal, consumerista, concorrencial ou de qualquer outra natureza, exceto ambiental, nos quais o Administrador figure como réu ou parte passiva, em virtude de sua responsabilidade pessoal, solidária ou subsidiária ou devido à desconsideração da personalidade jurídica.

12.12 - Outras informações relevantes

12. Assembleia geral e administração

12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em fevereiro de 2011 o Ministério Público Federal de Amazonas ajuizou uma ação de improbidade administrativa contra nosso diretor Sr. Mauricio Loureiro, CIEAM (Centro das Indústrias do Estado do Amazonas), associação de indústrias sem fins lucrativos da qual o Sr. Loureiro é presidente, SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e outros réus indicados na referida ação. Alega-se na demanda que o Sr. Loureiro, na qualidade de presidente da CIEAM (e não na qualidade de diretor de nossa Companhia), e outros causaram dano ao erário na medida em que celebraram o Convênio n.º 57/2007 com a SUFRAMA para realização de obras para recuperação das vias do Distrito Industrial de Manaus, e que a CIEAM teria contratado um terceiro para execução das obras sem prévia licitação, conforme exigido pela lei brasileira para contratações por entes públicos. O valor total do Convênio entre a SUFRAMA e o CIEAM é de, aproximadamente, R$ 72 milhões, no entanto, o valor despendido na contratação do terceiro para a realização das obras foi de R$ 4 milhões. Entre outros argumentos, o Sr. Loureiro e a CIEAM alegam que o serviço prestado pelo terceiro foi devidamente contratado, sob o regime de urgência, exceção à regra de licitação, e por esta razão, dentre outras, não houve qualquer violação à lei. O Ministério Público alega também que as obras não foram devidamente executadas e que houve falhas nos registros de tal contratação. Tais alegações são contestadas pelo Sr. Loureiro e CIEAM. Não há no pedido do Ministério Público qualquer alegação que o Sr. Loureiro tenha cometido qualquer ato fraudulento. Esta demanda está em estágio inicial e, portanto, não podemos estimar qual será seu desfecho. Caso a demanda seja julgada procedente, as penalidades às quais Sr. Loureiro e os demais defendentes estariam sujeitos incluem: (i) pagamento de aproximadamente R$ 4 milhões, (ii) proibição de contratar com o Poder Público, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo período de 3 a 10 anos; (iii) proibição de receber ou cancelamento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo período de 3 a 10 anos, (iv) pagamento de multa. Tendo em vista que o Sr. Loureiro não é nosso acionista majoritário, uma decisão adversa nessa ação não teria impacto sobre nossas atividades. Nós não acreditamos que esta demanda possa ter qualquer impacto adverso na nossa Companhia, considerando que nossa Companhia não é parte dessa ação. Uma medida cautelar foi concedida pelo juízo da causa para, especificamente em relação ao Sr. Mauricio e a CIEAM, a indisponibilidade de cotas de uma sociedade limitada da qual o Sr. Mauricio é sócio e das contas bancárias do Sr. Mauricio e da CIEAM. Tal medida cautelar foi suspensa por uma liminar concedida em agravo de instrumento interposto por Sr. Mauricio e CIEAM. Em 24 de junho de 2014 às 10hs estava designada audiência para este processo, somente após a audiência o MM. Juízo terá condições de julgar a demanda. A audiência anterior não foi realizada porque o MM. Juízo incorria em falta que poderia resultar em anulação do feito, sendo o motivo do adiamento. Juízo aceitou o processamento dos autos e foi apresentada defesa. Realizada audiência de instrução e julgamento em 24.09.2015, foram apresentados memoriais e, os autos estão conclusos para sentença, desde 21/01/2016. Prolatada sentença em 06/07/2017, julgando improcedentes os pedidos formulados na inicial, extinguindo-se o feito com resolução do mérito. Foi interposto recurso de Apelação e apresentadas contrarrazões, aguardando decisão, até a data de atualização deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nossa política de remuneração tem como objetivo compensar adequadamente nossa administração, de forma proporcional: (i) ao mérito individual e coletivo no atingimento de resultados; (ii) às responsabilidades; e (iii) à contribuição de cada um para a nossa evolução. Buscamos também alinhar a remuneração de forma geral, com a criação de valor para nós e nossos Acionistas, e balizamos nossa política pelas práticas de mercado para assegurar nossa capacidade de atrair e reter talentos.

Não há políticas de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária ou de outros órgãos de gestão formalmente aprovadas. A prática de remuneração adotada é baseada nas diretrizes definidas no Estatuto Social e tem como referência as médias do mercado. No caso da diretoria, prevalece o princípio da meritocracia, com previsão de pagamento de parcela de remuneração variável atrelada a metas estabelecidas.

A Companhia informa, ainda, que está atualmente em fase final de elaboração de uma política de remuneração formal, conforme exigido pelo Regulamento do Novo Mercado, a qual será submetida à aprovação do Conselho de Administração até a data da AGOE.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Nesta data, os membros do nosso Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa mensal e remuneração variável paga sob a forma de plano de opção de compra de ações de nossa emissão.

Diretoria

A remuneração de nossa Diretoria é composta por três elementos com os seguintes objetivos:

(i) *Remuneração fixa*: paga mensalmente, com o objetivo de refletir a responsabilidade de cada cargo e acompanhar parâmetros de remuneração observados no mercado. Inclui benefícios diversos, tais como seguro de vida e assistência médica;

(ii) *Remuneração variável anual*: paga anualmente sob a forma de participação nos lucros e resultados ou bônus, com o objetivo de premiar o atingimento de metas pré-estabelecidas no início de cada exercício. Inclui objetivos no âmbito da nossa Companhia, na área de responsabilidade do Administrador, e individuais; e

(iii) *Remuneração variável de longo prazo*: paga sob a forma de Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e Plano de Opção de Compra de ações[1] de nossa emissão, devidamente aprovados em Assembleia Geral da Companhia realizada em 14 de janeiro de 2021, com o objetivo de alinhar a remuneração do Administrador à geração de valor no longo prazo para os Acionistas e de reter esses profissionais.

[1] Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

Conselho Fiscal

Nesta data, não possuímos um Conselho Fiscal instalado.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Comitês

Possuímos Comitê estatutários instalados. A Companhia tem em sua estrutura um Comitê de Auditoria Estatutário, bem como de outros comitês de assessoramento não estatutários.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, *qual a proporção de cada elemento na remuneração total*

No caso do nosso Conselho de Administração, nos três últimos exercícios sociais, 100% da remuneração paga era fixa.

No caso da Diretoria, não há um percentual pré-estabelecido para cada um dos elementos, sendo que a proporção de cada elemento na remuneração total percebida por nossos Diretores pode variar em função da natureza da remuneração com base na participação nos lucros e resultados e no plano de opção de compra de ações. Nos exercícios sociais de 2019 a remuneração fixa correspondeu a 100% da remuneração total, uma vez que a Companhia não distribuiu PLR devido ao não atingimento de metas. Já no exercício social de 2020 66,8% da remuneração foi fixa e 33,2% do total da remuneração foi variável tendo a Companhia distribuído bônus pelo atingimento de objetivos estipulados. Em 2021 63,0% da remuneração foi fixa e 27,0% do total da remuneração foi variável tendo a Companhia distribuído bônus pelo atingimento de objetivos estipulados.

Este subitem não se aplica ao Conselho Fiscal e aos comitês, tendo em vista que, nesta data, tais órgãos não foram instalados.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: Os membros do nosso Conselho de Administração recebem atualmente remuneração fixa mensal sem qualquer critério ou reajuste pré-definido
Remuneração variável de longo prazo remuneração variável de longo prazo é paga sob a forma do Plano de Opção de Compra de Ações² de nossa emissão. O reajuste dos termos dessa remuneração segue parâmetros que constam do referido plano, que por sua vez é aprovado em Assembleia Geral. A outorga de opções para cada indivíduo é feita por meio de programas específicos aprovados pelo Conselho de Administração, na qual também são definidas importantes características destas opções, tais como preço de exercício e forma de reajuste do preço.

Diretoria

Remuneração Fixa: é reajustada anualmente conforme as convenções coletivas de trabalho, na mesma proporção das remunerações dos demais colaboradores da nossa Companhia. Além disso, esses valores de remuneração são comparados periodicamente com o mercado, observando o porte, setor e estrutura de cargos de companhias comparáveis, de forma que se possa aferir a nossa competitividade e avaliar a eventual necessidade de se realizar reajuste.

Remuneração variável anual: a remuneração variável anual é paga sob forma de participação nos lucros e resultados ou bônus, conforme programa aprovado a cada dois anos junto às entidades sindicais relevantes em cada Estado onde mantemos um estabelecimento. O programa define a estrutura básica para determinar o montante a ser distribuído, sendo que este montante é sempre um múltiplo da remuneração de cada Diretor. Esse múltiplo, por sua vez, é determinado pela faixa de possibilidades de cada cargo e a nota obtida por cada Diretor. As notas de cada Diretor são uma combinação do resultado da Companhia e do resultado individual sempre medindo o resultado real contra uma meta. As metas são definidas no início de cada exercício social e monitoradas mensalmente em reuniões específicas de avaliação de desempenho.

Remuneração variável de longo prazo: a remuneração variável de longo prazo é paga sob a forma do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e Plano de Opção de Compra de Ações² de nossa emissão. O reajuste dos termos dessa remuneração segue parâmetros que constam do referido plano, que por sua vez é aprovado em Assembleia Geral. A outorga de opções para cada indivíduo é feita por meio de programas específicos aprovados pelo Conselho de Administração, na qual também são definidas importantes características destas opções, tais como preço de exercício e forma de reajuste do preço.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

[2] Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram "remuneração", para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

Este subitem não se aplica ao Conselho Fiscal, tendo em vista que este órgão não foi instalado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

A composição da nossa remuneração tem como princípio a meritocracia, que é o principal vetor da nossa política de remuneração. A existência dos três componentes e a forma pela qual esses componentes são calculados e reajustados ajudam a garantir a recompensa justa pelo desempenho e o alinhamento de interesses entre os Administradores, com nossos Acionistas no curto, médio e longo prazos.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato
O Conselho de Administração e Diretoria não possuem membros não remunerados.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Remuneração variável anual: a remuneração variável anual utiliza indicadores de desempenho objetivamente definidos desde o início de cada exercício social. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o indicador usado para avaliação do nosso resultado foi: (i) o EBITDA – Custo do Capital de Giro. Esse é o mesmo indicador vigente para o exercício social corrente. Os indicadores usados para avaliação do resultado de cada departamento variam dependendo das atividades desempenhadas por cada um deles e são também definidos objetivamente ao início de cada exercício social. Os indicadores usados para avaliação são os valores da nossa Companhia, conceitos imutáveis que norteiam a nossa conduta como empresa e devem estar presentes nas ações do dia a dia de cada profissional. Nossos valores são: Gente, Integridade, Inovação, Qualidade, Meritocracia e senso de Dono do Negócio. Avaliamos também o conceito de Liderança, conforme desempenhado por cada um dos Diretores.

Remuneração variável de longo prazo: a remuneração variável de longo prazo é baseada na cotação de mercado das ações de emissão da Companhia[3].

[3] Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram "remuneração", para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Remuneração variável anual: nossas metas são estruturadas em três níveis: empresa, departamento e indivíduo. O objetivo dessa estrutura é garantir tanto o atingimento de resultados concretos para os Acionistas quanto a performance diferenciada dentro de cada equipe e individualmente.

Todas as metas são definidas de forma objetiva no início de cada exercício social, de forma que os resultados obtidos acima das metas estabelecidas ensejam um aumento na remuneração variável anual, assim como resultados abaixo das metas estabelecidas ensejam uma redução ou mesmo eliminação da remuneração variável anual. Possuímos uma rotina mensal de reuniões de avaliação de desempenho com Diretores e Gerentes, onde avaliamos a performance de cada um em relação a cada meta estabelecida.

Remuneração variável de longo prazo: nossa remuneração variável de longo prazo reflete naturalmente a criação de valor na nossa Companhia, por estar ligada diretamente ao preço de nossas ações[4].

[4] Vale ressaltar que, na opinião da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram "remuneração", para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

O alinhamento de interesses no curto prazo ocorre por meio da remuneração fixa, que é dimensionada de forma proporcional à responsabilidade de cada profissional e leva em conta parâmetros de mercado a fim de garantir a retenção de nossos talentos.

O alinhamento de interesses de médio prazo ocorre por meio da remuneração variável anual, já que a mesma está ligada a objetivos claramente definidos para cada exercício social e representa um valor bastante significativo da remuneração total anual.

O alinhamento de interesses de longo prazo ocorre por meio da remuneração variável de longo prazo, mediante a outorga de ações restritas ou opções de compra de ações[5] de nossa emissão. Por meio destes planos de opção de compra de ações, nossos profissionais passam a se beneficiar diretamente da valorização das nossas ações.

[5] Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) e do Plano Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram "remuneração", para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Nossa remuneração fixa e variável anual é suportada quase integralmente pela nossa controlada TASA. Para informações consolidadas sobre remuneração fixa e variável, conforme item 13.16.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Nos termos dos programas de concessão de ações restritas e opção de compra de ações aprovados até esta data, na ocorrência de operações que resultem na transferência do nosso controle acionário, os beneficiários de tais planos têm o direito de vender suas ações já adquiridas na mesma proporção e nos mesmos termos do acionista controlador.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração elabora a proposta de remuneração para os próprios conselheiros e para a Diretoria, apresentando, para aprovação da assembleia de acionistas, o valor máximo a ser destinado no novo exercício social para tais remunerações. Na data desta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nossa Companhia não contava com comitês que participassem no processo decisório para definição da remuneração individual do Conselho de Administração, bem como da Diretoria.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Realizamos uma comparação com posições semelhantes no mercado, considerando também a remuneração de outras empresas nas quais nossos conselheiros atuam. Não há, no entanto, a elaboração de estudos formais para a verificação das práticas de mercado com relação a tais remunerações. A remuneração individual dos administradores considera sua formação e experiência profissional, conforme as expectativas de mercado, as responsabilidades do cargo e é readequada quando o conselho de administração avalia ser necessário, considerando também a contribuição que o administrador tem prestado para a nossa Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Ainda que, atualmente, não exista uma política formal de remuneração aprovada, o Conselho de Administração avalia a adequação do modelo utilizado e dos valores definidos anualmente. No exercício de 2022 a Companhia está em processo de construção da sua política de remuneração, a qual será submetida à aprovação do Conselho de Administração até a data da AGOE.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00		11,00
Nº de membros remunerados	7,00	4,00		11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.560.000,00	2.539.390,00		4.099.390,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	3.679,00	528.838,00		532.517,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.536.310,00		3.536.310,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	138.022,00	2.705.879,00		2.843.901,00
Observação				
Total da remuneração	1.701.701,00	9.310.417,00		11.012.118,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,00		9,00
Nº de membros remunerados	7,00	2,00		9,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.319.044,00	1.566.511,00		2.885.555,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.758.478,00		1.758.478,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	105.929,00		105.929,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	196.099,00	2.426.123,00		2.622.222,00
Observação				
Total da remuneração	1.515.144,00	5.857.041,00		7.372.185,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00		10,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	846.000,00	2.112.052,00		2.958.052,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	735.999,00		735.999,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.835.085,00		1.835.085,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação		Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram "remuneração", para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.		
Total da remuneração	846.000,00	4.683.136,00		5.529.136,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00		11,00
Nº de membros remunerados	5,00	6,00		11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.007.999,00	2.749.193,00		3.757.192,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	2.898.329,00		2.898.329,00
Descrição de outras remunerações fixas		Encargos trabalhistas		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.402.000,00		1.402.000,00

Observação		Vale ressaltar que, no entendimento da Companhia, os valores relacionados do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia não configuram “remuneração”, para fins trabalhistas e previdenciários. Sua inclusão no computo da remuneração global dos administradores é realizada única e exclusivamente para cumprir os requisitos regulatórios da CVM.		
Total da remuneração	1.007.999,00	7.251.121,00		8.259.120,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3. Remuneração variável dos últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

O número de membros de cada órgão apresentado nas tabelas a seguir corresponde ao número de Diretores e Conselheiros a quem foi atribuída remuneração variável, para o exercício social corrente e para cada exercício encerrado em 31 de dezembro dos anos abaixo indicados.

Exercício Social (2022)	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	**7,0**	**4,0**	**-**	**9,0**
Bônus (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**-**	**-**	**-**	**-**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**-**	**-**	**-**	**-**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	**-**	**-**	**-**	**-**
Participação no resultado (em R$)	**-**	**3.536.310**		**3.536.310**
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**-**	**-**	**-**	**-**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**-**	**3.536.310**		**3.536.310**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	**-**	**3.536.310**		**3.536.310**
Total da remuneração variável prevista (em R$)	**-**	**3.536.310**		**3.536.310**

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Exercício Social (2021)	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	7,0	3,0	-	9,0
Bônus (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado (em R$)	-	1.758.478		1.758.478
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.758.478		1.758.478
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	1.758.478		1.758.478
Total da remuneração variável prevista (em R$)	-	1.758.478		1.758.478

Exercício Social (2020)	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	5,0	4,0	-	9,0
Bônus (em R$)		1.641.215		1.641.215
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação no resultado (em R$)	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-	-
Total da remuneração variável prevista (em R$)	-	1.641.215		1.641.215

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Exercício Social (2019)	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	**5,0**	**6,0**	**-**	**11,0**
Bônus (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**-**	**-**	**-**	**-**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**-**	**-**	**-**	**-**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	**-**	**-**	**-**	**-**
Participação no resultado (em R$)	**-**	**-**		**-**
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	**-**	**-**	**-**	**-**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	**-**	**-**	**-**	**-**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	**-**	**-**	**-**	**-**
Total da remuneração variável prevista (em R$)	**-**	**-**	**-**	**-**

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

a. termos e condições gerais

Em 26 de dezembro de 2008, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais nosso plano de opção de compra de ações ("Plano de 2008"), conforme aditado posteriormente na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012.

O Plano de 2008 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas;

(ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas ("Beneficiários");

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano*: opção de compra sobre 3.795.367 ações, considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011 e a alteração ao Plano de 2008 aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012;

(iv) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar o Plano de 2008 e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações ("Programas"), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(v) *Extinção*: na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício do Plano de 2008 ou a permanência do Plano de 2008 na sociedade sucessora.
.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012, foi aprovado novo plano de opção de compra de ações ("Plano de 2012"). O Plano de 2012 contém características similares ao Plano de 2008.

O Plano de 2012 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, possibilitando aos gestores, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia;
(ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes, coordenadores, além de outros funcionários que participem da gestão (em casos específicos a serem definidos pelo Conselho de Administração) da Companhia e de sociedades controladas pela Companhia ("Beneficiários");

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2012*: opção de compra sobre 2.500.000 (dois milhões e quinhentos mil) ações ordinárias de emissão da Companhia ("Opção" ou "Opções").

(iv) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar o Plano de 2012, respeitando os termos e limites, e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações ("Programas"), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(v) *Extinção*: poderá ser extinto, por decisão da Assembleia Geral da Companhia, após o exercício (ou caducidade) de todas as opções outorgadas no âmbito dos mesmos, e, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício do Plano de 2012 ou a permanência do Plano de 2012 na sociedade sucessora.

Em 23 de outubro de 2014, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais de dois planos de opção de compra de ações (“Plano 01/2014”) e (“Plano 02/2014”).

Os Planos de 2014 possuem os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas;

(ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes, coordenadores e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas (“Beneficiários”);

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2014*: opção de compra sobre 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”). As opções outorgadas a cada um dos Beneficiários serão divididas e, 2 (dois) lotes, sendo o primeiro lote de 480.000 (quatrocentas e oitenta mil) ações (“Primeiro Lote”) e o segundo lote de 720.000 (setecentas e vinte mil) ações (“Segundo Lote”), os quais estarão sujeitas ao cumprimento das condições, regras e metas estabelecidas nos respectivos programas.

(iv) *Quantidade de ações incluídas no plano 02/2014*: opção de compra sobre 800.000 (oitocentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”). As opções outorgadas a cada um dos Beneficiários serão divididas e, 2 (dois) lotes, sendo o primeiro lote de 400.000 (quatrocentas mil) ações (“Primeiro Lote”) e o segundo lote de 400.000 (quatrocentas mil) ações (“Segundo Lote”), os quais estarão sujeitas ao cumprimento das condições, regras e metas estabelecidas nos respectivos programas.
(iv) Administração do plano: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar os Planos de 2014 e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(v) *Extinção*: poderá ser extinto, por decisão da Assembleia Geral da Companhia, após o exercício (ou caducidade) de todas as opções outorgadas no âmbito dos mesmos, e, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício dos Planos de 2014 ou a permanência dos Planos de 2014 na sociedade sucessora.

Posteriormente à implementação de cada Programa, o Conselho de Administração deverá determinar a celebração, entre a Companhia e os beneficiários dos Planos de 2014, de contrato de outorga de opção de compra de ações, formalizando a outorga e definindo quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com os respectivos Planos de 2014 ou o(s) respectivo(s) Programa(s).

Após a aprovação dos Planos, Plano 01/2014 e Plano 02/2014, ainda não foram aprovados os Programas relacionados aos mesmos.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Em 7 de julho de 2015, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais de dois planos de opção de compra de ações (“Plano 01/2015”) e (“Plano 02/2015”).

Os Planos de 2015 possuem os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

(ii) *Beneficiários*: os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, gerentes, coordenadores e *controllers* da nossa Companhia e de nossas controladas (“Beneficiários”);

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2015*: opção de compra sobre 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”).

(iv) *Quantidade de ações incluídas no plano 02/2015*: opção de compra sobre 1.700.000 (um milhão e setecentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”).

(v) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar os Planos de 2015 e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

(vi) *Extinção*: poderá ser extinto, por decisão da Assembleia Geral da Companhia, após o exercício (ou caducidade) de todas as opções outorgadas no âmbito dos mesmos, e, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício dos Planos de 2015 ou a permanência dos Planos de 2015 na sociedade sucessora.

Em 29 de abril de 2016, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações (“Plano 01/2016”).

O Plano de 2016 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

(ii) *Beneficiários*: o conselheiro na época José Afonso Alves Castanheira (“Beneficiário”);

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2016*: opção de compra sobre 500.000 (quinhentos mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Opção” ou “Opções”).

(iv) *Administração do plano*: competência do Conselho de Administração, com amplos poderes para organizar e administrar o Plano de 2016 e outorgar as opções por meio de programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais serão definidos os beneficiários, o número total de ações objeto de cada outorga, o preço de exercício, a forma de pagamento, os prazos de exercício, os termos e condições para alienação das ações decorrentes do exercício das opções, e os termos e condições referentes a casos de desligamento, falecimento ou invalidez do beneficiário; e

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(v) *Extinção*: poderá ser extinto, por decisão da Assembleia Geral da Companhia, após o exercício (ou caducidade) de todas as opções outorgadas no âmbito dos mesmos, e, na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização nos envolvendo e não sendo nós a sociedade remanescente após a operação, todas as opções concedidas serão extintas, exceto se o Conselho de Administração aprovar a antecipação do prazo final de exercício do Planos de 2016 ou a permanência do Plano de 2016 na sociedade sucessora.

Em 14 de janeiro de 2021, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram (i) o cancelamento dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia vigentes até aquela data, isto é (a) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26de dezembro de 2008; (b) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de abril de 2012; (c) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 23 de outubro de 2014; (d) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 7 de julho de 2015; e (e) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 29 de abril de 2016; e (ii) as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações ("Plano 01/2021") e do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) da Companhia ("Plano 02/2021").

O Plano 01/2021 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

(ii) *Beneficiários*: O Plano poderá ter como Participantes os membros do Conselho de Administração da Companhia, Diretores estatutários e colaboradores que exerçam cargos de diretores, gerentes, coordenadores e prestadores de serviço da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia.

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 01/2021*: O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano não excederá 7.000.000 (sete milhões) de ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal

(iv) *Administração do plano*: O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes, respeitados os termos e limites constantes do Plano, para a organização e administração do Plano, além da outorga das Opções

(v) *Extinção*: O Plano se extingue por ocasião do término do Prazo de Exercício referente ao último Lote de Opções outorgadas.
Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, hipótese em que todas as Opções outorgadas se tornarão automaticamente exercíveis em sua integralidade pelos Participantes que tiverem cumprido todos os requisitos para tal até o momento da deliberação assemblear que aprovar a reorganização.

O Plano 02/2021 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) *Objetivo*: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses dos nossos Acionistas, concedendo ao participante, de forma meritocrática, a oportunidade para que o mesmo aumente suas respectivas participações acionárias na Companhia.

(ii) *Beneficiários*: O Plano de Matching terá como seu único Participante o atual Diretor Presidente da Companhia.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(iii) *Quantidade de ações incluídas no plano 02/2021*: O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano não excederá 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(iv) *Administração do plano*: O Plano de Matching será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes para, nos termos e respeitados os limites constantes do Plano de Matching, verificar e atestar o atendimento às condições requeridas para que o Participante faça jus ao recebimento das Ações de Matching e organizar e aprovar a concessão das Ações de Matching.
(v) *Extinção*: Após o término do Período de Indisponibilidade referente ao Lote de ações entregues ao Participante na Data de Atribuição de 2022, o Plano será automaticamente extinto. O Plano poderá, ainda, ser extintoem caso de desligamento do Participante, por vontade própria, renunciando ao cargo, ou por vontade da Companhia, mediante destituição do cargo ou não recondução ao cargo. Na hipótese de desligamento após a verificação da Data de Atribuição de determinado Lote de ações, caso o Participante tenha cumprido todos os requisitos necessários para tal, permanecerá com o direito de receber as ações referentes ao período decorrido. No caso de desligamento antes do atingimento de determinada Data de Atribuição, o direito de recebimento das ações referentes àquele lote decairá automaticamente.
Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, caso as condições para recebimento das ações restritas estejam plenamente atendidos na data da Assembleia Geral que aprovar a reorganização, o Participante fará jus ao recebimento antecipado da totalidade das ações de matching. Nesta hipótese, o Plano se extinguirá automaticamente após o decurso do Período de Indisponibilidade a contar do recebimento das ações pelo Participante.

Desde a aprovação dos Planos de 2021, já aprovamos um Programa referente ao Plano 01/2021 e o Plano 02/2021, conforme segue:

(i) *Primeiro Programa do Plano 01/2021*: em 24 de fevereiro de 2021, foi deliberada a emissão de 5.037.801 novas ações ordinárias sem valor nominal.

(ii) *Plano 02/2021*: em 22 de janeiro de 2021, foi deliberada a concessão de 1.700.000 novas ações ordinárias sem valor nominal de emissão da Companhia. No caso da Companhia não possuir a totalidade das ações em tesouraria poderá ir a mercado para aquisição de novas ações.

b. principais objetivos do plano

Os principais objetivos dos Planos são: (i) obter um maior alinhamento dos interesses dos Beneficiários com os interesses dos Acionistas; (ii) motivar os Beneficiários a buscarem a geração de valor no longo prazo; e (iii) auxiliar na atração e retenção de talentos.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao conceder a oportunidade aos Beneficiários de tornarem-se nossos Acionistas, fazemos com que os benefícios financeiros percebidos por nossos Acionistas também sejam percebidos diretamente pelos Beneficiários. Assim, os Planos complementam a remuneração variável anual dos Beneficiários ao incentivar esta visão de longo prazo, já que os benefícios financeiros dos Planos e dos Programas tendem a se concretizar após anos. Além disso, os Planos ajudam a intensificar o comprometimento dos Beneficiários conosco, por poderem se considerar também Acionistas e não apenas nossos executivos.

d. como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Nossos Planos fazem parte da política de remuneração dos Beneficiários. A concessão de outorgas para beneficiários específicos segue a diretriz da meritocracia, e as outorgas são aprovadas pelo nosso Conselho de Administração com base na obtenção consistente de resultados positivos. Dessa forma, os Planos servem como importante instrumento incentivador do bom desempenho individual e do comprometimento com as nossas metas empresariais.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Os Planos alinham os interesses dos Beneficiários, nossos e de nossos Acionistas por meio de benefícios de acordo com o desempenho das ações de nossa emissão. Por meio dos Planos, buscamos estimular a melhoria na nossa gestão e a permanência dos Beneficiários, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e com o desempenho de curto prazo. Além disso, os Planos buscam nos auxiliarem na retenção de talentos, incentivando o trabalho consistente de longo prazo e evitando descontinuidades na gestão.

f. número máximo de ações abrangidas

O Plano de 2008 abrange, no máximo, 3.795.367 ações, considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011 e a alteração ao Plano de 2008 aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012. Esse valor é equivalente ao valor já aprovado nos sete Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 acima descritos, de forma que não haverá mais a possibilidade de concessão de novos Programas no âmbito do Plano de 2008.

O Plano de 2012, aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, abrange, no máximo, 2.500.000 ações. Já foi aprovada a emissão de 2.062.500 novas ações ordinárias sem valor nominal, referentes ao Primeiro, Segundo e Terceiro Programas do Plano de 2012, sendo certo que o primeiro e terceiro Programas abrangem somente gerentes e coordenadores da Companhia, enquanto o segundo Programa abrange somente membros de sua diretoria.

O Plano de 2014 abrange, no máximo, 2.000.000 ações, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de outubro de 2014.

O Plano de 2015 abrange, no máximo, 3.200.000 ações, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 08 de julho de 2015.

O Plano de 2016 abrange, no máximo 500.000 ações, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 16 de junho de 2016.
Os Planos de 2021 abrangem, no máximo 8.700.000 ações, já foram aprovadas em Reuniões de Conselho de Administração realizadas em 24 de fevereiro de 2021 5.037.801 ações referentes ao Plano 01/2021 e em 22 de janeiro de 2021, 1.700.000 ações referentes ao Plano 02/2021.

Como mencionado, em 14 de janeiro de 2021, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o cancelamento dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia vigentes até aquela data, isto é (a) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26de dezembro de 2008; (b) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de abril de 2012; (c) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 23 de outubro de 2014; (d) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 7 de julho de 2015; e (e) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 29 de abril de 2016.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de adquirir uma ação ordinária de nossa emissão. Desta forma, a quantidade de opções outorgadas está atrelada ao número máximo de ações abrangidas, ou seja, 3.795.367 opções no Plano de 2008, considerando o grupamento de ações ocorrido em 31 de maio de 2011 e a alteração ao Plano de 2008 aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2012, e 2.500.000 opções no Plano de 2012.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O Plano de 2015 abrange, no máximo, 3.200.000 ações, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 08 de julho de 2015.

O Plano de 2016 abrange, no máximo 500.000 ações, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 16 de junho de 2016.

Como mencionado, em 14 de janeiro de 2021, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o cancelamento dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia vigentes até aquela data, isto é (a) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26de dezembro de 2008; (b) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de abril de 2012; (c) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 23 de outubro de 2014; (d) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 7 de julho de 2015; e (e) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 29 de abril de 2016.

O Plano 01/2021 abrange, no máximo 7.000.000 ações, já foram aprovadas em Reunião de Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2021 5.037.801 ações.

O Plano 02/2021 não é aplicável, uma vez que é um plano de ações e não de opções. Com relação ao número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano, vide item 13.4(a).

h. condições de aquisição de ações

Todos os Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 até dezembro de 2020 têm a aquisição de ações atrelada diretamente à remuneração variável e a dividendos recebidos pelos Beneficiários. Não há datas específicas de aquisição de lotes de ações, mas a obrigação de destinar um percentual mínimo da remuneração variável e a totalidade dos dividendos para o exercício das opções. Sendo assim, o exercício das opções por cada Beneficiário dependerá da remuneração variável anual por ele obtida e dos dividendos por ele recebidos.

O Beneficiário deverá, em até 10 dias úteis contados da data da compensação da remuneração variável e da data de pagamento dos dividendos, exercer suas opções, observando os percentuais mínimos definidos em cada Programa. Na hipótese de o Beneficiário não observar tais percentuais, a totalidade das opções outorgadas e não exercidas será extinta, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização.

As Opções outorgadas no Primeiro Programa do Plano 01/2021 serão divididas em 3 (três) lotes de igual tamanho, cada um representando 1/3 (um terço) do total de ações que o Participante tem direito de subscrever ou adquirir (“Lote” ou “Lotes”). Os Lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo do período de 3 (três) anos, sendo o prazo para exercício e integralização das ações de 90 (noventa) dias a contar de cada aniversário de 1 (um) ano da celebração do presente Contrato. A integralização das ações deverá ocorrer antes do efetivo recebimento das ações pelo Participante. Para fazer jus ao exercício das Opções, o Participante deverá permanecer no exercício do cargo de administrador estatutário, diretor, gerente, coordenador ou prestador de serviço durante o prazo de carência da Opção.

Para fazer jus ao recebimento das Ações do Plano 02/2021 (Matching), o Participante deverá atender aos seguintes requisitos:

1. Até 31 de março de 2021, o Participante deverá adquirir com recursos próprios, por sua conta e risco, em mercado organizado de valores mobiliários, um montante mínimo de 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) Ações ("Ações Próprias"), apresentando à Companhia comprovante de aquisição das referidas Ações Próprias nos termos desta Cláusula.

a) O Participante arcará com as despesas de corretagem para a aquisição e manutenção das ações adquiridas e fará jus a todos os dividendos, juros sobre o capital próprio e demais proventos declarados pela Companhia inerentes às Ações Próprias.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

2. O Participante deverá permanecer no exercício do cargo de Diretor Presidente, membro da Diretoria Estatutária ou membro do Conselho de Administração da Companhia ao longo de todo o período desde a aprovação do Plano pela Assembleia Geral da Companhia até cada uma das Datas de Atribuição.

3. O Participante deverá manter a titularidade ininterrupta das 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) Ações Próprias, referenciadas no item 1 acima, até a respectiva Data de Atribuição.

4. Sem prejuízo do disposto na cláusula 3 acima, o Participante deverá transferir para a custódia do Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia ("Agente Escriturador"), e manter a titularidade ninterrupta até as Datas de Atribuição, de 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) ações ordinárias de emissão da Companhia já detidas na data de assinatura deste Contrato (Ações Detidas" e, quando consideradas em conjunto com as Ações Próprias, "Ações Administradas"). As Apões Administradas deverão permanecer bloqueadas pelo Agente Escriturador.

   a) Para comprovação da manutenção da titularidade ininterrupta das Ações Administradas, o Participante deverá encaminhar a comunicação constante do Anexo ao presente Contrato de Matching, com o comprovante da posição acionária, com data de até 3 (três) dias úteis de antecedência da respectiva Data de Atribuição.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de 2008

O primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 têm preço de aquisição das ações equivalente a R$2,00 por ação, devidamente corrigido, desde 8 de maio de 2008 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 7% ao ano, *pro rata temporis*.

O quinto, o sexto e o sétimo Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 têm preço de R$4,52 por ação, devidamente corrigido, desde 24 de novembro de 2010 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 7% ao ano, *pro rata temporis*.

Plano de 2012

O Plano de 2012 estabelece que o preço de exercício será equivalente à média ponderada das cotações nos últimos 30 pregões antes de cada concessão, com até 10% de desconto determinado pelo Conselho de Administração. O preço de exercício de cada concessão será corrigido pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*.

O primeiro Programa aprovado no âmbito do Plano de 2012, que abrange apenas gerentes e coordenadores da Companhia, têm preço de aquisição de ações equivalente a R$16,18 por ação, devidamente corrigido desde 26 de abril de 2012 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*.

O segundo Programa aprovado no âmbito do Plano de 2012, que abrange apenas membros da diretoria da Companhia, têm preço de aquisição de ações equivalente a R$24,46 por ação, devidamente corrigido desde 17 de janeiro de 2013 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*.

O terceiro Programa aprovado no âmbito do Plano de 2012, o qual abrange apenas gerentes e coordenadores da Companhia, têm preço de aquisição de ações equivalente a R$22,49 por ação, devidamente corrigido desde 15 de abril de 2013 até a data de exercício de cada opção, pela variação do IPCA acrescido de 3% ao ano, *pro rata temporis*.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Plano de 2014

Na data do exercício, o preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção, será de R$ 12,00 (doze reais) por ação ("Preço de Exercício").

Plano de 2015

Os Planos de 2015 estabelecem que o preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção, será equivalente a média ponderada da cotação de fechamento da ação nos últimos 30 pregões, anterior a respectiva data de concessão, com até 10% de desconto.

Plano de 2016

O preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção, será de R$ 4,45 (quatro reais e quarenta e cinco centavos), ("Preço de Exercício"), devidamente corrigido, desde a presente data até cada data de exercício da Opção, pela variação da taxa CDI.

Em 14 de janeiro de 2021, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram (i) o cancelamento dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia vigentes até aquela data, isto é (a) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26de dezembro de 2008; (b) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de abril de 2012; (c) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 23 de outubro de 2014; (d) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 7 de julho de 2015; e (e) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 29 de abril de 2016.

Plano de 2021 – Plano 01/2021

O preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelos Participantes em decorrência do exercício da Opção, será de R$ 1,30 (um real e trinta centavos), equivalente à média ponderada da cotação de fechamento da ação durante o período de até 90 (noventa) pregões anteriores à aprovação do Programa ("Preço de Exercício") devidamente corrigido, desde a presente data até cada data de exercício da Opção, pelo IPC-A. Adicionalmente do preço de exercício será deduzido o valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação pagos pela Companhia a seus acionistas, a partir da data de celebração de cada Contrato até a data de exercício da Opção.

Plano de 2021 – Plano 01/2021

Não aplicável, é um plano de ação e não de opções, por isso não há preço de aquisição ou exercício.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

Plano de 2008

Todos os Programas aprovados até esta data no âmbito do Plano de 2008 têm como prazo final de exercício o dia 8 de maio de 2015. O prazo de exercício está atrelado aos pagamentos de remuneração variável anual e de dividendos recebidos por cada beneficiário, assim como à decisão do percentual da remuneração variável anual que o beneficiário deseja destinar ao exercício das opções, respeitando sempre o percentual mínimo disposto em seu respectivo Programa. O prazo final de exercício de novos Programas será definido no momento de sua concessão.

Plano de 2012

O primeiro Programa, o segundo Programa e o terceiro Programa aprovados no âmbito do Plano de 2012 têm como prazo final: (i) o prazo específico previsto nos respectivos contratos firmados com cada beneficiário; e (ii) prazo extintivo de 30 de abril de 2019 e de 15 de abril de 2019, em relação ao terceiro Programa.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Plano de 2015

Os Lotes do Plano de 2015 estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo de 5 (cinco) anos, podendo estender-se até 7 (sete) anos, se atingida a condição descrita no item ("V") da cláusula 5.2 do Plano de Opção de Compra de Ações – 01/2015 e 02/2015, e, e o direito de exercício de cada lote estará sujeito as condições detalhadas nesta mesma cláusula.

Plano de 2016

O plano de 2016 permanecerá em vigor pelo tempo em que o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia e/ou de quaisquer de suas subsidiárias (diretas ou indiretas), ou enquanto existirem obrigações do Beneficiário a serem adimplidas, dos dois o maior.

Como mencionado, em 14 de janeiro de 2021, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o cancelamento dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia vigentes até aquela data, isto é (a) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26de dezembro de 2008; (b) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de abril de 2012; (c) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 23 de outubro de 2014; (d) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 7 de julho de 2015; e (e) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 29 de abril de 2016.

Planos de 2021
No Plano 01/2021 as Opções outorgadas a cada um dos Participantes serão divididas em 3 (três) lotes, conforme disposto no Plano, e deverão ser exercidas pelo Participante dentro do prazo previsto no Contrato para manifestação do Participante neste sentido ("Prazo de Exercício"). Após o decurso do Prazo de Exercício, os Participantes perderão o direito ao exercício da Opção, sem qualquer direito a indenização.

O Plano 02/2021 referente ao Contrato de Matching, ao fim da carência caso todas as condições tenham sido atingidas as ações são automaticamente entregues ao beneficiário, assim não há a necessidade de solicitar o resgate do plano de Matching ou mesmo a necessidade de se exercer algo já que o plano de Matching não utiliza conceito de opções.

k. forma de liquidação

Todos os Programas aprovados até 2020 no âmbito do Plano de 2008 determinam a liquidação do exercício da opção de ações à vista, em moeda corrente, no ato de subscrição ou compra das ações correspondentes, dentro do prazo de até 10 dias úteis da compensação da remuneração variável anual e dos dividendos ao beneficiário. Os mesmos termos se aplicam ao Plano de 2012, 2015 e 2016, à exceção do prazo de até 10 dias úteis.

Como mencionado, em 14 de janeiro de 2021, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o cancelamento dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia vigentes até aquela data, isto é (a) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26de dezembro de 2008; (b) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de abril de 2012; (c) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 23 de outubro de 2014; (d) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 7 de julho de 2015; e (e) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 29 de abril de 2016.

Referente ao Plano 01/2021, as Opções outorgadas no Primeiro Programa serão divididas em 3 (três) lotes de igual tamanho, cada um representando 1/3 (um terço) do total de ações que o Participante tem direito de subscrever ou adquirir ("Lote" ou "Lotes"). Os Lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo do período de 3 (três) anos, sendo o prazo para exercício e integralização das ações de 90 (noventa) dias a contar de cada aniversário de 1 (um) ano da celebração do presente Contrato. A integralização das ações deverá ocorrer antes do efetivo recebimento das ações pelo Participante.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Referente ao Plano 02/2021, a liquidação é feita por meio da entrega de ações da Companhia, ou seja, através de instrumento de patrimônio.

I. restrições à transferência das ações

Plano de 2008
Todos os Programas aprovados até esta data no âmbito do Plano de 2008 têm como destinatários apenas os membros da nossa Administração e de nossas controladas e estabelecem que: (i) enquanto permanecerem como administradores da nossa Companhia e de nossas controladas, não poderão vender, ceder, transferir ou alienar as ações de nossa emissão das quais são ou venham a ser titulares por meio do Plano; e (ii) não poderão onerar e instituir sobre as ações qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto no Plano de 2008 e no seu respectivo Programa.

Será permitido ao Beneficiário, contudo, alienar ações de nossa emissão adquiridas por meio do Plano de 2008 mesmo durante o exercício do cargo de Administrador, nas seguintes hipóteses:

(i) *Alienação direta ou indireta de controle da nossa Companhia*. Nesse caso, o Beneficiário terá o direito de participar dessa alienação nos mesmos termos pactuados pela parte controladora, na proporção de sua participação no nosso capital social, sendo que as opções outorgadas e não exercidas poderão ser exercidas pelo Beneficiário;

(ii) *Alienação da totalidade da nossa Companhia*. Nesse caso, a parte controladora terá o direito de exigir que o Beneficiário aliene a totalidade de sua participação no nosso capital social nos mesmos termos pactuados pela parte controladora;

(iii) *Alienação de parcela do capital da nossa Companhia que não represente alienação de controle*, no caso do Primeiro Programa e do Segundo Programa aprovados no âmbito do Plano de 2008. Nesse caso, o Beneficiário terá o direito de participar dessa alienação nos mesmos termos pactuados pela parte controladora, na proporção de sua participação no nosso capital social; e

(iv) *Oferta pública inicial de ações da nossa Companhia*. Nesse caso, o Beneficiário poderá alienar um terço das ações de nossa emissão que detém, em três períodos consecutivos de seis meses contados a partir da data da oferta pública inicial, desde que observado o lock-up sobre nossas ações.

Plano de 2012

Já no caso do Primeiro Programa, do Segundo Programa e do Terceiro Programa aprovados no âmbito do Plano de 2012 e de demais futuros Programas concedidos sob o Plano de 2012, qualquer ação emitida terá um prazo de um ano de restrição à transferência a partir do respectivo exercício. Após esse prazo tal ação ficará livre para negociação.

Plano de 2015

As ações decorrentes do exercício das Opções não poderão, pelo prazo de 3 (três) anos contados da data do respectivo exercício, ser vendidas, cedidas, transferidas, alienadas, oneradas ou gravadas.

As ações poderão ser vendidas após prazo de 1 (um) ano contado da data do respectivo exercício na hipótese única em que o produto dessa venda seja integralmente direcionado para a integralização de Opções da Companhia e, somente, e somente na hipótese do beneficiário ter atingido em suas metas do PLR uma nota igual ou superior a 110 (cento e dez) no ano imediatamente anterior à alienação das ações.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Plano de 2016
O plano de 2016 e os direitos e obrigações dele decorrentes não poderão ser cedidos ou transferidos por qualquer das Partes, nem dado como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra Parte.

Como mencionado, em 14 de janeiro de 2021, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o cancelamento dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia vigentes até aquela data, isto é (a) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26de dezembro de 2008; (b) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de abril de 2012; (c) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 23 de outubro de 2014; (d) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 7 de julho de 2015; e (e) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 29 de abril de 2016.

Planos de 2021
Ambos os planos de 2021 e os direitos e obrigações dele decorrentes não poderão ser cedidos ou transferidos por qualquer das Partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra Parte.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de reorganizações societárias envolvendo a Technos que impliquem sua cisão, sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade, sua fusão com outra sociedade ou a transformação de seu tipo societário, bem como em caso de cancelamento do seu registro de companhia aberta, os Planos serão extintos e qualquer opção então concedida extinguir-se-á, a não ser que: (i) o Conselho de Administração aprove a antecipação do prazo final para o exercício da opção dos Programas em vigência; ou (ii) seja estabelecida, por escrito, a permanência dos Planos e a assunção das opções até então concedidas, com substituição de tais opções por novas opções, outorgadas pela sociedade sucessora.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No caso de deixarem de exercer o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, Diretores estatutários, colaboradores que exerçam cargos de diretores, gerentes, coordenadores e prestadores de serviço da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia, por qualquer motivo ou razão, todas as opções não exercidas caducarão, sem que o titular tenha direito a qualquer indenização. As ações já emitidas em função do exercício de opções continuam sendo de propriedade do beneficiário, respeitando quaisquer períodos de restrição a transferência que ainda estejam vigentes.

Para o Plano 01/2021, nas hipóteses de aposentadoria ou cumprimento de plano sucessório negociado com o Conselho de Administração, aplicar-se-á o disposto abaixo:

(a) para as Opções já exercíveis, desde que o Participante tenha cumprido com as condições de exercício previstas no Plano e no Primeiro Programa, este manterá integralmente todos os direitos e obrigações referentes às Opções objeto do Lote relativo ao período já decorrido previstos no Plano e no Presente Contrato; e

(b) as Opções não exercíveis na data do desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização salvo se ajustado entre as Partes de forma diversa, previamente ao desligamento, com a devida aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela abaixo:

Previsão para o exercício corrente de 2022	1º Programa do Plano 01/2021	
	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	7	3
Número total de membros remunerados	4	3
Outorga de opções de compras de ações		
Data da outorga	24/02/2021	
Quantidade de opções outorgadas	600.000	3.101.538
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	3 lotes iguais exercíveis anualmente em 3 anos	
Prazo máximo para exercício das opções	24/05/2024	
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R$) (Previsto)		
Em aberto no início do exercício social	1,30	1,30
Perdidas durante o exercício social	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R$)	0,55	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)		

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching)	Plano 02/2021	
Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Número total de membros	3	5
Número de membros remunerados	1	0
Em relação a cada outorga de Opções de compra de ações:		
Data de Outorga	22/01/2021	Não Aplicável
Quantidade de opções (ações) outorgada	1.700.000 ações	Não Aplicável
Quantidade de opções (ações) em aberto no início do período	1.700.000 ações	Não Aplicável
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Não aplicável	Não Aplicável
Prazo máximo para exercício das opções	Não aplicável	Não Aplicável
Prazo de restrição à transferência das ações	1 anos após a transferência	Não Aplicável
Cotação média ponderada em cada um dos seguintes grupos de ações:	Não Aplicável	Não Aplicável
Em aberto no início do exercício social	Não Aplicável	Não Aplicável
Perdidas durante o exercício social	Não Aplicável	Não Aplicável
Exercidas durante o exercício social	Não Aplicável	Não Aplicável
Expiradas durante o exercício social	Não Aplicável	Não Aplicável
Valor justo das opções na data da outorga	R$ 1,20	Não Aplicável
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções	Não aplicável	Não Aplicável

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Exercício social encerrado em 31/12/2020	2º Programa do Plano de 2012		1º Programa do Plano 1 de 2015		1º Programa do Plano 2 de 2015	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	2	-	1	-	4
Data da outorga	17/01/2013		08/07/2015			
Quantidade de opções outorgadas	-	600.000	-	1.500.000	-	800.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos		Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia			
Prazo máximo para exercício das opções	30/04/2019		01/07/2022			
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício			
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social	-	23,7	-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	25,7	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R$)	9,48		2,58		2,64	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Exercício social encerrado em 31/12/2020 - continuação	2º Programa do Plano 2 de 2015		3º Programa do Plano 2 de 2015		1º Programa do Plano 1 de 2016	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	1	-	1	1	-
Data da outorga	08/07/2015		16/06/2016		16/06/2016	
Quantidade de opções outorgadas		300.000	-	250.000	500.000	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia					
Prazo máximo para exercício das opções	01/07/2022				Enquanto o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia	
Prazo de restrição à transferência de ações			Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social			-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social			-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social			-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social			-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R$)	1,24		-	-		-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Exercício social encerrado em 31/12/2019	2º Programa do Plano de 2012		1º Programa do Plano 1 de 2015		1º Programa do Plano 2 de 2015	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	2	-	1	-	4
Data da outorga	17/01/2013		08/07/2015			
Quantidade de opções outorgadas	-	600.000	-	1.500.000	-	800.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos		Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia			
Prazo máximo para exercício das opções	30/04/2019		01/07/2022			
Prazo de restrição à transferência de ações	Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício			
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social	-	23,7	-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social	-	25,7	-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R$)	9,48		2,58		2,64	
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Exercício social encerrado em 31/12/2019 - continuação	2º Programa do Plano 2 de 2015		3º Programa do Plano 2 de 2015		1º Programa do Plano 1 de 2016	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Outorga de opções de compras de ações	-	1	-	1	1	-
Data da outorga	08/07/2015		16/06/2016		16/06/2016	
Quantidade de opções outorgadas		300.000	-	250.000	500.000	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Máximo de 20% do plano total por ano – 5 anos, podendo ser estendido para 7 anos, sujeito a contribuição mínima de participação nos lucros e atingimento das metas da Companhia					
Prazo máximo para exercício das opções	01/07/2022				Enquanto o Beneficiário permanecer como administrador da Companhia	
Prazo de restrição à transferência de ações			Um ano a partir de cada exercício		Um ano a partir de cada exercício	
Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções (em R$) (Previsto)						
Em aberto no início do exercício social			-	-	-	-
Perdidas durante o exercício social			-	-	-	-
Exercidas durante o exercício social			-	-	-	-
Expiradas durante o exercício social			-	-	-	-
Valor justo das opções na data de outorga (em R$)	1,24		-	-		-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas em aberto (em %)	-		-		-	

13.6 - Opções em Aberto

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Seguem abaixo os detalhes dos Programas outorgados a nossos Administradores

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	Primeiro Programa 2021					
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	7	2				
Número de membros remunerados	4	2	-	-	-	-
Opções ainda não exercíveis						
Quantidade	3.701.538		-		-	
Prazo máximo para exercício das opções	24/05/2024		-			
Prazo de restrição à transferência de ações	1(um) ano		-		-	
Preço médio ponderado de exercício (em R$)	1,30		-		-	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)	0,55		-		-	
Opções exercíveis						
Quantidade	-		-		-	
Prazo máximo para o exercício das opções						
Prazo de restrição à transferência de ações						
Preço médio ponderado de exercício (em R$)	-		-		-	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)	-		-		-	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (R$)	-		-		-	

13.6 - Opções em Aberto

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Primeiro Programa do Plano de 2008		Segundo Programa do Plano de 2008		Terceiro Programa do Plano de 2008	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Número total de membros	5	2				
Número de membros remunerados	-	1	-	1	-	1
Opções ainda não exercíveis						
Quantidade	-		-		-	
Prazo máximo para exercício das opções	-		-			
Prazo de restrição à transferência de ações	-		-		-	
Preço médio ponderado de exercício (em R$)	-		-		-	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)	-		-		-	
Opções exercíveis						
Quantidade	828.525		-		-	
Prazo máximo para o exercício das opções	8/05/2015					
Prazo de restrição à transferência de ações	De acordo com as condições dispostas no item 13.4 (l), todas as ações do Plano estarão disponíveis para negociação 18 meses após a realização da oferta pública inicial de ações de nossa companhia (janeiro/2013)					
Preço médio ponderado de exercício (em R$)	2,19		-		-	
Valor justo das opções no último dia do exercício social (em R$)	0,30		-		-	
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social (R$)	248.557,50		-		-	

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Nos exercícios sociais de 2019 e 2020 não houve exercício de opções relacionadas à remuneração baseada em ações. Em 2021 tivemos o exercício de 850.000 ações.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 (inclusive método de precificação do valor das ações e das opções)

a. modelo de precificação

O valor de mercado das opções do Plano 01/2021 foi estimado usando o modelo binomial.

Como o plano é de ações liquidadas em instrumentos patrimoniais o *fair value* utilizado na contabilização é igual ao preço da ação TECN3 na data da ação de outorga correspondente.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano 01/2021

Taxa livre de risco: 5,41% (DI futuro);

Prazo de exercício: três anos.

Volatilidade: 68,06% (calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde jan/219);

Preço médio de exercício: R$ 1,30 (equivalente à média ponderada da cotação de fechamento da ação durante o período de até 90 (noventa) pregões anteriores à aprovação do Programa ("Preço de Exercício") devidamente corrigido, desde a presente data até cada data de exercício da Opção, pelo IPC-A.

Dividendos: Adicionalmente do preço de exercício será deduzido o valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação pagos pela Companhia a seus acionistas, a partir da data de celebração de cada Contrato até a data de exercício da Opção.

Plano 02/2021

Não se aplica por não ser um plano de ações.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados do exercício antecipado

No Plano 01/2021 e no Plano 02/2021, em caso de realização de qualquer operação de reorganização societária que envolva a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a incorporação da Companhia por outra sociedade, a incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do tipo societário da Technos, bem como caso o registro de companhia aberta da Technos venha a ser cancelado, caso as condições de permanência no cargo e aquisição e manutenção da propriedade das Ações Próprias estejam plenamente atendidas pelo Participante por ocasião da aprovação da operação de reorganização societária pela Assembleia Geral da Technos, o Participante fará jus ao recebimento antecipado da totalidade das Ações de Matching, as quais estarão totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, inclusive de observar o Período de Indisponibilidade, de forma a assegurar que as ações correspondentes possam ser incluídas na operação em questão. Além das hipóteses previstas acima, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre eventual antecipação da atribuição da totalidade das Ações Matching para o Participante na ocorrência de aprovação de saída do segmento de listagem Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, de operações que impliquem a modificação do controle da Companhia ou em hipóteses de incorporação de outras sociedades pela Technos. Na avaliação do Conselho de Administração a respeito da eventual antecipação deverão ser considerados os objetivos do presente Plano de Matching e os impactos que tal operação ou deliberação poderão acarretar sobre a liquidez das ações de emissão da Companhia. não é aplicável, pois não há possibilidade de exercício antecipado.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Plano 01/2021

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Calculada com base nas variações diárias da cotação da ação desde janeiro de 2019

Plano 02/2021

Não se aplica por ser um plano de ações.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal agrupados por órgão

Em 31/12/2021

Acionista/Quotista[1]	Quantidade Total de Ações	% com Relação ao Total
Companhia		
Conselho de Administração	21.304.487	27,14
Diretoria	5.793.517	7,38
Total	27.098.004	34,52

(1) Dado que um mesmo administrador ocupa cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, a fim de evitar duplicidade, as ações que tal administrador detém estão computadas apenas na Diretoria

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência concedidos aos membros do nosso Conselho de Administração ou aos nossos Diretores estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	2,00	5,00	6,00	7,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00	6,00	7,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	4.719.344,00	2.505.315,00	2.917.941,00	409.025,00	169.200,00	236.000,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.137.698,00	256.981,00	511.984,00	120.000,00	169.200,00	236.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	2.985.210,00	607.387,00	934.969,00	252.523,00	169.200,00	236.000,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	Conselho de Administração (anual)	Diretoria Estatutária (anual)	Conselho Fiscal (anual)
31 de dezembro de 2021	0%	0%	N/A
31 de dezembro de 2020	0%	0%	N/A
31 de dezembro de 2019	0%	0%	N/A

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos três últimos exercícios sociais – 2019, 2020 e 2021 – não houve qualquer remuneração de administrador ou membro do Conselho Fiscal recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não contou com Conselho Fiscal constituído.

Remuneração recebida em função do exercício do cargo ocupado na Companhia:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	**1.319.000**	**920.510**	**-**	**2.239.510**
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	**846.000**	**4.014.455**	**-**	**4.860.455**
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas do emissor	**1.007.999**	**7.251.121**	**-**	**8.259.120**
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes referentes à remuneração da Administração.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em 31.12.2021	Atividade Desempenhada					**Total geral**
Localização Geográfica	Administrativo	Apoio	Assistência Técnica	Comercial	Produção	
AM	29	0	15	29	148	221
BA	0	0	0	14	0	14
CE	0	0	0	12	0	12
DF	0	0	0	11	0	11
MG	0	0	0	12	0	12
PA	0	0	0	8	0	8
PE	0	0	0	14	0	14
PR	0	0	0	9	0	9
RJ	62	0	0	70	0	132
RS	0	0	0	15	0	15
SP	0	0	34	25	0	59
Total geral	91	0	49	219	148	507

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Em 31.12.2020	Atividade Desempenhada					**Total geral**
Localização Geográfica	Administrativo	Apoio	Assistência Técnica	Comercial	Produção	
AM	31	1	0	29	158	219
BA	0	0	0	11	0	11
CE	0	0	0	12	0	12
DF	0	0	0	12	0	12
MG	0	0	0	7	0	7
PA	0	0	0	8	0	8
PE	0	0	0	7	0	7
PR	0	0	0	8	0	8
RJ	61	0	0	82	0	143
RS	0	0	0	11	0	11
SP	0	0	44	30	0	74
Total geral	92	1	44	217	158	512

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Em 31.12.2019	Atividade Desempenhada					
Localização Geográfica	Administrativo	Apoio	Assistência Técnica	Comercial	Produção	**Total geral**
AM	44	5	0	19	162	230
BA	3	0	7	20	0	30
CE	3	0	6	15	0	24
DF	5	0	3	14	0	22
MG	6	0	5	12	0	23
PA	8	0	6	9	0	23
PE	6	0	5	10	0	21
PR	9	0	3	9	0	21
RJ	94	0	9	115	0	218
RS	4	0	6	17	0	27
SP	3	0	39	37	0	79
Total geral	**185**	**5**	**89**	**277**	**162**	**718**

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em 31 de dezembro de 2021

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Terceirizados
AM	Operacional/Produção	77
Total		77

Em 31 de dezembro de 2020

Localização Geográfica	Atividade Desempenhada	Quantidade de Terceirizados
AM	Operacional/Produção	200
Total		200

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2019		
Localização Geográfica	**Atividade Desempenhada**	**Quantidade de Terceirizados**
AM	Operacional/Produção	200
Total		200

c. índice de rotatividade

Para os anos de 2019, 2020 e 2021 o nosso índice de rotatividade (desligamentos voluntários) foi de 6,7%, 7,7, 8,7% respectivamente.

14 - Recursos Humanos

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1

Para enfrentar o cenário desafiador decorrente da pandemia de COVID-19, a Companhia criou um comitê de crise e adotou ações importantes visando preservar a saúde da empresa, proteger seu caixa no curto prazo e ao mesmo tempo acelerar a implementação de seu plano de turnaround com o objetivo de melhorar sua performance econômica no longo prazo. Como ação, a Technos reduziu aproximadamente 30% do headcount fixo em comparação com o ano anterior.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando

a. política de salários e remuneração variável

Temos por política de remuneração praticar salários em linha com as médias de mercado para empresas de porte e atuação similares. Buscamos nos diferenciar na remuneração variável, oferecendo um programa de participação nos lucros e resultados com potencial de ganho atrativo atrelado a metas objetivamente definidas.

Os salários de nossos empregados são corrigidos anualmente nos termos das convenções coletivas de trabalho celebradas. Além disso, concedemos aumentos salariais a empregados por mérito de acordo com seu desempenho.

Com relação à remuneração variável, possuímos plano de participação nos lucros e resultados destinado a todos os nossos empregados. Os planos de participação nos lucros e resultados são anualmente homologados perante os sindicatos relevantes e têm como objetivo premiar o atingimento de metas pré-estabelecidas no início de cada exercício. Essas metas incluem tanto indicadores de performance da nossa Companhia em geral, quanto indicadores de performance da área a que cada empregado pertence. A remuneração variável dos empregados é distribuída anualmente, de acordo com o atingimento das metas com um adiantamento semestral para todos os cargos abaixo da gerência condicionado ao atingimento de metas mínimas.

b. política de benefícios

Oferecemos aos nossos profissionais diversos benefícios, e buscamos estar em linha com o mercado na concessão desses benefícios. Destacamos os seguintes benefícios, que são concedidos a todos nossos empregados, independentemente de nível hierárquico: (i) assistência médica; (ii) seguro de vida; (iii) vale refeição / alimentação ou refeição em refeitório; e (iv) auxilio educação. Além disso, de acordo com a localidade do empregado e seu nível hierárquico, oferecemos benefícios adicionais tais como estacionamento e uso de um telefone celular.

Nosso plano de educação oferece ajuda de custo de 50% do valor da mensalidade do curso escolhido pelo empregado, por meio de reembolso. Condicionamos a concessão desse benefício à permanência do empregado na nossa Companhia por pelo menos um ano, além da manutenção de coeficiente de resultado mínimo.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: grupo de beneficiários, condições para exercício, preço de exercício, prazo de exercício; e quantidade de ações comprometidas pelo plano:

a. termos e condições gerais

Em 14 de janeiro de 2021, os nossos Acionistas, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram (i) o cancelamento dos Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia vigentes até aquela data, isto é (a) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26de dezembro de 2008; (b) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 26 de abril de 2012; (c) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 23 de outubro de 2014; (d) os dois Planos de Opções de Compra de Ações aprovados em 7 de julho de 2015; e (e) o Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em 29 de abril de 2016; e (ii) as diretrizes gerais do plano de opção de compra de ações (“Plano 01/2021”) e do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching) da Companhia (“Plano 02/2021”).

O Plano 01/2021 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) Objetivo: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses

dos nossos Acionistas, concedendo, aos colaboradores, de forma meritocrática, a oportunidade para que os mesmos aumentem suas respectivas participações acionárias na Companhia, ou tornem-se acionistas da Companhia.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(ii) Beneficiários: O Plano poderá ter como Participantes os membros do Conselho de Administração da Companhia, Diretores estatutários e colaboradores que exerçam cargos de diretores, gerentes, coordenadores e prestadores de serviço da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia.

(iii) Quantidade de ações incluídas no plano 01/2021: O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano não excederá 7.000.000 (sete milhões) de ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal

(iv) Administração do plano: O Plano será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes, respeitados os termos e limites constantes do Plano, para a organização e administração do Plano, além da outorga das Opções

(v) Extinção: O Plano se extingue por ocasião do término do Prazo de Exercício referente ao último Lote de Opções outorgadas.

Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, hipótese em que todas as Opções outorgadas se tornarão automaticamente exercíveis em sua integralidade pelos Participantes que tiverem cumprido todos os requisitos para tal até o momento da deliberação assemblear que aprovar a reorganização.

O Plano 02/2021 possui os seguintes parâmetros principais:

(i) Objetivo: obter maior alinhamento dos interesses dos nossos Administradores com os interesses

dos nossos Acionistas, concedendo ao participante, de forma meritocrática, a oportunidade para que o mesmo aumente suas respectivas participações acionárias na Companhia.

(ii) Beneficiários: O Plano de Matching terá como seu único Participante o atual Diretor Presidente da Companhia.

(iii) Quantidade de ações incluídas no plano 02/2021: O número máximo de ações que poderão ser emitidas nos termos deste Plano não excederá 1.700.000 (um milhão e setecentas mil) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(iv) Administração do plano: O Plano de Matching será administrado pelo Conselho de Administração, o qual terá amplos poderes para, nos termos e respeitados os limites constantes do Plano de Matching, verificar e atestar o atendimento às condições requeridas para que o Participante faça jus ao recebimento das Ações de Matching e organizar e aprovar a concessão das Ações de Matching.

(v) Extinção: Após o término do Período de Indisponibilidade referente ao Lote de ações entregues ao Participante na Data de Atribuição de 2022, o Plano será automaticamente extinto. O Plano poderá, ainda, ser extintoem caso de desligamento do Participante, por vontade própria, renunciando ao cargo, ou por vontade da Companhia, mediante destituição do cargo ou não recondução ao cargo. Na hipótese de desligamento após a verificação da Data de Atribuição de determinado Lote de ações, caso o Participante tenha cumprido todos os requisitos necessários para tal, permanecerá com o direito de receber as ações referentes ao período decorrido. No caso de desligamento antes do atingimento de determinada Data de Atribuição, o direito de recebimento das ações referentes àquele lote decairá automaticamente.

Além disso, em caso de reorganização societária no âmbito da Technos envolvendo a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a sua incorporação ou incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do seu tipo societário, bem como no caso de cancelamento de seu registro de companhia aberta, caso as condições para recebimento das ações restritas estejam plenamente atendidos na data da Assembleia Geral que aprovar a reorganização, o Participante

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

fará jus ao recebimento antecipado da totalidade das ações de matching. Nesta hipótese, o Plano se extinguirá automaticamente após o decurso do Período de Indisponibilidade a contar do recebimento das ações pelo Participante.

Desde a aprovação dos Planos de 2021, já aprovamos um Programa referente ao Plano 01/2021 e o Plano 02/2021, conforme segue:

(i) Primeiro Programa do Plano 01/2021: em 24 de fevereiro de 2021, foi deliberada a emissão de 5.037.801 novas ações ordinárias sem valor nominal.

(ii) Plano 02/2021: em 22 de janeiro de 2021, foi deliberada a concessão de 1.700.000 novas ações ordinárias sem valor nominal de emissão da Companhia. No caso da Companhia não possuir a totalidade das ações em tesouraria poderá ir a mercado para aquisição de novas ações.

b) condições de aquisição de ações

Todos os Programas aprovados no âmbito do Plano de 2008 até dezembro de 2020 têm a aquisição de ações atrelada diretamente à remuneração variável e a dividendos recebidos pelos Beneficiários. Não há datas específicas de aquisição de lotes de ações, mas a obrigação de destinar um percentual mínimo da remuneração variável e a totalidade dos dividendos para o exercício das opções. Sendo assim, o exercício das opções por cada Beneficiário dependerá da remuneração variável anual por ele obtida e dos dividendos por ele recebidos.

O Beneficiário deverá, em até 10 dias úteis contados da data da compensação da remuneração variável e da data de pagamento dos dividendos, exercer suas opções, observando os percentuais mínimos definidos em cada Programa. Na hipótese de o Beneficiário não observar tais percentuais, a totalidade das opções outorgadas e não exercidas será extinta, sem que o Beneficiário tenha direito a qualquer indenização.

As Opções outorgadas no Primeiro Programa do Plano 01/2021 serão divididas em 3 (três) lotes de igual tamanho, cada um representando 1/3 (um terço) do total de ações que o Participante tem direito de subscrever ou adquirir (“Lote” ou “Lotes”). Os Lotes estarão disponíveis para exercício anualmente, ao longo do período de 3 (três) anos, sendo o prazo para exercício e integralização das ações de 90 (noventa) dias a contar de cada aniversário de 1 (um) ano da celebração do presente Contrato. A integralização das ações deverá ocorrer antes do efetivo recebimento das ações pelo Participante. Para fazer jus ao exercício das Opções, o Participante deverá permanecer no exercício do cargo de administrador estatutário, diretor, gerente, coordenador ou prestador de serviço durante o prazo de carência da Opção.

Para fazer jus ao recebimento das Ações do Plano 02/2021 (Matching), o Participante deverá atender aos seguintes requisitos:

1. Até 31 de março de 2021, o Participante deverá adquirir com recursos próprios, por sua conta e risco, em mercado organizado de valores mobiliários, um montante mínimo de 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) Ações ("Ações Próprias"), apresentando à Companhia comprovante de aquisição das referidas Ações Próprias nos termos desta Cláusula.

a) O Participante arcará com as despesas de corretagem para a aquisição e manutenção das ações adquiridas e fará jus a todos os dividendos, juros sobre o capital próprio e demais proventos declarados pela Companhia inerentes às Ações Próprias.

2. O Participante deverá permanecer no exercício do cargo de Diretor Presidente, membro da Diretoria Estatutária ou membro do Conselho de Administração da Companhia ao longo de todo o período desde a aprovação do Plano pela Assembleia Geral da Companhia até cada uma das Datas de Atribuição.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

3. O Participante deverá manter a titularidade ininterrupta das 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) Ações Próprias, referenciadas no item 1 acima, até a respectiva Data de Atribuição.

4. Sem prejuízo do disposto na cláusula 3 acima, o Participante deverá transferir para a custódia do Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia ("Agente Escriturador"), e manter a titularidade ninterrupta até as Datas de Atribuição, de 850.000 (oitocentas e cinquenta mil) ações ordinárias de emissão da Companhia já detidas na data de assinatura deste Contrato (Ações Detidas" e, quando consideradas em conjunto com as Ações Próprias, "Ações Administradas"). As Apões Administradas deverão permanecer bloqueadas pelo Agente Escriturador.

   a) Para comprovação da manutenção da titularidade ininterrupta das Ações Administradas, o Participante deverá encaminhar a comunicação constante do Anexo ao presente Contrato de Matching, com o comprovante da posição acionária, com data de até 3 (três) dias úteis de antecedência da respectiva Data de Atribuição.

c) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de 2021 – Plano 01/2021

O preço de emissão por ação, ou preço de compra das Ações, caso a Companhia opte por utilizar ações em tesouraria para fazer face ao exercício das Opções, a serem adquiridas pelos Participantes em decorrência do exercício da Opção, será de R$ 1,30 (um real e trinta centavos), equivalente à média ponderada da cotação de fechamento da ação durante o período de até 90 (noventa) pregões anteriores à aprovação do Programa (“Preço de Exercício”) devidamente corrigido, desde a presente data até cada data de exercício da Opção, pelo IPC-A. Adicionalmente do preço de exercício será deduzido o valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação pagos pela Companhia a seus acionistas, a partir da data de celebração de cada Contrato até a data de exercício da Opção.

Plano de 2021 – Plano 01/2021

Não aplicável, é um plano de ação e não de opções, por isso não há preço de aquisição ou exercício.

d)critérios para fixação do prazo de exercício

Planos de 2021

No Plano 01/2021 as Opções outorgadas a cada um dos Participantes serão divididas em 3 (três) lotes, conforme disposto no Plano, e deverão ser exercidas pelo Participante dentro do prazo previsto no Contrato para manifestação do Participante neste sentido (“Prazo de Exercício”). Após o decurso do Prazo de Exercício, os Participantes perderão o direito ao exercício da Opção, sem qualquer direito a indenização.

O Plano 02/2021 referente ao Contrato de Matching, ao fim da carência caso todas as condições tenham sido atingidas as ações são automaticamente entregues ao beneficiário, assim não há a necessidade de solicitar o resgate do plano de Matching ou mesmo a necessidade de se exercer algo já que o plano de Matching não utiliza conceito de opções.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Nossos empregados são representados por sindicatos das regiões onde estão localizadas nossas unidades. Mantemos bom relacionamento, baseado na ética e profissionalismo, com os sindicatos que representam os nossos empregados. Não há histórico, nos últimos três exercícios, de greves, manifestações e/ou paralisações de trabalho.

Seguem todos os sindicatos com os quais mantemos relações e aos quais somos filiados:

UF	Cidade	Sindicato – Empregados	Sindicato - Patronal
AM	Manaus	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas de Manaus	-
RJ	Rio de Janeiro	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas do Rio de Janeiro	-
SP	São Paulo	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas, Bijuterias, Ourivesarias, Relógios e Profissionais de Assistência Técnica em Relojoaria do Estado de São Paulo	-

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes sobre o assunto além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Renato José Goettems					
003.315.030-34		Não	Não	18/08/2022	
Não					
8.515.287	11,428%	0	0,000%	8.515.287	11,428%
Swensen LTD					
43.761.464/0001-23		Não	Não	18/08/2022	
Sim	Aymeric Chaumet		Fisica	110.246.171-73	
4.951.800	6,646%	0	0,000%	4.951.800	6,646%
Joaquim Pedro Andrés Ribeiro					
002.272.786-82	Brasileiro-RJ	Não	Não	18/08/2022	
Não					
6.482.057	8,700%	0	0,000%	6.482.057	8,700%
Aymeric Chaumet					
110.246.171-73		Não	Não	18/08/2022	
Sim	Aymeric Chaumet		Fisica	110.246.171-73	
10.354.500	13,898%	0	0,000%	10.354.500	13,898%
OUTROS					
42.441.950	56,965%	0	0,000%	42.441.950	56,965%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 18/08/2022					
1.760.621	2,363%	0	0,000%	1.760.621	2,363%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL					
74.506.215	100,000%	0	0,000%	74.506.215	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	12/08/2022
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	18.437
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	47
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	49

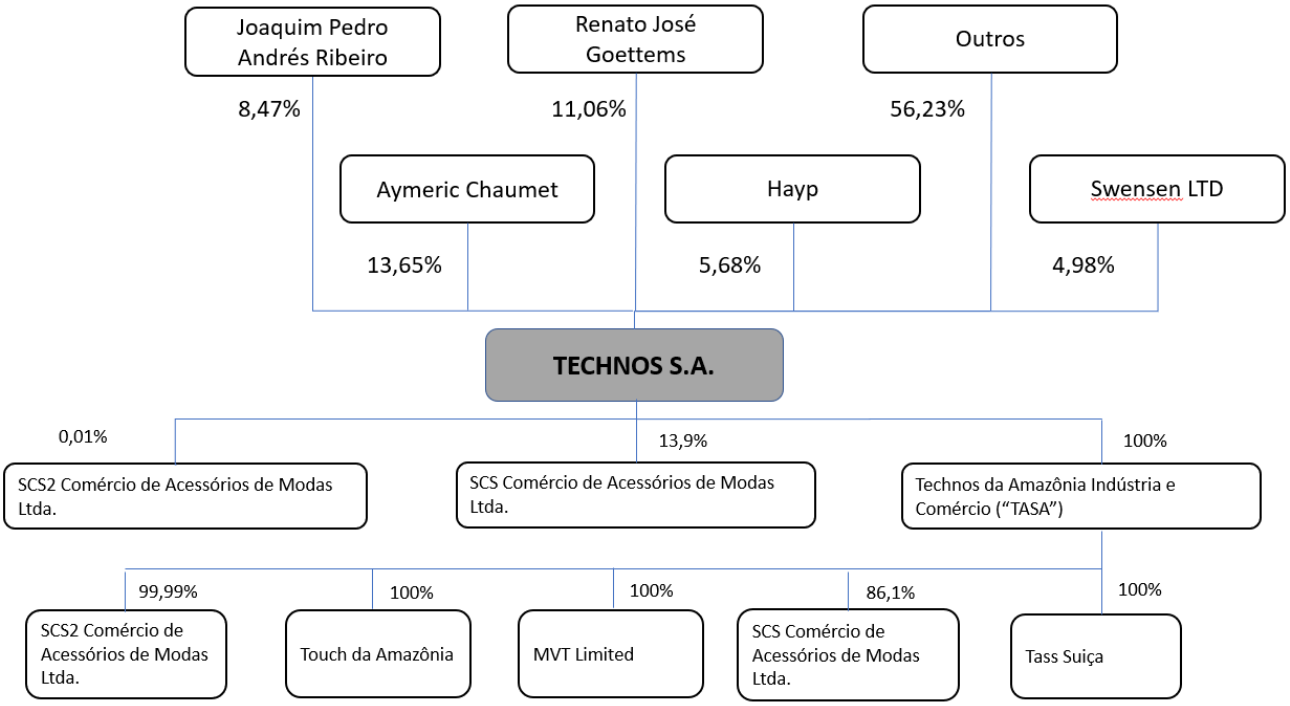
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	41.068.407	55,121%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	41.068.407	55,121%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4. Organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

Não se aplica

b. data de celebração

Não se aplica

c. prazo de vigência

Não se aplica

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Não se aplica

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Não se aplica

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Não se aplica

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Na data deste Formulário de Referência, não há grupo de controle da Companhia.

Em 27 de fevereiro de 2013, a Companhia foi comunicada por sua então acionista controladora GMT FIP que foi amortizada a totalidade das suas quotas e que o GMT FIP encerrou suas atividades naquela data, fato este que ocasionou a entrega da totalidade das ações da Companhia detidas pelo GMT FIP aos seus respectivos quotistas ("Amortização GMT FIP"). Com a Amortização GMT FIP, nenhum dos quotistas do GMT FIP ou qualquer outro acionista (ou grupo de acionistas) da Companhia é detentor, na data deste Formulário de Referência, de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7. Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas

Não se aplica, pois nos últimos três exercícios sociais – 2019,2020 e 2021 – a Companhia ou suas controladas não realizaram operações societárias como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, ou aquisições e alienações de ativos importantes.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16. Transações com partes relacionadas

16.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em 29 de abril de 2022, em reunião realizada pelo Conselho de Administração foi aprovada a Política de Transação com Partes Relacionadas, com vigência imediata e prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário, e teve como referências (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia, conforme alterado; (ii) a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada; (iii) normas gerais emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários sobre o assunto; (iv) o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; e (v) o Pronunciamento Técnico CPC n° 5 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários por meio da Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010. O documento está disponível na área de Estatutos e Políticas no site de RI da Technos, https://www.grupotechnos.com.br/pt, e também pode ser consultado na página da CVM, https://sistemas.cvm.gov.br/.

A Política se aplica a todos os colaboradores da Companhia e de suas controladas, estando compreendidos os membros do Conselho de Administração da Companhia, dos Comitês relacionados ao Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária da Companhia e do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, que deverão confirmar por escrito que conhecem e cumprem esta Política em sua integralidade. Tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Technos S.A., com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

A Companhia poderá contratar com partes relacionadas, observando rigorosamente as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar e contratar prestadores de serviços e desde que, de acordo com esta Política, as operações sejam contratadas em bases equitativas, isto é, observem, durante a negociação, os princípios da competitividade, conformidade, transparência, equidade e, principalmente, comutatividade, devendo ser observados os mesmos princípios, procedimentos e interesses que norteiam transações entre partes independentes, pautando-se por termos e condições que prevaleçam ou prevaleceriam no mercado ao tempo de sua aprovação, em respeito às normas legais e éticas. As Transações entre partes relacionadas devem ser aprovadas, previamente, pelo Conselho de Administração ou a Diretoria da Companhia, sendo que os contratos celebrados junto a partes relacionadas deverão ser sempre formalizados por escrito, detalhando-se suas características principais (direitos, responsabilidades, qualidade, preços, encargos, prazos etc.) e a finalidade do negócio, bem como devem estar claramente refletidos nas demonstrações financeiras e no Formulário de Referência da Companhia, além de divulgadas nos termos da legislação aplicável. Se qualquer transação com partes relacionadas não tiver sido submetida aos procedimentos de aprovação previstos nesta Política antes de sua assinatura e/ou implementação, essa transação deverá ser informada ao Comitê de Auditoria e ao órgão competente de aprovação. Esse órgão deverá conduzir a análise conforme previsto nesta Política e deverá considerar, ainda, todas as opções disponíveis à Companhia, incluindo a ratificação, alteração ou término da Relação com Partes Relacionadas.

Tais normas de divulgação não prejudicam o dever de promover sua ampla divulgação ao mercado quando a transação com partes relacionadas configurar fato relevante ou quando da divulgação das demonstrações financeiras. Em quaisquer divulgações exigidas por lei ou regulamentação aplicável, a Companhia deve fornecer detalhes suficientes para identificação das Partes Relacionadas e das condições essenciais inerentes à Transação com Parte Relacionadas, a fim de permitir que os acionistas da exerçam o direito de fiscalizar e acompanhar os atos de gestão da Companhia, bem como de ter informações necessárias para avaliações de oportunidades e riscos decorrentes de suas operações.

Esta Política se encontra alinhada as exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente no que diz respeito ao cumprimento do dever de lealdade dos administradores para com a Companhia. De acordo com o artigo 155 da referida lei, o administrador deve servir com lealdade a companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, o artigo 156 da mesma lei determina que, havendo conflito

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse. Compete ao Comitê de Auditoria avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna da Companhia, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações.

Os casos omissos ou qualquer dúvida de interpretação nesta Política serão resolvidos pelo Conselho de Administração da Companhia, regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e, no que couber, pelo Regulamento do Novo Mercado da B3.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, uma vez que a Companhia detém, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social das partes relacionadas com as quais manteve transações no curso normal de suas atividades celebradas nos exercícios de 2019, 2020 e 2021, bom como no exercício social corrente (2022).

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Não se aplica, pois em 2021 não ocorreram transações com partes relacionadas nas quais a Companhia não tenha controle, direto ou indireto, do capital social.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
08/08/2022	0,00		74.506.215	0	74.506.215
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
08/08/2022	0,00		74.506.215	0	74.506.215
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
15/07/2014	130.586.573,49		74.506.215	0	74.506.215
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
15/07/2014	0,00		100.000.000	0	100.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
10/05/2012	Conselho de Administração	10/05/2012	2.283.001,16	Subscrição particular	918.870	0	918.870	0,01873062	2,48	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos do programa de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional.									
25/10/2012	Conselho de Administração	25/10/2012	113.246,80	Subscrição particular	22.516	0	22.516	0,03000000	5,03	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional.									
25/10/2012	Conselho de Administração	25/10/2012	135.515,40	Subscrição particular	66.820	0	66.820	0,09000000	2,03	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional.									
19/04/2013	Conselho de Administração	19/04/2013	345.954,50	Subscrição particular	158.716	0	158.716	0,21000000	2,18	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional									
19/04/2013	Conselho de Administração	19/04/2013	532.226,34	Subscrição particular	98.545	0	98.545	0,13000000	5,41	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional									
19/04/2013	Conselho de Administração	19/04/2013	618.602,24	Subscrição particular	35.079	0	35.079	0,05000000	17,64	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
19/04/2013	Conselho de Administração	19/04/2013	58.247,12	Subscrição particular	2.661	0	2.661	0,00300000	21,89	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional									
16/05/2013	Conselho de Administração	16/05/2013	272.559,00	Sem emissão de ações	133.833	0	133.833	0,17000000	2,04	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional.									
16/05/2013	Conselho de Administração	16/05/2013	399.193,46	Subscrição particular	157.783	0	157.783	0,30000000	5,29	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional									
19/03/2014	Conselho de Administração	19/03/2014	1.514.243,63	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
11/04/2014	Conselho de Administração	11/04/2014	391.509,92	Subscrição particular	112.859	0	112.859	0,30000000	4,19	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional									
19/05/2014	Conselho de Administração	19/05/2014	485.900,30	Subscrição particular	215.522	0	215.522	0,40000000	2,40	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional									

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
15/07/2014	Conselho de Administração	15/07/2014	1.191.307,32	Subscrição particular	541.638	0	541.638	0,69000000	2,20	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional									
07/07/2015	Conselho de Administração	07/07/2015	9.373.916,40	Subscrição particular	1.700.000	0	1.700.000	2,17000000	5,51	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional.									
07/07/2015	Conselho de Administração	07/07/2015	8.271.102,70	Subscrição particular	1.500.000	0	1.500.000	1,91000000	5,51	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional.									
29/04/2016	Acionistas	29/04/2016	2.225.000,00	Subscrição particular	500.000	0	500.000	0,64000000	4,45	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço fixado nos termos dos programas de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	À vista, em moeda corrente nacional.									

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais – 2019, 2020 e 2021 – não houve desdobramentos, grupamentos ou bonificações de ações.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais – 2019, 2020 e 2021 – não houve qualquer redução de capital da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5. Outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 09 de maio de 2022, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovado por unanimidade o cancelamento de 2.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, de emissão da Companhia e sem redução do valor do Capital Social da Companhia. As ações canceladas representavam 55,4% das ações em tesouraria nesta data. Em função do cancelamento de ações, o Capital Social da Companhia passu a ser dividido em 76.506.215 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com o nosso Estatuto Social, nossos acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Nossos acionistas dissidentes terão direito de retirar-se da Companhia, mediante reembolso do valor de suas ações, nas hipóteses e na forma dos art. 137 e 136 da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais podem privar os acionistas de qualquer dos direitos essenciais do acionista, conforme disposto no artigo 109 da Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes referentes a este item.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não há regras em nosso Estatuto Social que limitem o direito de voto de acionistas significativos. O Estatuto Social da Companhia foi alterado para suprimir seu artigo 46 e seus parágrafos, com a consequente extinção da obrigação de efetivação de oferta pública em caso aquisição de Participação Relevante, assim entendida a aquisição de ações de emissão da Companhia representativas de 33% (trinta e três por cento) ou mais do seu capital social ("Cláusula de *Poison Pill*").

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há exceções e/ou cláusulas suspensivas a direitos patrimoniais ou políticos previstos em nosso Estatuto Social.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Exercício social **31/12/2021**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2021	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	78.574.700	1,72	1,20	R$ por Unidade	1,40
30/06/2021	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	229.418.100	3,47	1,51	R$ por Unidade	2,29
30/09/2021	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	233.588.300	4,20	2,50	R$ por Unidade	3,05
31/12/2021	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	182.584.600	4,16	2,14	R$ por Unidade	2,89

Exercício social **31/12/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	69.116.898	3,84	0,88	R$ por Unidade	2,54
30/06/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	30.321.880	1,94	0,97	R$ por Unidade	1,16
30/09/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	64.883.935	1,58	1,00	R$ por Unidade	2,30
31/12/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	99.960.640	1,47	1,01	R$ por Unidade	1,17

Exercício social **31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.102.685	3,01	2,27	R$ por Unidade	2,63
30/06/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	13.413.200	2,68	2,07	R$ por Unidade	2,37
30/09/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	16.665.900	2,79	2,00	R$ por Unidade	2,30
31/12/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	19.240.800	4,53	2,08	R$ por Unidade	2,39

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não foram emitidos valores mobiliários que não ações nos últimos três exercícios sociais.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não foram emitidos valores mobiliários que não ações nos últimos três exercícios sociais.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Os valores mobiliários de nossa emissão admitidos à negociação são nossas ações ordinárias nominativas, negociadas no segmento Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão S.A.) sob o código “TECN3”.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não temos valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não temos valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos últimos três exercícios sociais – 2019, 2020 e 2021 – não foram efetuadas ofertas públicas de distribuição pela nossa Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da nossa Companhia

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica, pois nos últimos três exercícios sociais – 2019, 2020 e 2021 – não foram efetuadas ofertas públicas pela nossa Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da nossa Companhia.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica, pois nos últimos três exercícios sociais – 2019, 2020 e 2021 – não foram efetuadas ofertas públicas pela nossa Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da nossa Companhia.

c caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, pois nos últimos três exercícios sociais – 2019, 2020 e 2021 – não foram efetuadas ofertas públicas pela nossa Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da nossa Companhia.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Não se aplica, pois nos últimos três exercícios sociais – 2019, 2020 e 2021 – não realizamos qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
09/05/2022	10/05/2022 à 10/11/2023	190.706.000,00	Ordinária		7.650.621	10,000000	0	0,00	R$ por Unidade	0,000000
Em 09 de maio de 2022, o Conselho de Administração aprovou a instituição de programa de recompra de ações de emissão da Companhia observadas as disposições da Instrução CVM nº 567/2015 (“ICVM 567”). O Programa de Recompra de Ações tem como objetivos adquirir ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, com posterior cancelamento ou alienação, bem como cumprir com as obrigações e compromissos assumidos pela Companhia no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching), além de maximizar a geração de valor para os acionistas. Serão utilizados recursos disponíveis em reservas de lucros ou capital apurados na última Demonstração Financeira da Companhia disponível. A instituição financeira intermediária do programa será : Itaú Corretora de Valores S.A., com endereço na Avenida Faria Lima, nº. 3500, 3º andar, parte, São Paulo – SP, CEP: 04538-132, CNPJ/MF 61.194.353/0001-64.										

12/08/2021	13/08/2021 à 13/08/2022	190.706.000,00	Ordinária		4.372.480	10,000000	4.372.480	3,26	R$ por Unidade	100,000000
Em 12 de agosto de 2021, o Conselho de Administração aprovou a instituição de programa de recompra de ações de emissão da Companhia observadas as disposições da Instrução CVM nº 567/2015 (“ICVM 567”). O Programa de Recompra de Ações tem como objetivos adquirir ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, com posterior cancelamento ou alienação, bem como cumprir com as obrigações e compromissos assumidos pela Companhia no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano de Concessão de Ações Restritas (Matching), além de maximizar a geração de valor para os acionistas. Serão utilizados recursos disponíveis em reservas de lucros ou capital apurados na última Demonstração Financeira da Companhia disponível. A instituição financeira intermediária do programa será: Itaú Corretora de Valores S.A., com endereço na Avenida Faria Lima, nº. 3500, 3º andar, parte, São Paulo – SP, CEP: 04538-132, CNPJ/MF 61.194.353/0001-64.										

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Exercício social 31/12/2021

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.207.800	
Quantidade adquirida	4.575.280	3,23
Quantidade alienada	2.346.759	0,00
Quantidade cancelada	2.000.000	
Quantidade final	1.436.321	
Relação valores mobiliários em circulação	3,220000%	

Exercício social 31/12/2020

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.207.800	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.207.800	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2019

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.207.800	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	1.207.800
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Considerando o plano de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 09/05/2022, o saldo de ações em tesouraria atualizado até a data de 30/06/2022 era de 2.631.321 ações.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**29/04/2022**
Órgão responsável pela aprovação	Assembleia geral
Cargo e/ou função	: Nós, nossas controladas e sociedades sob controle comum, nossos acionistas controladores diretos ou indiretos, os membros de nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e de nossos comitês estatutários, os nossos funcionários que aderirem à Política De Negociação e por terceiros contratados pela Companhia que tenham acesso permanente ou eventual a informações relevantes ("Indivíduos Restritos").

Principais características e locais de consulta

É vedada a utilização de informação relevante ainda não divulgada, por qualquer pessoa que a ela tenha tido acesso, com a finalidade de auferir vantagem, para si ou para outrem, mediante negociação de valores mobiliários.
Os Indivíduos Restritos só podem negociar Valores Mobiliários na pendência de divulgação de ato ou fato relevante se tiverem seus respectivos planos individuais de investimento ou desinvestimento aprovados pela Companhia, observados os demais requisitos previstos na Política de Negociação. É vedado aos Indivíduos Restritos manter simultaneamente em vigor mais de um plano de investimento ou desinvestimento e realizar quaisquer operações que anulem ou mitiguem os efeitos econômicos das operações a serem determinadas pelo plano de investimento ou desinvestimento.
Além disso, é vedada a negociação com Valores Mobiliários, pelos Indivíduos Restritos, nas datas em que a Technos negociar com ações de emissão da Companhia, com base em qualquer programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. A Companhia deverá informar previamente os Indivíduos Restritos acerca de tais datas.
Sem prejuízo das sanções cabíveis nos termos da legislação vigente, a serem aplicadas pelas autoridades competentes em caso de violação desta Política, os Indivíduos Restritos responsáveis pelo descumprimento obrigam-se a ressarcir a Companhia ou outros Indivíduos Restritos, integralmente e sem limitação, por todos os prejuízos que venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.
O Conselho de Administração poderá tomar as medidas disciplinares que forem cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave. Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da assembleia geral da Companhia, deverá o Conselho de Administração convocá-la para deliberar sobre o tema.
As disposições desta Política não afastam a responsabilidade, decorrente de prescrições legais e regulamentares, imputada a terceiros não diretamente ligados à Companhia e que tenham conhecimento sobre ato ou fato Relevante e venham a negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia.
O documento completo com todas as disposições da Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia pode ser consultado em https://www.grupotechnos.com.br/pt e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	É vedada a negociação com Valores Mobiliários, pela Technos e pelos Indivíduos Restritos, no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITRs) e anuais (DFPs) da Companhia, independentemente do conhecimento, por tais pessoas, do conteúdo das informações, ressalvada a possibilidade de elaboração de Plano de Investimentos Individuais por parte dos Indivíduos Restritos. A proibição independe da avaliação quanto à existência de informação relevante pendente de divulgação ou da intenção em relação à negociação. O Indivíduo Restrito deverá manter os Valores Mobiliários adquiridos pelo período mínimo de 90 (noventa) dias antes de efetuar qualquer outra negociação com estes Valores Mobiliários, ressalvadas negociações decorrentes de (i) empréstimo de títulos e Valores Mobiliários; ou (ii) de situações plenamente circunstanciadas, justificadas e previamente autorizadas pelo Diretor de Relações com Investidores. O Conselho de Administração, deverá verificar, ao menos semestralmente, a aderência das negociações realizadas pelos Indivíduos Restritos aos planos de investimento ou desinvestimento por eles formalizados.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas no item anterior.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

Possuímos uma política de divulgação de informações ("Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Techno S.A.) aprovada em nossa Assembleia Geral de acionistas, realizada em 29 de abril de 2022, que instituiu regras e procedimentos em atendimento aos termos da Resolução CVM 44, e aos nossos princípios.

O objetivo é estabelecer as regras e procedimentos a serem adotados, com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de Ato ou Fato Relevante, visando especialmente (i) prestar informação completa aos acionistas e investidores; (ii) garantir ampla e imediata divulgação de Ato ou Fato Relevante; (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia a todo acionista e investidor; (iv) zelar pelo sigilo de Ato ou Fato Relevante não divulgado; (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

O teor dessa Política está descrito no item 21.2 a seguir.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada

Conforme a Resolução CVM 44, a nossa Política de Divulgação consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Essa Política de Divulgação foi aprovada em nossa Assembleia Geral de acionistas, realizada em 29 de abril de 2022.

Nossa Política de Divulgação está disponível para consulta por qualquer interessado nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores da Companhia (www.grupotechnos.com.br/pt).

O objetivo da presente Política de Divulgação é estabelecer as regras e procedimentos a serem adotados, com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de Ato ou Fato Relevante, nos termos da Resolução CVM 44, visando especialmente (i) prestar informação completa aos acionistas e investidores; (ii) garantir ampla e imediata divulgação de Ato ou Fato Relevante; (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia a todo acionista e investidor; (iv) zelar pelo sigilo de Ato ou Fato Relevante não divulgado; (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

O critério de relevância do Ato ou Fato Relevante é baseado na possibilidade de influenciar de modo ponderável (i) a cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, bem como (ii) a decisão dos investidores em negociar com ou exercer direitos relacionados aos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados.

As informações são divulgadas por meio dos website da CVM (www.cvm.gov.br), a partir de *up load* no sistema EmpresasNet, e pelo nosso website de relações com investidores (www.grupotechnos.com.br/pt), além de ser divulgada no portal de notícias *on line* do jornal Monitor Mercantil (www.monitormercantil.com.br), apenas para Fato Relevante. Neste portal de notícias, o anúncio pode conter a descrição resumida do Fato Relevante, desde que indique endereço na internet onde esteja disponível a descrição completa do mesmo.

A Informação Relevante deverá, preferencialmente, ser divulgada antes do início ou após o encerramento na B3.

Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, a Informação Relevante será enviada simultaneamente à CVM e às Bolsas de Valores e divulgada ao público investidor em geral.

Enquanto o Ato ou Fato Relevante não for divulgado, todas as Pessoas Vinculadas deverão guardar completo sigilo a seu respeito e, quando necessária para o desenvolvimento dos nossos negócios, dar difusão restrita, sempre em caráter de confidencialidade e zelando para que todos aqueles que tenham acesso a tal informação saibam de seu caráter confidencial e de sua forma limitada de divulgação, nos termos da Política de Divulgação. Conforme estabelece o artigo 8º da Resolução CVM 44, as Pessoas Vinculadas respondem solidariamente com seus subordinados e terceiros de sua confiança pelo descumprimento do dever de guardar sigilo aqui mencionado.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata ao nosso Diretor de Relações com Investidores.

As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de Informação Relevante, sempre que se certifiquem de omissão na divulgação de Informações Relevantes, devem comunicar a Informação Relevante diretamente à CVM.

O nosso Diretor de Relações com Investidores é o primeiro responsável pela divulgação de Ato ou Fato Relevante. Ele deve (i) divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante; e (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas Bolsas de Valores e em todos os mercados nos quais a Companhia tenha Valores Mobiliários admitidos à negociação, assim como ao público investidor em geral.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

As Pessoas Vinculadas que tiverem conhecimento de Informação Relevante, sempre que se certifiquem de omissão na divulgação de Informações Relevantes, devem comunicar a Informação Relevante diretamente à CVM.

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os Administradores da Companhia entenderem que a sua revelação pode colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

A Companhia, a pedido dos Administradores, de qualquer acionista ou por iniciativa própria, poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Sempre que a Informação Relevante ainda não divulgada ao público tornar-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento; e/ou (ii) decidiram manter sigilosa a Informação Relevante, ou, na hipótese da informação escapar ao controle ou caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às Bolsas de Valores e ao público.

Caso a CVM decida pela divulgação da Informação Relevante e determine ao Diretor de Relações com Investidores ou à Pessoa Vinculada, conforme o caso, que comunique a Informação Relevante às Bolsas de Valores e ao público, o Diretor de Relações com Investidores ou a Pessoa Vinculada, conforme o caso, deverá proceder imediatamente à divulgação, na forma da Resolução CVM 44.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é a Sra. Daniela de Campos Pires Denne, Diretor de Relações com Investidores da Companhia, com sede na Avenida das Américas, nº 4200, 6º pavimento, bloco 05, Barra da Tijuca, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de janeiro, CEP 22640-102, telefone (21) 2131-8909 e no e-mail ri@technos.com.br.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.